

XI EDIÇÃO
COMPARTILHAR E CONECTAR

13 a 17 de Dezembro



online

2021.2 SEMINÁRIO DE

DISSERTAÇÕES E TESES

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS

PPEUR

PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM
ESTUDOS URBANOS
E REGIONAIS

ORGANIZADORES:

Richardson Leonardi Moura da Camara
Rodolfo Finatti
Sara Raquel Fernandes Queiroz de Medeiros
Tamms Maria da Conceicao Morais Campos

2

CONVIDADOS

Alberto Arellano Ríos (COLJAL - México)

Doutor em Ciências Sociais pelo Centro de Pesquisas e Estudos Superiores em Antropologia Social (CIESAS). Membro do Sistema Nacional de Investigadores (Mexico) com atribuição de nível II. Autor de sete livros, coautor de três, autor de 14 capítulos de livros e coordenador de quatro obras coletivas. Com a adição dos 40 artigos publicados em revistas científicas nacionais e internacionais.

Amíria Bezerra Brasil (UFRN)

Doutora pelo curso de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (PPG-FAU-USP - 2016). Participou do programa de doutorado sanduiche no exterior, da CAPES, no Centre de Recherche sur l'Habitat, em Paris (2015). Atualmente é Professora Adjunta do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Ensina e Pesquisa na área de Urbanismo, Projeto e Planejamento Urbano.

Angelo Magalhaes Silva (UFERSA)

Professor de Sociologia da UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ARIDO - UFERSA. Licenciado em Ciências Sociais e Bacharel em Ciência Política (UFRN). Mestre em Ciências Sociais com concentração em Desenvolvimento Econômico e Regional (UFRN). Doutorando em Ciências Sociais na área de Desenvolvimento econômico e Regional (UFRN).

Beatriz Tamaso Miotto (UFABC)

Possui graduação em Economia pela Universidade Federal de Santa Catarina, Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Econômico - área Economia Regional e Urbana na UNICAMP. Professora adjunta do Bacharelado em Planejamento Territorial da UFABC, Professora Permanente da Pós-Graduação em Gestão do Território. Pesquisadora e membro da equipe de coordenação do Laboratório de Estudos e Projetos Urbanos e Regionais - LEPUR/UFABC.

Francisco do O' de Lima Júnior (URCA)

Doutor em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas/SP (IE-UNICAMP). Realizou Estágio de Doutorado com Bolsa CAPES no Institut für Geographie - Universität Innsbruck (Instituto de Geografia da Universidade de Innsbruck, Áustria). Professor Associado do Departamento de Economia

da URCA (DE/URCA) e também da Diretoria do Geopark Araripe. Membro Permanente dos seguintes Programas de Pós-graduação: Programa de Pós-graduação em Economia Regional e Urbana (PPGERU - Mestrado Acadêmico), da URCA e do Programa de Pós-graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais do Semiárido (PLANDITES - Mestrado Acadêmico), da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Campus Avançado de Pau dos Ferros/RN. É Reitor da Universidade Regional do Cariri (URCA).

Jorge Luis de Oliveira Pinto Filho (UFERSA)

Doutor em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN (2012-2016), com período sanduíche em Technische Universität Bergakademie Freiberg-TUBF (2014-2015). Pós Doutorado no Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território-CEGOT da Universidade de Coimbra-UC (2019-2020). Professor Adjunto do Departamento de Engenharias e Tecnologia-DETEC, do Centro Multidisciplinar de Pau dos Ferros-CMPF (UFERSA). Pesquisador Permanente no Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais do Semiárido-PLANDITES (UERN).

Livia Izabel Bezerra de Miranda (UFCG)

Doutorado em Desenvolvimento Urbano (2007) pela Universidade Federal de Pernambuco. Pós-doutorado em Geografia na Universidade Federal de Pernambuco. Atualmente, exerce a função de professor Associado no Curso de Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal de Campina Grande. Professora no programa Interinstitucional de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB e UFCG) e no Programa de Pós-Graduação em Geografia na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Pesquisadora CNPQ (DT). Integra o Comitê gestor da Rede INCT Observatório das Metrôpoles (INTC - IPPUR/UFRJ) e Coordena o Observatório das Metrôpoles - Núcleo Paraíba. Integra a rede Moradia & Assessoria (USP SP) e a rede de Cidades Médias (RECIME).

Pablo Pineda Ortega (UDG – México)

Professor Titular da Universidade de Guadalajara, Doutor em Ciências Sociais e Nível I do Sistema Nacional de Pesquisadores. Principais linhas de pesquisa: Políticas Públicas de ordem nacional e subnacional, com especial ênfase em Políticas Sociais e Promoção Econômica, bem como análise do Desenvolvimento Institucional no México e na América Latina.

Raul Da Silva Ventura Neto (UFPA)

Professor na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará e dos Programas de Pós-Graduação em Economia e Arquitetura e Urbanismo também da UFPA. Possui graduação e mestrado em Arquitetura e Urbanismo pela UFPA e doutorado em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas. Integra os Grupos de Pesquisa Cidades na Amazônia e Urbana: Urbanização e Natureza na Amazônia.

PROGRAMAÇÃO

4

2021.2 SEMINÁRIO DE DISSERTAÇÕES E TESES

ONLINE

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS

Sessão 1

13 DEZ 9H

Debate:

LÍVIA MIRANDA (UFCEG)
JOANA MOURA (PPEUR/UFRRN)

PAULA VALÉRIA FERREIRA DE ALMEIDA RODRIGUES

Difusão de políticas agrárias no Nordeste Brasileiro: uma análise da implementação do modelo de reforma agrária de mercado.

BRUNA RAQUEL TORQUATO PINHO

As guardiãs de sementes crioulas do Rio Grande do Norte: resistência na promoção da segurança alimentar e nutricional e do desenvolvimento territorial.

ALINE NALON RIBEIRO NEVES

As mulheres na incidência política, histórias de vida e formação de agenda para a construção do Apoio à Agricultura Urbana e Periurbana no Município de Natal.

LOUYSE RODRIGUES DA SILVA

Os impactos das mudanças climáticas na segurança alimentar e nutricional da região do semiárido potiguar: um olhar sobre o rural pesqueiro na Bacia Hidrográfica do Piancó-Piranhas-Açu.

2021.2 SEMINÁRIO DE DISSERTAÇÕES E TESES

ONLINE

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS

Sessão 3

14 DEZ 9H

Debate:

AMÍRIA BRASIL (UFRRN)
ALEXSANDRO FERREIRA (PPEUR/UFRRN)

ANDRESSA TORRES CORREIA DE MELO

A dimensão humana nos planos urbanísticos da cidade de Natal/RN: Uma comparação dos planos diretores natalense em face à Cidade para pessoas, de Jan Gehl.

BEATRIZ MEDEIROS FONTENELE

Uma questão central: o espaço terciário enquanto transformador das dinâmicas espaciais residenciais em Natal/Rio Grande do Norte.

BRUNA RYLIANE DA SILVA SALDANHA SIMPLÍCIO

Implementação da política habitacional de interesse social: um estudo de caso múltiplo e comparado da capacidade estatal em suas dimensões administrativa e burocrática da cidade de Natal, Parnamirim e São Gonçalo do Amarante.

2021.2 SEMINÁRIO DE DISSERTAÇÕES E TESES

ONLINE

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS

Sessão 5

15 DEZ 9H

Debate:

JORGE DE OLIVEIRA PINTO (UFERSA)
RAQUEL SILVEIRA (PPEUR/UFRRN)

YONARA CLAUDIA DOS SANTOS

Gestão de riscos climáticos: caminhos para incorporação da capacidade adaptativa nas agendas de pequenos municípios.

RYLANNEIVE LEONARDO PONTES TEIXEIRA

Governança para as mudanças climáticas no Sul Global interfaces entre adaptação climática e energias renováveis no contexto de estados do Nordeste do Brasil.

EUNICE FERREIRA CARVALHO

Planejamento e gestão de energias renováveis frente às mudanças climáticas no Semiárido Paraibano.

ERIC MATEUS SOARES DIAS

Olha o Risco! Múltiplos saberes sobre os impactos das mudanças climáticas aos recursos hídricos no semiárido.

2021.2 SEMINÁRIO DE DISSERTAÇÕES E TESES

ONLINE

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS

Sessão 7

16 DEZ 9H

Debate:

ANGELO MAGALHÃES (UFERSA)
ANDERSON SANTOS (PPEUR/UFRRN)

ÉRICA MILENA CARVALHO MAGALHÃES LEÔNICO

Gestão tributária e dinâmica imobiliária: Análise à luz da captura de mais-valias urbanas na Região Metropolitana de Natal/RN.

PEDRO HENRIQUE BEZERRA DE FARIAS

Feira das Bruxas, Mossoró/RN: trabalho feminino e desenvolvimento regional.

ANA CLÁUDIA AGUIAR MENDES DA SILVA

Rota crítica das mulheres em situação de violência em Natal/RN: um olhar sobre a demanda e as políticas públicas.

2021.2 SEMINÁRIO DE DISSERTAÇÕES E TESES

ONLINE

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS

Sessão 2

13 DEZ 14H

Debate:

RAUL VENTURA (UFPA)
SARA MEDEIROS (PPEUR/UFRRN)

REBECA MAROTA DA SILVA

Dinâmica urbana e regional nas Regiões Metropolitanas de Natal e Fortaleza.

JOÃO PAULO SILVA DOS SANTOS

Urbanização de espaços interioranos não metropolitanizados no Nordeste Brasileiro: Mossoró/RN como uma "capital" regional.

MARIANA FERNANDES FREITAS

No limbo das estratégias: a política habitacional em dois momentos distintos nos municípios de porte médio fora da RM Natal.

FLÁVIA DUARTE DE OLIVEIRA CRUZ

Do Regional ao Urbano: um estudo da política do BNH a partir da perspectiva do planejamento regional no Nordeste.

2021.2 SEMINÁRIO DE DISSERTAÇÕES E TESES

ONLINE

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS

Sessão 4

14 DEZ 14H

Debate:

BEATRIZ MIOTO (UFABC)
FRANCISCO LIMA JÚNIOR (URCA)

ANA EMÍLIA DA SILVA COUTO

Mudanças e desafios na provisão de moradias.

CAROLINE SOUZA DOS SANTOS

Conflitos e a disputa em torno dos parques eólicos no Rio Grande do Norte.

ELAYNE DA SILVA FIGUEIREDO

As transformações socioespaciais nos territórios do MATOPIBA e o contexto da globalização.

LUIS RENATO NOGUEIRA DA ROCHA

Estado, políticas públicas e habitação no Rio Grande do Norte: a produção do BNH e do PMCMV nas pequenas e médias cidades.

2021.2 SEMINÁRIO DE DISSERTAÇÕES E TESES

ONLINE

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS

Sessão 6

15 DEZ 14H

Debate:

ALBERTO A. RIOS (EL COLEGIO DE JALISCO - MEXICO)
LIVRAMENTO CLEMENTINO (PPEUR/UFRRN)

ANALÚCIA DE AZEVEDO SILVA

Cidade inteligente e humana. Para quem?

ARTUR DUARTE DE LIMA

Bolsa Família: um estudo comparativo da experiência brasileira, mexicana e chilena.

ADRIEL FELIPE DE ARAÚJO BEZERRA

As evidências e o processo decisório nas políticas educacionais federais: o que informa os burocratas da educação?

GLEYCIANNY EMANUELLY RODRIGUES DE FREITAS

Por onde andamos? O ambiente construído e a caminhabilidade no município de Mossoró/RN.

2021.2 SEMINÁRIO DE DISSERTAÇÕES E TESES

ONLINE

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS

Sessão 8

16 DEZ 14H

Debate:

PABLO PINEDA (UNIV. DE GUADALAJARA - MÉXICO)
JOSÉ GOMES (PPEUR/UFRRN)

ARNALDO COSTA GAMA

Crimes e cidades no Brasil: os efeitos dos homicídios dolosos intencionais no território manauara.

JUAN MULLER DE ANDRADE BANDEIRA

A cidade de Macaíba no processo de metropolização de Natal.

MATHEUS FORTUNATO BARBOSA GOMES

Gestão local dos serviços públicos de saneamento básico: um estudo comparativo em 5 municípios da Região Metropolitana de Natal-RN.

LAYSE RODRIGUES DA SILVA

A capacidade institucional dos municípios metropolitanos na gestão das compras públicas: uma análise dos municípios da região metropolitana funcional de Natal.

TÍTULOS DOS TRABALHOS

As evidências e o processo decisório nas políticas educacionais federais: o que informa os burocratas do campo da educação?..1	
As Mulheres na incidência política, histórias de vida e formação de agenda para a construção do Apoio à Agricultura Urbana e Periurbana no Município de Natal.....4	
Rota crítica das mulheres em situação de violência em Natal/RN: um olhar sobre a demanda e as políticas públicas.....7	
Mudanças e desafios na provisão de moradias10	
Cidade Inteligente e Humana, para quem?13	
A DIMENSÃO HUMANA NOS PLANOS URBANÍSTICOS DA CIDADE DE NATAL/RN: Uma comparação dos planos diretores natalense em face à Cidade para pessoas, de Jan Gehl.....18	
CRIMES E CIDADES NO BRASIL: OS EFEITOS DOS HOMICÍDIOS DOLOSOS INTENCIONAIS NO TERRITÓRIO MANAUARA.....20	
Bolsa Família: Um estudo comparado da experiência Brasileira, Mexicana e Chilena25	
UMA QUESTÃO CENTRAL: o espaço terciário enquanto transformador das dinâmicas espaciais residenciais em Natal/Rio Grande do Norte.....28	
As guardiãs de sementes crioulas do Rio Grande do Norte: resistência na promoção da segurança alimentar e nutricional e do desenvolvimento territorial.31	
IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA HABITACIONAL DE INTERESSE SOCIAL: um estudo de caso múltiplo e comparado da capacidade estatal em suas dimensões administrativa e burocrática da cidade de Natal, Parnamirim e São Gonçalo do Amarante.....33	
Conflitos e a disputa em torno dos parques eólicos no Rio Grande do Norte.....36	
As transformações socioespaciais nos territórios do MATOPIBA e o contexto da globalização38	
Olha o Risco! Múltiplos saberes sobre os impactos das mudanças climáticas aos recursos hídricos no semiárido.....40	
GESTÃO TRIBUTÁRIA E DINÂMICA IMOBILIÁRIA: Análise à luz da captura de mais-valias urbanas da Região Metropolitana de Natal/RN.....43	
PLANEJAMENTO E GESTÃO DE ENERGIAS RENOVÁVEIS FRENTE ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO SEMIÁRIDO PARAIBANO46	
Do Regional ao Urbano: um estudo da política do BNH a partir da perspectiva do planejamento regional no Nordeste49	
POR ONDE ANDAMOS? O ambiente construído e a caminhabilidade no município de Mossoró/RN.....52	
URBANIZAÇÃO DE ESPAÇOS INTERIOANOS NÃO METROPOLIZADOS NO NORDESTE BRASILEIRO: MOSSORÓ/RN COMO UMA “CAPITAL” REGIONAL.....55	
A cidade de Macaíba no processo de metropolização de Natal.....58	
A CAPACIDADE INSTITUCIONAL DOS MUNICÍPIOS METROPOLITANOS NA GESTÃO DAS COMPRAS PÚBLICAS: UMA ANÁLISE NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA FUNCIONAL DE NATAL.61	
OS IMPACTOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DA REGIÃO DO SEMIÁRIDO POTIGUAR: UM OLHAR SOBRE O RURAL PESQUEIRO NA BACIA HIDROGRÁFICA DO PIANCÓ – PIRANHAS- AÇU.....64	
Estado, políticas públicas e habitação no Rio Grande do Norte: a produção do BNH e do PMCMV nas pequenas e médias cidades.67	
No limbo das estratégias: a política habitacional em dois momentos distintos nos municípios de porte médio fora da RMNatal70	
Gestão local dos serviços públicos de saneamento básico: Um estudo comparativo em 5 municípios da Região Metropolitana de Natal-RN.....73	

Difusão de políticas agrárias no Nordeste Brasileiro: uma análise da implementação do modelo de reforma agrária de mercado	77
Feira das Bruxas, Mossoró/RN: trabalho feminino e desenvolvimento regional	80
Dinâmica urbana e regional nas Regiões Metropolitanas de Natal e Fortaleza.....	83
Governança para as mudanças climáticas no Sul Global: interfaces entre adaptação climática e energias renováveis no contexto de estados do Nordeste do Brasil.....	86
Gestão de riscos climáticos: caminhos para incorporação da capacidade adaptativa nas agendas de pequenos municípios.....	89

AUTORES

Adriel Felipe de Araújo Bezerra, 1
Aline Nalon Ribeiro Neves, 4
Ana Claudia Aguiar Mendes da Silva, 7
Ana Emília da Silva Couto, 10
Analúcia de Azevedo Silva, 13
Andressa Torres Correia de Mello, 18
Arnaldo Costa Gama, 20
Artur Duarte de Lima, 25
Beatriz Medeiros Fontenele, 28
Bruna Raquel Torquato Pinho, 31
Bruna Ryliane da Silva Saldanha Simplicio, 33
Caroline Souza dos Santos, 36
Elayne da Silva Figueredo, 38
Eric Mateus Soares Dias, 40
Érica Milena Carvalho Guimarães Leôncio, 43
Eunice Ferreira Carvalho, 46
Flávia Duarte de Oliveira Cruz, 49
Gleycianny Emanuely Rodrigues de Freitas, 52
João Paulo Silva dos Santos, 55
Juan Muller de Andrade Bandeira, 58
Layse Rodrigues da Silva, 61
Louyse Rodrigues da Silva, 64
Luis Renato Nogueira da Rocha, 67
Mariana Fernandes Freitas, 70

Matheus Fortunato Barbosa Gomes, 73
Paula Valéria Ferreira de Almeida Rodrigues, 77
Pedro Henrique Bezerra de Farias, 80
Rebeca Marota da Silva, 83
Rylanneive Leonardo Pontes Teixeira, 86
Yonara Claudia dos Santos, 89

7

ORIENTADORES

Alexsandro Ferreira Cardoso da Silva, 28, 43, 52, 55
Anderson Christopher dos Santos, 25
Cláudio Roberdo de Jesus, 20
Joana Tereza Vaz de Moura, 7, 31, 36, 77
José Gomes Ferreira, 38, 73
Lindijane de Souza Bento Almeida, 33
Maria do Livramento Miranda Clementino, 58, 75
Raquel Maria da Costa Silveira, 61
Rita de Cássia da Conceição Gomes, 18
Sandra Cristina Gomes, 1
Sara Raquel Fernandes Queiroz de Medeiros, 10, 13, 49, 67, 70
Winifred Knox, 4, 64, 80
Zoraide Souza Pessoa, 40, 46, 86, 89

AS EVIDÊNCIAS E O PROCESSO DECISÓRIO NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS FEDERAIS: O QUE INFORMA OS BUROCRATAS DO CAMPO DA EDUCAÇÃO?

Adriel Felipe de Araújo Bezerra
Orientador(a): Sandra Cristina Gomes

Área de Concentração/Linha de Pesquisa: Estado e Políticas Públicas

Vinculação com projeto de pesquisa: Se vincula ao projeto de pesquisa “Escolhas Políticas e Implementação de Políticas: promoção da equidade ou reprodução das desigualdades?”

Objeto de estudo

A aderência ou não ao movimento de Políticas Públicas Baseadas em Evidências.

Problemática e Pergunta de Pesquisa

O processo de tomada de decisão é um momento de legitimação de uma das diversas soluções discutidas dentre um leque de várias soluções onde cada uma envolve riscos e consequências políticas numa arena onde atores – políticos, administrativos, sociais, econômicos, científicos, morais – mobilizam recursos materiais e ideológicos com o objetivo de ter seu ponto de vista e/ou interesses atendidos pela política pública em questão (DEUBEL, 2002).

Assim, entender o que informa os policymakers durante a formulação de alternativas e o processo decisório nas políticas públicas se faz imprescindível para que possamos compreender o que trouxe a educação brasileira até esse ponto e o que podemos esperar (ou mesmo contribuir preenchendo lacunas de informação com mais pesquisas) da educação em um futuro próximo. Para isso, temos a seguinte pergunta de partida: o que informa os burocratas do campo da educação?

Hipótese ou premissa

Há a possibilidade de as decisões estatais estarem baseadas somente em normativos, documentos jurídicos e relatórios de tribunais de contas e desconsiderarem sugestões de movimentos da sociedade civil, produções científicas e discussões em ambientes públicos, como audiências públicas, por exemplo. Nesse sentido, os elementos jurídico-contábeis delinearão a tomada de decisão nas políticas públicas muito mais do que outras instâncias do ambiente democrático. Da mesma forma, pode ser que haja uma baixa capacidade prospectiva do Estado devido a debilidade ou baixa confiabilidade de seus dados.

Objetivos da Pesquisa

O objetivo central da pesquisa é investigar a tomada de decisão nas políticas públicas, sobretudo nas políticas educacionais, de forma a entender quais os usos e evidências utilizadas no processo decisório pelos policymakers, observando as políticas da burocracia federal no que tange ao ensino superior na última década.

- i) Classificar as formas de evidências presentes no processo decisório;
- ii) Elaborar índice de adesão ao movimento de Políticas Públicas Baseadas em Evidências;
- iii) Realizar modelagem estatística dos dados.

Categorias de análise e referencial teórico utilizado

O processo de produção de políticas públicas passa pela identificação do que é um problema público para que se possa gerar ou aplicar uma solução já previamente existente (SECCHI, 2014). Quando o Estado deliberadamente decide por alocar recursos em

uma determinada política, também se opta por não alocar em outra. Essa escolha é baseada em múltiplos fatores – ou proveniente de múltiplos fluxos (KINGDON, 2013) – e que nem sempre levam em consideração evidências científicas. Crenças, valores, opinião pública, posição dos líderes de seus partidos, pressão dos lobistas e outros grupos que financiaram suas campanhas eleitorais, entre outros fatores também são levados em conta na tomada de decisão (HASKINS e BARON, 2011).

Entretanto, o uso de evidências tem se tornado um importante fator na tomada de decisão política (HASKINS e BARON, 2011; FARIA, 2020; PALLOTI et al., 2020). Haskins e Baron (2011), por exemplo, mostram como o governo Obama nos Estados Unidos privilegiou a alocação de recursos (financeiros, capital humano, tempo, etc.) para políticas em que se identificou o uso de evidências para subsídio na tomada de decisão. Cabe, portanto, destacar a que tipo de evidências estamos nos referindo.

Davies (2004) classifica uma tipologia do que é evidência em cinco categorias: 1) revisões sistemáticas; 2) estudos relativos a projetos específicos; 3) estudos-piloto/estudos de caso; 4) opinião de especialistas ou de consultoria; e 5) evidência de internet. Já Head (2008) considera três categorias: 1) pesquisa sistemática (científica); 2) experiência de gestão de programa (prática); e 3) juízo político. Embora aparentemente não haja um consenso na literatura brasileira quanto ao que seria especificamente evidência, o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado entende como subsídios para a tomada de decisão (PALLOTI et al., 2020).

Palloti et al. (2020, p. 2) consideram que:

O Estado capaz de produzir políticas públicas necessitaria, dentre seus principais recursos, de servidores com habilidades analíticas, assim como de mecanismos e processos que formem sistemas coordenados de análise de dados e evidências para apoiar a tomada de decisões nas políticas públicas (PALLOTI et al., 2020, p. 2).

Diversos atores podem participar do processo de elaboração de dados e evidências bem como das análises destas. No setor público, think tanks e universidades se destacam. Dentre organizações privadas com fins lucrativos, institutos de pesquisa e consultorias se sobressaem. No terceiro setor, Organizações Não-Governamentais (ONGs) podem ser apontadas como produtoras e analistas de dados e evidências no contexto das políticas públicas que subsidiam as tomadas de decisão. E, de fato, a participação de atores de várias esferas inclui no debate a visão de diferentes setores da sociedade, o que pode contribuir para aumentar a representatividade democrática na tomada de decisão e para a efetividade da política.

Ademais, o Estado dificilmente teria capacidade econômica o suficiente para contratar um adequado número de profissionais altamente capacitados na produção e análise de dados quantitativos e qualitativos. Portanto, esse pode ser outro motivo para que haja comunicação e articulação entre diversos setores na produção da política pública.

Outra maneira de subsidiar órgãos estatais com evidências é através das policy units, que são estruturas governamentais exclusivamente dedicadas à produção de informação e simplificação da linguagem técnica para o processo de tomada de decisão (PALOTTI et al., 2020). De acordo com Whitehurst (2018), dentro dos gabinetes dos departamentos do governo federal estadunidense existem escritórios responsáveis por pesquisa, avaliação e estatísticas, notadamente no caso do departamento (ou ministério) da educação dos Estados Unidos da América.

Embora considerável parte da literatura pesquisada até agora atue como militante da evidence-based policy, também é preciso pensar criticamente em possíveis fragilidades. Uma que se pode pensar diz respeito à necessidade de autonomia dos órgãos ligados aos governos e que produzem dados, estatísticas e análises. Sem autonomia, os governos podem se utilizar das evidências de maneira enviesada para que haja ganhos políticos ao publicizar dados não legítimos e sem rigor científico.

Outro gargalo que podemos explorar tange à racionalidade, em sentido estrito, na política pública. Dentre os fatores que estão presentes no processo de construção de políticas públicas, as evidências obtidas por meio de pesquisas sistemáticas ou sistemas estatísticos constituem apenas uma parcela enquanto variáveis pertencentes ao jogo político (como crenças, valores, interesses, filosofias partidárias, etc.) e econômico (teto de gastos, capacidade estatal de investimentos, etc.) e podem estar mais presentes em determinado contexto – especialmente quando não se há um consenso de como se alcançar um resultado eficaz, eficiente e efetivo na política pública. Se a predominância de evidências no processo decisório das políticas públicas fosse algo dado, provavelmente teríamos um sistema político mais parecido com uma sofocracia, ou governo dos sábios, defendida por Platão (2000) ou uma tecnocracia.

No caso da educação, as mudanças nos critérios e variáveis, além da qualidade dos dados, podem representar um desafio analítico para pesquisadores, analistas e comunidade na leitura e interpretação dos microdados. Tendo em vista o exposto, é preciso refletir em que medida a utilização de evidências influencia em uma melhor qualidade da tomada de decisão embasada

e possibilita uma accountability mais transparente. No entanto, ainda se faz necessário um olhar crítico voltado para “se” e “como” as evidências são utilizadas na tomada de decisão das políticas públicas.

Procedimentos Metodológicos

À priori, se imagina ser possível utilizar estatística descritiva a partir de bancos de dados oficiais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) como o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) – podendo contar com crítica e imputação de dados se houver pertinência.

Dentre as possibilidades de modelagem estatística cogita-se utilizar regressão logística, regressão logística multinomial, modelos hierárquicos ou análise de cluster. Para a análise quantitativa, a operacionalização poderá ser realizada no R Studio e/ou SPSS.

Para analisar a tomada de decisão em políticas educacionais, cuja formatação de dados provavelmente será qualitativa (a menos que hajam metadados sólidos), imagina-se a possibilidade de utilizar alguma técnica de big data, como o webscraping, para minerar dados qualitativos e depois realizar análise textual com técnicas estatísticas no software R Studio.

Referências (utilizadas no resumo)

DAVIES, P. Is evidence-based government possible? Jerry Lee lecture 2004 to be presented at the 4th Annual Campbell Collaboration Colloquium, Washington D.C. 19 february 2004.

DEUBEL, A. N. R. Políticas Públicas: formulación, implementación y evaluación. Bogotá: Ediciones Aurora, 2002.

FARIA, C. A. P. O movimento das políticas públicas baseadas em evidências: Ideias, instituições e interesses. 12º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, de 18 a 21 de agosto de 2020, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.

HASKINS, R.; BARON, J. Building the connection between policy and evidence: the Obama evidence-based initiatives. NESTA Report, 2011.

HEAD, B. W. Three lenses of evidence-based policy. The Australian Journal of Public Administration, vol. 67, n. 1, p. 1-11, 2008.

KINGDON, J. W. Agendas, alternatives, and public policies. 2 Ed. Essex: Pearson, 2013.

PALOTTI, P.; KOGA, N.; GOELLNER, I.; SILVA, N. A construção de evidências para as políticas públicas: mapeamento da trajetória das estruturas organizacionais no governo federal brasileiro após a redemocratização. 12º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, de 18 a 21 de agosto de 2020, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.

PLATÃO, 427-347 A.C. A República. 3 Ed. Belém: EDUFPA, 2000.

SECCHI, L. Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2 Ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

WHITEHURST, G. J. The Institute of Education Sciences: A model for federal research. Annals, AAPSS, 678, July, 2018.

AS MULHERES NA INCIDÊNCIA POLÍTICA, HISTÓRIAS DE VIDA E FORMAÇÃO DE AGENDA PARA A CONSTRUÇÃO DO APOIO À AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA NO MUNICÍPIO DE NATAL.

4

Aline Nalon Ribeiro Neves
Orientador(a): Winifred Knox

Área de Concentração/Linha de Pesquisa: Espaços Rurais e Dinâmicas Territoriais

Vinculação com projeto de pesquisa: Laboratório de Estudos Rurais - Labrural

Objeto de estudo

O objeto de estudo desta pesquisa está centrado no mandato da autora da Lei 7018/20, da Vereadora Divaneide a partir da história de vida da proponente e o diálogo diretamente com as lideranças femininas envolvidas na construção desta agenda, sejam elas do mandato, beneficiárias da política ou de grupos de interesse

Problemática e Pergunta de Pesquisa

A herança do capitalismo com o patriarcado são aspectos que afetam o desenvolvimento sociopolítico de todos os territórios, e mesmo diante de avanços e mudanças, os resultados ainda evidenciam muita desigualdade socioeconômica de gênero e a mulher ainda não é incluída em diversos programas prioritariamente.

Federici (2017) constata que as mulheres foram prejudicadas pela destruição da economia de subsistência promovida pelos cercamentos e as expropriações que se seguiram, perdendo seu sustento, seus ambientes de sociabilidade e instituições que decidiam sobre o uso das terras comuns.

As conquistas e avanços foram frutos de lutas coletivas, assim, a hipótese aqui, parte do protagonismo feminino político e sua organização na agricultura familiar como movimento emancipatório. A princípio a pergunta de partida tem sido construída no sentido de pensar quais as formas que as mulheres envolvidas com a questão da agricultura peri e urbana construíram redes políticas para a consolidação da lei 7018/20?

Hipótese ou premissa

Dessa forma, a trajetória pessoal e profissional de Brisa Bracchi e Divaneide Basílio até o espaço de representatividade legislativa como vereadoras, e uma rede organizada que dialoga com as circunstâncias políticas, econômicas, sociais e ambientais através deste mandato fomentam a origem e expansão das práticas e estudos sobre agricultura urbana e periurbana, visto que este conjunto de articulações finaliza com a proposta de lei municipal da Vereadora Divaneide em 2020 e de novos projetos de lei e orçamentos no ano de 2021 por ambos mandatos.

Objetivos da Pesquisa

Objetivo Geral:

- Analisar como as experiências e trajetórias da liderança feminina do mandato autor da Lei 7018/20, se relacionam na construção da política e na construção da agenda da agricultura urbana e periurbana.

Objetivos específicos:

- Identificar lideranças femininas que integram o mandato autor da Lei 7018/20, assim demais lideranças legislativas que contribuem para e com Agricultura Urbana e Periurbana no Município de Natal.
- Descrever o processo de construção da Política Municipal de Apoio à Agricultura Urbana e Periurbana do Município de Natal;
- Reconhecer atores sociais e entidades da sociedade civil envolvidos na construção da agenda no município;

Categories de análise e referencial teórico utilizado

A participação na política é um indicador que evidencia as desigualdades estruturais entre homens e mulheres na sociedade contemporânea. A participação das mulheres nos espaços de poder e liderança vem crescendo, ainda que de forma tímida, e dados das Eleições 2020 revelam essa movimentação. Elas, representam mais de 50% dos votos, foram apenas 33,3% das candidaturas, um crescimento menor que 2% em relação aos pleitos de 2016 e 2012. Entre as eleitas para o executivo e o legislativo, elas são respectivamente 12% e 16%, das quais apenas 6,5% são mulheres negras (Câmara dos Deputados, 2020). Segundo Zaar (2015), a Agricultura Urbana e Periurbana - AUP é composta tanto por elementos globais quanto por elementos particulares dos territórios, dessa forma reconhecer todos as dimensões que interferem no território em que a política se aplica são indicadores indispensáveis para este estudo. Paralelamente, Branco e Alcântara (2011, p. 421) apresentam que a AUP tomou impulso a partir da década de 1980 na América Latina, na África e na Ásia, como “estratégia de sobrevivência das populações mais pobres atingidas pela crise econômica que se instalou nessas regiões”, com ou sem apoio governamental. No Brasil as iniciativas começaram no mesmo período, com apoio dos governos municipais e de instituições locais, cabendo destacar o Programa Nacional de Agricultura Urbana e iniciativas de combate a pobreza durante os anos 2000, a descrição do contexto histórico local, também corresponde á indicadores para uma narrativa que possa vir a identificar os atores sociais envolvidos. Nessa perspectiva, e, tomando as reflexões de Federici (2017) sobre a precarização da condição das mulheres na sociedade contemporânea, é possível entender o protagonismo

político feminino e sua organização em torno da agricultura familiar como um movimento emancipatório? Nossa missão é pensar suas trajetórias, ou seja, “a localização dos acontecimentos, duração da existência e a sua situação no transcurso de uma vida” (BORN, 2001, p. 243), em conjunto com seus encontros e colaborações na formulação da própria agenda da AUP e a consolidação da Lei 7018/20, que é o primeiro marco regulatório na capital potiguar sobre a agricultura em meio urbano, contemplando a promoção de práticas agroecológicas, sobre os princípios da Economia Solidária, visando menor impacto no meio ambiente e a produção sustentável. . Born (2001) aponta que as trajetórias de vida podem ser estruturadas de diferentes maneiras, e que, somente na trajetória moderna é possível uma esquematização estruturada em relação ao tempo e instituições, que por sua vez influenciam o próprio curso da vida das pessoas, sendo assim a descrição da construção desta política será uma das estruturas a ser elaborada e analisada.

Procedimentos Metodológicos

Este estudo corresponde a uma abordagem qualitativa e a entrevista é nosso principal instrumento de pesquisa, a princípio aberta, com a Vereadora autora do projeto e sua assessoria, posteriormente, com mulheres em posições de comando e liderança nos sindicatos, federações, confederações, cooperativas, associações de produtores, bem como pesquisadores da temática e demais membros da “comunidade política” (KINGDON, 1995); por último, as mulheres que vivem da agricultura, o público-alvo da política, aquelas que retiram seu sustento da agricultura urbana e periurbana.

A “história de vida” é nosso método para analisar as relações entre as trajetórias das mulheres e a formação da agenda, contudo, atentamos para uma série de problemáticas acerca do uso da biografia na antropologia. Kofes (2015) afirma que a biografia e a autobiografia tencionam pressupostos antropológicos na medida em que se distanciam de totalidades como “sociedade”, “cultura” e “estrutura”, sejam essas mais concretas ou abstratas, perdendo o compromisso com o horizonte da comparação.

A noção de “trajetória”, central para antropologia, é utilizada para reconstruir as sucessivas posições ocupadas pelo agente, onde a única constância é seu nome próprio, ou seja, ao produzir uma narrativa biográfica deve-se levar em consideração que os acontecimentos não são lineares e buscar compreender os deslocamentos do agente. Por último, para Bourdieu (1996), compreender trajetória envolve perceber os sentidos dos movimentos que conduzem o sujeito de uma posição a outra

Referências (utilizadas no resumo)

BORN, Claudia. Gênero, trajetória de vida e biografia: desafios metodológicos e resultados empíricos. Interfaces. Porto Alegre: Sociologias, ano 3, nº 5, 2001.

BOURDEIEU, P. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. Usos & abusos da história oral. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

BRANCO, Marina Castelo and ALCANTARA, Flávia A de. Hortas urbanas e periurbanas: o que nos diz a literatura brasileira?. *Hortic. Bras.* [online]. 2011, vol.29, n.3, pp.421-428. ISSN 0102-0536. <https://doi.org/10.1590/S0102-05362011000300028>.

Câmara dos Deputados. Candidaturas femininas crescem em 2020, mas ainda não representam a população brasileira Fonte: Agência Câmara de Notícias. 2020. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/698770-candidaturas-femininas-crescem-em-2020-mas-ainda-nao-representam-a-populacao-brasileira/>>. Acesso em: 05 jan. 2021.

FEDERICI, Silvia. "A acumulação do trabalho e a degradação das mulheres". In: ____. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpos e a acumulação primitiva*. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

KINGDON, John W. "Juntando as coisas: Como chega a hora de um ideia?" In: ____. *Agendas, alternatives, and public policies*. Tradução Paulo César Nascimento. 2 ed. Addison Wesley Educational Publishers Inc., 1995, pp 196-208.

PL – Política Municipal de Apoio A Agricultura Urbana e Periurbana. ISSU. Divaneide Basílio, 2019. Disponível em: https://issuu.com/divaneidebasilio/docs/pl_agricultura_urbana Acesso em: 05 de dezembro de 2020.

ROTA CRÍTICA DAS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA EM NATAL/RN: UM OLHAR SOBRE A DEMANDA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS.

7

Ana Claudia Aguiar Mendes da Silva
Orientador(a): Joana Tereza Vaz de Moura

Área de Concentração/Linha de Pesquisa: DINÂMICAS URBANAS E REGIONAIS

Vinculação com projeto de pesquisa: ESPAÇOS RURAIS E DINÂMICAS TERRITORIAIS

Objeto de estudo

O presente estudo tem por finalidade analisar a relação entre demandas dos movimentos feministas e a implementação de políticas públicas existentes no enfrentamento a violência baseada em gênero. O tema tem sido promissor entre pesquisadores de várias áreas, principalmente nos estudos que se referem ao princípio da dignidade da pessoa, tendo como perspectiva o direito humano das mulheres.

Problemática e Pergunta de Pesquisa

De que forma o Estado tem garantido políticas públicas de enfrentamento a violência de gênero, considerando o que foi pautado pelo movimento feminista a partir da elaboração trazido pelas mulheres em suas diferentes realidades?

Hipótese ou premissa

Este trabalho tem como premissa destacar como a violência de gênero têm provocado reações na sociedade e levado os e as gestores (as) públicos um olhar mais atento nos últimos anos. Esse cenário tem levando a elaboração, implementação e avaliação de políticas públicas na construção de uma agenda governamental. Tal agenda mira em direção a sociedade para mudanças culturais e também para o Estado com a expectativa em torno de uma resposta do aparelho governamental.

Objetivos da Pesquisa

Objetivo Geral: Compreender em que medida a pauta dos movimentos feministas em relação à violência baseada em gênero incide nas políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres no município de Natal.

Objetivos específicos:

- Sistematizar o histórico das políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres no município de Natal;
- Identificar as agendas dos movimentos feministas em Natal e sua atuação na temática da violência contra as mulheres;
- Analisar as tensões existentes entre a agenda política e a dinâmica de execução dos serviços socioinstitucionais na rede atendimento às mulheres vítimas de violência no município de Natal.

Categorias de análise e referencial teórico utilizado

O feminismo é um movimento político que tem as mulheres como sujeitos. Por meio de formulações teórico-políticas e ações concretas vem evidenciando, ao longo de um século, o lugar subordinado que as desigualdades de gênero reservam as mulheres. Para Christine Delphy (2015) Nos anos 60 e 70 do século passado, o feminismo trouxe à tona a questão da autonomia das mulheres, a necessidade de politizar e trazer a público o âmbito privado do controle dos corpos, questionando a vida íntima, o amor conjugal e a cultura. O slogan conhecido era “o pessoal também é político”.

Outro aspecto importante trazido pelo feminismo é a mobilização social. As ações coletivas colaboram para uma consciência da própria opressão na condição de ser mulher em um sistema patriarcal. Diferentes formas de mobilização buscam a superação da invisibilidade dessa opressão nas relações cotidianas e institucionais. No aspecto mais teórico-político, a crítica feminista traz para o espaço público a contraposição a um discurso supostamente universalista sobre as mulheres, inclusive no interior do próprio movimento.

O Estado passa a incorporar nos seus planos de governo a perspectiva de gênero mediante os diversos olhares e práticas reivindicadas pelos movimentos feministas. Constrói-se um relativo consenso de que o Estado tem o papel de garantir direitos e reduzir desigualdades, enfrentar a pobreza e as relações sociais que produzem opressão e violência contra a mulher. O feminismo foi além da denúncia da violência contra as mulheres; buscou também defender a emancipação política e econômica e uma inserção mais equitativa na esfera pública. Com isso, foi realizada uma crítica à proposta liberal de emancipação e igualdade para o sujeito universal, mas que excluía as mulheres. (NOBRE & FARIA, 1999).

No ano de 2006 acompanhamos a promulgação da Lei 11.390/2006 – Lei Maria da Penha (LMP), comemorada pelos movimentos feministas, participante ativo da sua elaboração. Essa legislação causou impacto em toda a sociedade pelo caráter punitivo aos agressores de mulheres nas relações afetivas/ conjugais. A LMP trouxe avanços, porém, ainda faltam nos programas a incorporação de estratégias no interior de uma rede de proteção para que este dispositivo legal seja implementado de forma efetiva no país.

As intervenções multidisciplinares, sugeridas na LMP, as quais apontam contribuições importantes para garantir o respeito a autonomia das mulheres que são acolhidas institucionalmente ao decidirem romper (ou não) o ciclo da violência e, ao mesmo tempo, compreender as complexas subjetividades envolvidas nos diferentes contextos do fenômeno. (ANGELIM, 2009).

Perceber e identificar um problema, pensar alternativas, formar uma agenda, tomar decisão, implementar e avaliar é parte constitutiva desse ciclo institucional. Nesse sentido, minha intenção de pesquisa está dirigida exatamente para a agenda do enfrentamento a violência contra a mulher e a inserção do tema nas políticas públicas.

Procedimentos Metodológicos

Como estratégia metodológica a ser maturada sob orientação acadêmica, minha proposta de investigação visa triangular a agenda dos movimentos feministas, a violência de gênero e as políticas públicas a partir de uma categoria conceitual e operativa denominada “Rota Crítica”. A Rota Crítica seria o caminho percorrido por uma mulher em situação de violência na Rede de atendimento (mais detalhes na seção sobre a metodologia).

Proponho inicialmente atuar em três frentes:

- i) Pesquisa nos documentos de recomendações às políticas públicas pactuados em instâncias participativas, tais como o Plano Nacional de Políticas Públicas Para as Mulheres e seu correspondente em âmbito municipal;
- ii) Entrevistas com ativistas que atuam no tema da violência de gênero, usuárias dos serviços de atenção às mulheres vítimas de violência e gestores da Rede de Atendimento.
- iii) Grupo focal com o público que na sua vivência acessam os programas de atendimento as mulheres em situação de violência. Importante considerar que, o grupo terá a composição de mulheres jovens, mulheres trans, mulheres idosas, mulheres jovens e mulheres lésbicas. essa composição reflete uma visão mais ampliada do conceito de gênero.
- iv) Grupo Focal - Com grupos de mulheres, considerando a diversidade de gênero.

Referências (utilizadas no resumo)

Angelim, F. P. (2009). Mulheres vítimas de violência: dilemas entre a busca da intervenção do Estado e a tomada de consciência (Tese de Doutorado). Universidade de Brasil, Brasília, DF, Brasil.

BRASIL. Lei N.º11.340, Lei Maria da Penha, de 7 de agosto de 2006. Recuperado em 20 de março de 2006, de <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/ato2004-2006/2006/lei/111340.htm>

Brasil, Secretaria de Políticas para as Mulheres (2013). Violência contra as mulheres. Recuperado de www.spm.gov.br/assuntos/violencia/pesquisas-e-publicacoes/pesquisas-e-publicacoes

DELPHY, Christine. O inimigo principal: a economia política do patriarcado. Rev. Bras. Ciênc. Polít. [online]. 2015, n.17, pp.99-119. ISSN 0103-3352. <http://dx.doi.org/10.1590/0103-335220151704>.

NOBRE, M. e FARIA N. Porque o feminismo deve ser radicalmente contra o neoliberalismo. Folha Feminista, março 1999. SOF. São Paulo.

MUDANÇAS E DESAFIOS NA PROVISÃO DE MORADIAS

10

Ana Emília da Silva Couto

Orientador(a): Sara Raquel Fernandes Queiroz de Medeiros

Área de Concentração/Linha de Pesquisa:

Dinâmicas Urbanas E Regionais

Vinculação com projeto de pesquisa: Habitação social no Rio Grande do Norte: do Banco Nacional de Habitação ao Programa Minha Casa Minha Vida

Objeto de estudo

O objeto de estudo consiste na análise do processo de transição dos dois programas habitacionais e suas implicações no cenário de provisão habitacional de Interesse Social.

Problemática e Pergunta de Pesquisa

O acesso à moradia é um dos principais entraves sociais urbanos do Brasil e os programas habitacionais se apresentam como uma das saídas a essas questões. Cada programa traz sua complexidade, pois envolve uma trama de interesses e agentes, metas e estruturas que configuram sua identidade. Diante disso, os governos criam e conduzem seus programas habitacionais a partir de uma ideologia política sustentada no ideal da casa própria, difundindo suas ações e assim reafirmando sua marca. Após 11 anos de existência, o Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV passa a dar lugar ao Programa Casa Verde e Amarela-PCVA com sua implementação iniciada em 2020. Neste sentido, a pergunta de pesquisa parte de Como a transição do Programa Minha Casa Minha Vida para o Programa Casa Verde e Amarela repercute na política habitacional de interesse social no município de Natal?

Hipótese ou premissa

Hipótese 1: Na prática, o PCVA operacionaliza no município de Natal nos mesmos moldes que o PMCMV, trazendo resultados similares quanto ao programa extinto.

Hipótese 2: A transição do PMCMV para o PCVA reafirma uma política mais econômica e menos socio-habitacional.

Hipótese 3: O PCVA precariza o direito à moradia para a população de baixa renda.

Objetivos da Pesquisa

Objetivo Geral: construir uma análise que permita entender os novos caminhos que tomam a política habitacional no Brasil face à transição entre os dois programas, buscando compreender se houve o desmonte dessa política ou se surge apenas uma reestruturação da mesma.

Objetivos Específicos:

- Analisar a estrutura da política dos dois programas habitacionais e apontar o que se altera entre eles.
- Verificar as instituições e os agentes quanto a recepção às diretrizes do Programa Casa Verde e Amarela – PCVA e quais a mudanças provocadas na forma gestacional e estrutural.
- Identificar os desafios a serem enfrentados pelo município de Natal, frente a ruptura de um programa habitacional operando a 11 anos na provisão de moradias e como isso repercute nos planos de ação habitacional do município.

Categories de análise e referencial teórico utilizado

- ESTRUTURAS ORGANIZACIONAIS : Busca o entendimento estrutural dos programas habitacionais e das relações com seus agentes/atores e instituições.

ARRETCHE (2001), BOLAFFI (1982), CARDOSO E ARAGÃO (2013), INGRAM (1997), LOTTA (2012), MEDEIROS (2010), SCHNEIDER E SIDNEY(2009) E LIMA (2020) ESTARÃO PRESENTES NESSE ESTUDO

- O CENÁRIO PÚBLICO E PRIVADO NOS PROGRAMAS HABITACIONAIS: Visa compreender os arranjos que envolve os dois setores no campo da habitação e dos programas, os interesses e efeitos dessas relações, principalmente no setor privado.

BOLAFFI (1972), D'OTTAVIANO (2010), MARICATO (2001,2014) E SHIMBO (2012) CONTRIBUEM NESTE ASPECTO.

- ESTRUTURA POLÍTICO-FINANCEIRA DOS PROGRAMAS: Parte da análise de diretrizes que orientam a política à moradia através de suas metas e ações e a configuração destas quanto a modalidades, fundos, linhas de financiamento e distribuição desses recursos a partir do modelo proposto.

AMORE, SHIMBO E RUFINO(2015), AZEVEDO (2013), BONDUKI (2018), CARDOSO (2013), CARDOSO, ARAGÃO E JAENISCH (2017), ROLNIK (2009) E ROYER (2009) ESTARÃO PRESENTES NESSE ESTUDO.

- HABITAÇÃO COMO PROPULSORA NA/DA CIDADE: Visa analisar os efeitos que a transição e o atual programa operante trará à cidade, buscando compreender a articulação do programa com o cenário urbano, ausência ou não de instrumentos que viabilizem atingir as metas propostas.

ARANTES E FIX (2009), AZEVEDO (1988), BOLAFFI (1982), BONDUKI (2008), CARDOSO (2013), MARICATTO(2012). CONTRIBUEM PARA A ANÁLISE

Procedimentos Metodológicos

A pesquisa requer um viés metodológico baseado em uma análise mista de informações, fazendo o uso de dados quantitativos e qualitativos. Essa junção dá relevância aos processos intrínsecos ao desenvolvimento do programa, o que permite uma visão mais próxima da realidade (STAKE,2006). Desse modo, como instrumento de coleta de dados secundários será adotado levantamento bibliográfico inerente ao campo teórico-conceitual de habitação social a partir de artigos, livros, entrevistas, teses e matérias jornalísticas. Além disso, serão utilizados dados estatísticos oriundos de bases de pesquisa, fontes importantes de dados do sítio eletrônico do Ministério do Desenvolvimento Regional – Sistema de Habitação – SISHAB, através do Relatório Executivo, outros documentos como o Relatório de Avaliação do PMCMV em 2020, dados do Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística - IBGE, bem como de Relatórios elaborados pela Fundação João Pinheiro em parceria com o Governo Federal fazem parte da pesquisa por meio de um viés quantitativo. Por fim, destacam-se também as legislações referentes ao PMCMV e o PCVA como Leis Ordinárias, Medidas Provisórias, Leis Complementares, Resoluções entre outras. Através de uma abordagem qualitativa, ocorrerão entrevistas de ordem semiestruturadas com atores e instituições de modo que o resultado final se dará a partir de um caráter descritivo e analítico. As entrevistas serão solicitadas por meio de ofício e realizadas por meio de plataforma google meet, bem como gravadas com o consentimento de cada entrevistado. Portanto, o projeto que tem por base tal pesquisa será submetido ao Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Todos os dados qualitativos serão analisados e organizados através do Programa MAXQDA, já os dados quantitativos serão analisados através do Programa Power BI.

Referências (utilizadas no resumo)

ARANTES, P. F.; FIX, M. Como o governo Lula pretende resolver o problema da habitação. Brasil de fato, São Paulo, 31 jul. 2009. Disponível em: Acesso em agosto 2009.

ARRETCHE, Marta. Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas. In: MOREIRA, Maria Cecília Roxo; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (Org.). Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais. São Paulo: IEE/PUC SP, 2001.

AZEVEDO, Sérgio de e ANDRADE, Luis Aureliano Gama: Habitação e Poder: Da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional de Habitação – ZAHAR EDITORES, Rio de Janeiro. 1982.

BOLAFFI, Gabriel. Habitação e urbanismo: o problema e o falso problema. In: MARICATO, Ermínia (Org.). A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial. Prefácio de Francisco de Oliveira. 2.ed. São Paulo: Alfa-omega, 1982. 116p., cap.2, p.37-70.

BOLAFFI, G. (1972). Aspectos socioeconômicos do Plano Nacional de Habitação. Tese de Doutorado. São Paulo, Universidade de São Paulo.

BONDUKI, Nabil. Origens da habitação social no Brasil. Arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria São Paulo: Estação Liberdade/Fapesq, 1998.

CARDOSO, A. L. O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

CARDOSO, A. L.; ARAGÃO, T. A. Do fim do BNH ao Programa Minha Casa Minha Vida: 25 anos de política habitacional no Brasil. In: CARDOSO, A. L. O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. p. 17-66

CARDOSO, A. L.; ARAGÃO, T.A; JAENISCH, S.T. Vinte e dois anos de política habitacional no Brasil: da euforia à crise -- 1. ed. -- Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2017.

D'OTTAVIANO, Maria Camila Loffredo; SILVA, Sérgio Luis Quaglia. Regularização fundiária no Brasil: velhas e novas questões. Planejamento e Políticas Públicas, Brasília, n. ja/ju, p. 201-229, 2010.

LOTTA, Gabriela. O papel das burocracias do nível da rua na implementação de políticas públicas: entre o controle e a discricionariedade. In: FARIA, C. A (org). Implementação de Políticas Públicas. Teoria e Prática. Editora PUCMINAS, Belo Horizonte, 2012.

MARICATO, E. (2001). Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana. Petrópolis, Vozes

MARICATO, Ermínia. O impasse da política urbana no Brasil. São Paulo: Editora Vozes, 2014

MEDEIROS, S. R. F. Q. "BNH: Outras Perspectivas." 1ª. Conferência Nacional De Políticas Públicas Contra A Pobreza E A Desigualdade. Anais... Natal. 2010.

ROLNIK, R. ; NAKANO, A. K. As armadilhas do Pacote Habitacional. In: LE MONDE Diplomatique Brasil. Edição: 05 de março de 2009.

CIDADE INTELIGENTE E HUMANA, PARA QUEM?

13

Analúcia de Azevedo Silva

Orientador(a): Sara Raquel Fernandes Queiroz de Medeiros

Área de Concentração/Linha de Pesquisa: Dinâmicas Urbanas e Regionais/ Abordagens sobre Cidades e Dinâmica Urbana

Vinculação com projeto de pesquisa: Cidades Inteligentes: território, tecnologia e planejamento no Nordeste do Brasil

Objeto de estudo

As dinâmicas urbanas de inovação tecnológica promovidas no âmbito do Programa Natal Cidade Inteligente e Humana, articuladas entre a prefeitura de Natal e o Instituto Metrópole Digital (IMD/UFRN), desencadeadas a partir de sua adesão ao modelo smart por meio da inserção na Rede Brasileira de Cidades Inteligentes e Humanas (RBCIH).

Problemática e Pergunta de Pesquisa

O planejamento urbano se traduz em modelos que registraram características de cidades cristalizadas, por exemplo, em paradigmas como Cidade-Empreendimento, Cidade do Planejamento Estratégico, etc. Atualmente, é o conceito smart (inteligente, esperto) que se materializa em projetos urbanos smart city e human smart cities. Ligadas à questão da inovação urbana e tecnológica, prometem ser instrumento de modernização, crescimento inclusivo e sustentável, melhorando a qualidade de vida das pessoas pelo intenso uso de infraestruturas smarts a fim de aprimorar os serviços da cidade e otimizar seus recursos. Problematicando a hegemonia do planejamento via inovação tecnológica, que julga conhecer todos os problemas urbanos e resolvê-los com soluções inteligentes e, arrazoando os discursos mercadológicos e acadêmicos, importa analisar como o desenvolvimento urbano pautado na ideia smart se comporta frente às desigualdades sociais e territoriais: a inovação contribui para a diminuição, reprodução ou ampliação delas? Para quem se constrói a cidade Inteligente e Humana?

Hipótese ou premissa

As dificuldades vivenciadas por países com significativas desigualdades sociais sugerem que a ideia smart pode tornar-se um instrumento reprodutor de injustiças sociais, a exemplo da desigualdade digital. Garantir, com recursos públicos, a implantação e o uso da inovação urbana e tecnológica em cidades marcadas pela precarização de infraestruturas urbanas e sociais leva a crer que a cidade inteligente e humana pode ser 'mais do mesmo' no planejamento urbano, privilegiando os interesses mercadológicos e algumas partes do espaço urbano.

Objetivos da Pesquisa

Objetivo geral: Identificar no território a abrangência das infraestruturas tecnologias implementadas pelo poder público e privado, seus usos e os efeitos práticos na proposta Human Smart City para o desenvolvimento econômico-social das cidades e no processo de inclusão social prometida pela introdução da componente humana ao paradigma.

Objetivos específicos:

A) Identificar as políticas públicas de inovação urbana e tecnológicas financiadas pelo governo brasileiro (federal, estadual, municipal) na perspectiva de compreender o alcance da proposta smart no que se refere à ampliação de infraestruturas; desenvolvimento econômico-social das cidades, bem como sua relação com desigualdades sociais e territoriais objetivando, a partir do estudo de caso, construir a cartografia da human smart city em Natal/RN.

B) Refletir sobre a relação "inovação e território" no contexto smart na perspectiva de compreender os processos de marginalização territorial e desigualdades digitais, tendo o estudo de caso (Natal/RN) como amostra para fomentar o debate acerca do discurso hegemônico do planejamento urbano em torno da ideia da inovação tecnológica como resolutividade para todos os problemas das cidades.

- C) Analisar o modelo smart no que se refere à oferta de alguns serviços públicos proporcionados pela inovação tecnológica em Natal/RN a partir de iniciativas como a criação do Parque Tecnológico Municipal (resultante do Termo de Cooperação Técnica celebrado entre UFRN/IMD/PMN); o aplicativo 'Natal Digital' e a plataforma Smart Geolayers do projeto Smart Metropolis desenvolvida com o apoio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo (produtos elaborados no âmbito do Programa Natal Cidade Inteligente e Humana), para estabelecer algumas relações entre essas políticas públicas e o papel da iniciativa privada (empresas de tecnologia e inovação) em Natal/RN.
- D) Compreender os processos históricos de planejamento urbano em Natal/RN que se tornaram instrumentos promotores de injustiça social, como uma estratégia no campo da política pública, que contribua para que a ideia human smart não se torne apenas mais um conceito distante, na prática, de uma cidade para as pessoas.

Categorias de análise e referencial teórico utilizado

A tese realiza reflexões e análises críticas trazendo à baila as transversalidades dos autores que dialogam com o fenômeno urbano, analisando também, do ponto de vista da formulação da agenda pública a realidade brasileira destacando o cenário da iniciativa no município de Natal/RN, objeto de estudo da tese, ao provocar o debate acerca desse modelo contrapondo-o à visão humanizada de uma cidade para as pessoas na qual planejadores, administradores e legisladores atuem na perspectiva da justiça social.

Nesse sentido, o estofa teórico busca fundamentar as análises de dados primários e secundários coerentemente e dar conta de ao menos quatro categorias de análises sobre a Natal Cidade Inteligente e Humana - NCIH: a) formação da agenda pública na proposta smart; b) territórios iluminados e opacos na NCIH; c) relação inovação/território e; d) desenvolvimento socioeconômico local.

Para o impreciso conceito smart city serão ajustadas as convergências de autores como Albino (2015), Kon; Santana (2016); Komninos (2008); Kummitha (2017); Dameri (2013); Mendes (2020); Moura; Silva (2019). A compreensão da incorporação da componente human ao modelo smart se dará a partir Campolargo; Oliveira (2014), Oliveira (2015), Santos (2018), Martinelli (2019) e Morozov & Bria (2019) e das observações da Rede Brasileira de Cidades Inteligentes e Humanas (RBCIH).

As leituras de Hall (1995), Harvey (1996-2008) e Sassen (2010) permitem discussões sobre economia globalizada e governos neoliberais que podem explicar os desafios do alcance da justiça social nas cidades inteligentes e humanas. Em Kingdon (1995), Hill; Hupe (2002), Aune (2017), a tese aborda o jogo de interesses na formação da agenda pública quando da inserção da proposta smart no planejamento das cidades.

Assumindo inovação como essencial para o desenvolvimento das sociedades e economias (FERRÃO 2002; VALE, 2012) e a partir dos conhecimentos advindos da Geografia Econômica (Gomes, 2021) far-se-á o diálogo entre Inovação/Território, incluindo resultados de recentes pesquisas nacionais como de Arroyo (2021), Steda (2021), Israel (2019) e Kazukas (2018). Para essa categoria, tem-se a observância da teoria de Santos (1994) sobre territórios iluminados e opacos nas cidades e as contribuições dos pesquisadores Medeiros (2011), Furtado (2005) e Barbosa (2014), que são fundamentais para a espacialização e cartografia da cidade inteligente e humana em Natal/RN.

Somam-se às análises, os trabalhos dos urbanistas Greenfield (2013), Gehl (2013), Sánchez (2010), Rolnik (2015) e Valença (2016), da filósofa Arantes (1998-2002-2012) e do sociólogo Castells (1999-2008) em debates profícuos sobre planejamento urbano e desigualdade social. Amparada nesse arcabouço de discussões, a tese discute os temas da marginalização (FASSIN, 1996) e desigualdade digital (SORJ, 2003) no contexto smart e os desafios da justiça social.

Procedimentos Metodológicos

A pesquisa (1ª etapa) contém leituras de teses acerca da proposta smart e de pesquisas que abordam os mais recentes investimentos no planejamento urbano em Natal/RN que contribuem para ajustar teoria versus realidade.

A 2ª etapa envolve procedimentos teórico-metodológicos de análise de dados quantitativos (primários ou secundários) e dados qualitativos adquiridos por meio de entrevistas (abertas ou estruturadas) e da construção do conhecimento (análise de surveys) realizados com específicos grupos da administração pública municipal, empresariais e instituições públicas conhecendo os

investimentos públicos em cidades inteligentes e o perfil dos agentes envolvidos com a elaboração de planos, programas e projetos implementados nacionalmente e em Natal/RN.

O estudo de caso (3ª etapa) consiste na análise dos impactos das políticas públicas implementadas em Natal/RN após sua aderência a RBCIH: criação do Parque Tecnológico Metrópole Digital; expansão da Rede GigaNatal e seus usos públicos e inclusão do Programa Natal Cidade Inteligente e Humana no PPA 2018-2021. A dimensão territorial dessas intervenções será conhecida por meio de representações em mapas, quadros e gráficos que revelarão a NCIH. Especialmente, os dados socioeconômicos disponibilizados pelo IBGE; as contribuições de pesquisadores como Silva (2006), Medeiros (2015) e Ferreira (2016) que revelaram desigualdades em Natal/RN; os mapas de luminosidade e de cobertura de internet exibidos pelas operadoras de telecomunicação; a base de dados do IPEA sobre UDHS e; serão dispostos na tese em forma de quadros, gráficos e tabelas apresentando uma radiografia das desigualdades no caminho percorrido pelos investimentos públicos em inovação e novas tecnologias na Natal Cidade Inteligente e Humana.

Referências (utilizadas no resumo)

ALBINO, V., BERARDI, U.; DANGELICO, R. M. Smart Cities: Definitions, Dimensions, Performance, and Initiatives. *Journal of Urban Technology*, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/10630732.2014.942092>. Acesso em: 05 jan. 2021.

ARROYO, Mónica. Digitalização e financeirização do território: uma imbricação que se renova no capitalismo do século XXI In: RENA, Natacha; BRANDÃO, Marcela; MEDEIROS, Daniel; SÁ, Isabel (orgs.). *Urbanismo Biopolítico*. Belo Horizonte: Agência de Iniciativas Cidadãs, 2021. p. 143-156.

AUNE, Anne. *Human Smart Cities: o cenário brasileiro e a importância da abordagem joined-up na definição da Cidade Inteligente*. 2017. Dissertação (Mestrado em Engenharia urbana e ambiental) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: Acesso em: 14 jul. 2021.

ARANTES, Otilia. *Urbanismo em fim de linha e outros estudos sobre o colapso da modernização arquitetônica*. São Paulo: Edusp, 1998.

ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2002.

ARANTES, O. B. F. *Berlim e Barcelona: duas imagens estratégicas*. São Paulo: Annablume, 2012.

BARBOSA, Luciano César Bezerra. *Ícones urbanos na cidade de Natal: arquitetura e desenvolvimento urbano na cidade do sol e mar*. 2014. Tese (Doutorado em Arquitetura e urbanismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/19641/1/IconesUrbanosCidade_Barbosa_2014.pdf. Acesso em: 16 nov. 2020.

CASTELLS, Manuel. *A era da informação: economia, sociedade e cultura. O poder da identidade*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, v. 2, 1999.

CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. 6 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

DAMERI, R. P. Searching for Smart City definition: a comprehensive proposal. *International Journal of Computers & Technology*, n. 11(5), p. 2544-2551. Retrieved, 25 set. 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/283289962_Searching_for_Smart_City_definition_a_comprehensive_proposal. Acesso em: 15 jan. 2021.

FASSIN, Didier. "Exclusion, Underclass, Marginalidad". *Revue Française de Sociologie*, XXXVII, 1996.

FERREIRA, Glenda Dantas. *Produção Habitacional, Agentes e Território: uma análise do PMCMV na Região Metropolitana de Natal*. 2016. 294f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

FERRÃO, João. *Serviços e inovação: novos caminhos para o desenvolvimento regional*. São Paulo: Celta Editora, 1992.

FURTADO, Edna Maria. *A onda do turismo na cidade do sol: a reconfiguração urbana de Natal*. 2005. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/13723/1/OndaTurismoCidade_Furtado_2005.pdf. Acesso em: 16 nov. 2020.

- GEHL, Jan. Cidade para Pessoas. 2.ed. Tradução: Anita Di Marco. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- Gomes, M. T. S., Tunes, R. H., Oliveira, F. G. de (org.). Geografia da inovação: território, redes e finanças. Ed. Consequência, 2021.
- GREENFIELD, Adam. Against the Smart City. NY: Do projects, 2013.
- HALL, Peter. Cidades do Amanhã. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1995.
- HARVEY, David. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. São Paulo, Espaço e Debates, nº 39, 1996.
- HARVEY, David. O Neoliberalismo: História e Implicações. São Paulo, Edições Loyola, 2008.
- Hill, Michael; Hupe, Peter. Implementing Public Policy. London: Sage, 2002.
- ISRAEL, Carolina. Redes digitais, espaços de poder: sobre os conflitos na reconfiguração da internet e as estratégias de apropriação civil. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2019.
- KAZUKAS, Gabriel Pironcelli. Smart Cities: uso de aplicativos de tecnologia para o planejamento urbano na cidade de São Paulo. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2018.
- KON, Fábio; SANTANA, Eduardo Felipe Zambom. Cidades inteligentes: conceitos, plataformas e desafios. São Paulo: [S. n.], 2016.
- KOMNINOS, Nicos. Intelligent cities and globalisation of innovation networks. Disponível em: <<http://www.stellenboschheritage.co.za/wp-content/uploads/Intelligent-Cities-and-Globalisation-of-Innovation-Networks.pdf>> Acesso em 02 de novembro de 2020 [2008].
- KINGDON, J.W. (1995). Agendas, alternatives and public policies. 2 ed. New York: Harper Collins College.
- KUMMITHA, R. K. R.; CRUTZEN, N. How do we understand smart cities? An evolutionary perspective, Elsevier, n. 67, p. 43-52, 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/336810185_How_do_we_understand_smart_cities_An_evolutionary_perspective. Acesso em: 05 jan, 2021.
- MARTINELLI, Marcos Alberto. Proposta de gestão local de redes sociotécnicas: estratégia para a implantação de Cidades Inteligentes e Humanas. Tese (doutorado) – Universidade Federal de São Carlos, Campos São Carlos. SP, 2019.
- MEDEIROS, Gilene Moura Cavalcante de. Habitus e territorialidade na composição da dinâmica imobiliária em Natal/RN. 2011. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) _ Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011. Disponível em: <https://www.natal.rn.gov.br/bvn/publicacoes/GileneMCM_TESE.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2020.
- MEDEIROS, Sara Raquel Fernandes Queiroz de. Produção do espaço residencial em Natal: renda, segregação e gentrificação nos conjuntos habitacionais. 2015.
- MENDES, Teresa Cristina M. Smart Cities: solução para as cidades ou aprofundamento das desigualdades sociais? Rio de Janeiro, INCT, 2020. 23 p. (Texto para discussão, n. 11). In: OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia. Texto para discussão. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/wp-content/uploads/2020/01/TD-011-2020_Teresa-Mendes_Final.pdf>. Acesso em: 10 out. 2020.
- MOURA, Filipe; SILVA, João de Abreu. Smart Cities: Definitions, Evolution of the Concept and Examples of Initiatives. Lisboa: Springer, Cham, 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Filipe_Moura4/publication/335239465_Smart_Cities_Definitions_Evolution_of_the_Concept_and_Examples_of_Initiatives/links/5e342c0ca6fdcc9657adad1/Smart-Cities-Definitions-Evolution-of-the-Concept-and-Examples-of-Initiatives.pdf. Acesso em: 11 jan. 2021.
- MOROZOV, E. & BRIA, F., A Cidade Inteligente – Tecnologias Urbanas e Democracia, UBU Editora/Fundação Rosa Luxemburgo, São Paulo, 2019.
- OLIVEIRA, Álvaro. Constructing human smart cities. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON SMART CITIES AND GREEN ICT SYSTEMS, 4., 2015, Lisboa. Anais [...]. Lisboa: MyNeighbourhood, 2015. p: 1-94. Disponível em: <http://www.smartgreens.org/Documents/Previous_Invited_Speakers/2015/SMARTGREENS2015_Oliveira.pdf>. Acesso em: 16 out. 2020.
- OLIVEIRA, Álvaro de; CAMPOLARGO, Margarida Maria Martins. Human Smart Cities: a Human-Centric Model aiming at the wellbeing and quality of life of citizens. Belfast: [S.n.], 2014.
- ROLNIK, Raquel. Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

REDE BRASILEIRA DE CIDADES INTELIGENTES E HUMANAS - RBCIH. Brasil 2030: cidades inteligentes e humanas. [S. l.]: RBCIH, 2016.

SANTOS, Milton. Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-Científico Informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Irani. Estratégia de desenvolvimento socioeconômico inovacity: metodologia de gestão de inovação governamental para o desenvolvimento de cidades inteligentes e humanas, 2018. 174 f. Dissertação (Mestrado em ciência, tecnologia e Inovação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

SASSEN, Saskia. A cidade global: recuperando o lugar e as práticas sociais. Porto Alegre: Artmed, 2010.

SHEARMUR, Richard. Are cities the font of innovation? A critical review of the literature on cities and innovation. Elsevier, Montréal, Québec, Canadá, n. 29, p. 9-18, 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/257097157_Are_cities_the_font_of_innovation_A_critical_review_of_the_literature_on_cities_and_innovation. Acesso em: 02 jan. 2021.

SILVA, A. F. C. Depois das fronteiras: a formação dos espaços de pobreza na periferia norte de Natal/ RN. 2006. 212 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006.

STEDA, Melissa Maria Veloso. Território e informação: produção e consumo de aplicativos na era da computação em nuvem. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2021.

SÁNCHEZ, Fernanda. A reinvenção das cidades para um mercado mundial. 2ª Ed. Chapecó: Argos, 2010.

SORJ, Bernardo. Brasil@povo.com: a luta contra a desigualdade na Sociedade da Informação. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

TUNES, Regina Helena. Geografia da inovação: território e inovação no Brasil no século XXI. 2015. 526 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

VALENÇA, Márcio Moraes. Arquitetura de grife na cidade contemporânea: tudo igual, mas diferente. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

A DIMENSÃO HUMANA NOS PLANOS URBANÍSTICOS DA CIDADE DE NATAL/RN: UMA COMPARAÇÃO DOS PLANOS DIRETORES NATALENSE EM FACE À CIDADE PARA PESSOAS, DE JAN GEHL.

18

Andressa Torres Correia de Mello

Orientador(a): Rita de Cássia da Conceição Gomes

Área de Concentração/Linha de Pesquisa: DINÂMICAS URBANAS E REGIONAIS / CIDADES E DINÂMICA URBANA

Vinculação com projeto de pesquisa: A Centralidade de Mossoró no contexto urbano regional: uma discussão a partir do comércio e dos serviços.

Objeto de estudo

A urbanidade nos Planos diretores de Natal após a constituição de 1988.

Problemática e Pergunta de Pesquisa

A utilização dos espaços urbanos contribui a uma melhor percepção de qualidade de vida, estando aí a viabilidade entre áreas que se convergem na geração de um ambiente urbano ativo, isto é, a atividade social teria o espaço sua condição de realização. Entretanto, os modelos de planejamento urbano adotados nas últimas décadas, contribuíram para o espraiamento urbano e para a segregação socioespacial e desumanizaram ambientes urbanos em termos de escala e/ou sentido de pertencimento. É neste contexto que se começa a refletir sobre a necessidade de utilizar o planejamento urbano, através do Plano Diretor Municipal, como meio de assegurar que a cidade seja inclusiva, através da realização democrática deste instrumento urbanístico. Portanto, a questão que essa dissertação pretende responder é: “quais os critérios presentes no documento do Plano Diretor Municipal da cidade do Natal/RN, após a Constituição de 1988, que propiciem a construção de uma cidade para pessoas?”

Hipótese ou premissa

A própria forma como a cidade tem sido constituída impede o uso de uma cidade para pessoas, isso porque o planejamento urbano praticado na cidade do Natal não contemplou e nem contempla na sua totalidade a ideia de uma cidade para pessoas, logo, parte-se do princípio que existe uma seletividade espacial que repercute neste planejamento urbano.

Objetivos da Pesquisa

Objetivo geral:

Analisar o processo de crescimento urbano de Natal e a construção da urbanidade nos Planos Diretores de Natal de forma comparativa, face a ideia proposta por Jan Gehl em seu livro Cidade para pessoas.

Objetivos específicos:

- Revisar a bibliografia sobre os conceitos de Urbanidade, identificando os atributos para a construção de espaços públicos voltados à dimensão humana.
- Revisar a bibliografia do Jan Gehl como suporte na identificação dos indicadores físicos para análise comparativa com os índices explicitados nos Planos Diretores.
- Compreender os momentos históricos de cada plano diretor da cidade Natal buscando relacionar ao urbanismo atuante de cada época.
- Confrontar os pontos mencionados na literatura estudada sobre Urbanidade com os pontos pertinentes nos Planos Diretores analisados da cidade do Natal/RN.

Categorias de análise e referencial teórico utilizado

A cidade, como ponto de encontro, locais de celebração e uso constante de pessoas, tem permanecido relegada em detrimento à herança deixada pela ideologia urbanística modernista através do modelo de urbanização rodoviária. Jacobs (2000) desvenda e contribui à análise dos parâmetros da dinâmica urbana, com o aumento do tráfego de automóveis e as construções individuais, alterando a forma como são construídas as cidades despriorizando o planejamento urbano humanizado. Compreender essa dinâmica urbana contribui para o entendimento acerca dos desafios enfrentados nas cidades e na problemática da urbanidade perdida ao longo das últimas décadas como possibilidade de se pensar e construir uma cidade para pessoas. Uma cidade pensada na escala humana, permite não somente caminhadas, mas também documentam uma experiência urbana que se amplia para além do convite para essa caminhada, na participação de uma vida urbana versátil e variada (GEHL, 2015; SPECK, 2016). Jan Gehl (2015) propõe uma verdadeira reflexão sobre a escala humana e a escala urbana como elemento chave para o planejamento, convidando os cidadãos a vivenciarem, influenciando no seu comportamento, além disso, o entendimento da obra de Gehl (2015) a respeito desses atributos para a escala humana atuam como elementos atratores para que pessoas vivam a cidade de forma saudável e sustentável. A urbanidade explora inerentes atributos físicos para a promoção de espaços aprazíveis na cidade. O entendimento desses atributos físicos como mecanismos classificadores dessa urbanidade contribuirá para o entendimento e posterior análise da “cidade que acolhe”, a cidade que possui critérios de urbanidade. (AGUIAR, 2012, HOLANDA, 2011, RHEINGANTZ, 2012). O pensamento de Lefebvre é fundamental para a compreensão e análise do papel do espaço público na cidade, visto que o espaço público antes de tudo, se posiciona como papel social, a partir das representações das relações de produção. Schmid (2012) propõe uma reflexão sobre o espaço trazido por Lefebvre perante uma compreensão da produção do espaço dividida na tridimensionalidade dos processos dialeticamente interconectados, os espaços concebido, vivido e percebido, e que permitem a compreensão da análise dos processos espaciais e práticas espaciais em diferentes níveis, pois levanta a teoria social a partir de duas categorias, a cidade e o espaço. A cidade para pessoas de Jan Gehl revela contradições, pois seu processo de produção é social, mas sua apropriação é privatizada, isso porque atividades de arquitetos e urbanistas quando estes se alinham ao capital e possuem subsídios do Estado dialoga com a cidade capitalista.

Procedimentos Metodológicos

Revisão da literatura que contemple os aportes teóricos de JACOBS (2000), GEHL (2015), SPECK (2016) no sentido da mudança de paradigma do urbanismo adotado até agora, e a preconização da importância de se inserir elementos que corroborem para a crescente urbanidade na cidade, levando-se em consideração a dimensão humana na elaboração de políticas públicas voltadas às pessoas. Autores como, AGUIAR (2012), HOLANDA (2011) RHEINGANTZ no sentido de definição do conceito de urbanidade e contribuição dos atributos físicos do termo. E o estudo de LEFEBVRE (2001), SCHIMID (2012) para conceituação e entendimento do espaço social e a produção social do espaço.

Pesquisa documental para a busca dos planos diretores anteriores ao vigente, assim como, procede a uma revisão detalhada da Legislação urbana federal e municipal, na figura da Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001, o Estatuto da Cidade, e dos Plano Diretores de Natal, ao qual deverá ser identificada a presença de determinados atributos característicos para uma cidade vivida, gerando assim uma caracterização desses planos e dessa legislação.

Pesquisa empírica através de observação in loco de espaços na cidade que demonstrem as práticas espaciais, a seletividade espacial.

Referências (utilizadas no resumo)

AGUIAR, Douglas. Urbanidade e a qualidade da cidade. Arquitectos, São Paulo, ano, v. 12, 2012.

GEHL, Jan. Cidade para pessoas. Tradução Anita Di Marco. 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 2015

HOLANDA, F. Urbanidade: arquitetônica e social. AGUIAR, D., NETTO, V. M. (org). Urbanidades. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2012.

JACOBS, Jane. Morte e vida de grandes cidades. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.

RHEINGANTZ, P. Narrativas ou traduções de urbanidade. (135-162). Aguiar, D., Netto, V. M. (org). Urbanidades. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2012.

SCHMID, Christian. A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. GEOUSP Espaço E Tempo (Online), v. 16, n. 3, p. 89-109, 2012.

SPECK, Jeff. Cidade caminhável. 1. Ed – São Paulo: Perspectiva, 2016. Tradução: Anita Natividade. ISBN 978-85-273-1053-6

CRIMES E CIDADES NO BRASIL: OS EFEITOS DOS HOMICÍDIOS DOLOSOS INTENCIONAIS NO TERRITÓRIO MANAUARA

Arnaldo Costa Gama

Orientador(a): Cláudio Roberdo de Jesus

Área de Concentração/Linha de Pesquisa: Cidades e Dinâmicas Urbanas

Vinculação com projeto de pesquisa: CRIMES E CIDADES NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Objeto de estudo

Espaços intraurbanos, homicídios dolosos intencionais

Problemática e Pergunta de Pesquisa

O fenômeno dos homicídios dolosos em Manaus está relacionado ao comportamento no espaço intraurbano em determinado período e local, e podem apresentar estabilidade, crescimento ou retração?

Hipótese ou premissa

O comportamento dos homicídios dolosos nos espaços intra-urbanos de Manaus, por meio das taxas de homicídios dolosos, apresentam padrões de violência e refletem as múltiplas manifestações no espaço urbano o que podem ser observadas no tempo e no espaço.

Objetivos da Pesquisa

Analisar as mudanças e manifestações sociais do município de Manaus ao longo do período de 2012 a 2020, a partir das taxas de homicídios dolosos intencionais, um dos principais problemas que afetam diretamente o espaço intra-urbano.

Objetivos Específicos

- Identificar a heterogeneidade socioespacial de padrões urbanos, diferenças e variações na capital Manaus;
- Identificar a existência de padrões espaço-temporais intra-urbanos nos movimentos das taxas de homicídios dolosos em Manaus;
- Definir a influência de redes das organizações criminosas no cometimento de homicídios do território da metrópole estudada;
- Identificar a atuação direta das instituições de segurança pública no controle social formal dos crimes de homicídio dolosos registrados para o período pesquisado (2012 a 2020).

Categorias de análise e referencial teórico utilizado

Homicídios dolosos intencionais – Análise na sua forma tipificada (Art. 121 do Código Penal Brasileiro) - Cunha (2014) realiza abordagem sobre as tipificações penais dos Art. 121 a 361 do Código Penal, em que se incluem os homicídios.

Redes de Organizações criminosas: De acordo com a Convenção de Palermo)

Taxas de Homicídios dolosos intencionais: O indicador calcula as mortes violentas intencionais. Considera o número de mortes para cada 100 mil habitantes.

Padrões Intraurbanos: Série de indicadores pertencentes ao contexto urbano que podem ser associados um aos outros e que podem ser mensurados e analisados em suas diversas formas. (GEWEKE e SINGLETON, 1981)

Instituições de segurança pública: São aquelas instituições que pertencem a segurança pública de estado, que estejam ligadas ao sistema como um todo.

Espaço produzido; multiplicidades de processos no espaço urbano - Lefebvre (1972); Santos (2012): a multiplicidades de processos que nele ocorrem e suas diversas formas do espaço urbano que revelam novas espacialidades, apresentando as dinâmicas sociais cada vez mais complexas, e redefinindo o significado de cada lugar.

Segregação urbana: Um apanhado de processos que ocorreram e que evidenciam diversos modos e apresentação de sua característica singular (JÚNIOR e DAVIDSON, 1998; OLIVEIRA, COSTA, 2007; LIMA, 2014, IBGE, 2017).

Violência e criminalidade urbana: Sérgio Adorno, (1993) aborda o tema, violência urbana, como foco nas “múltiplas modalidades:” crime comum, crime organizado, violência doméstica, violação de direitos humanos, as quais são preocupações sociais da sociedade contemporânea.

o conceito de violência: “é o uso intencional da forma física ou do poder, real ou em ameaça contra si próprio, outra pessoa, um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha qualquer possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação” (WUP, 2014.p.2).

Violência e crime: são “problemas sociais complexos e polissêmicos, que contemplam diferentes configurações e produzem realidades sociais dinâmicas de difícil acesso” (GOMES, DUARTE e CARVALHO, 2015. p.8).

Criminalidade violenta: uma teoria macrossocial, voltados para os fatores de risco apontarem para o recrudescimento de vertentes da violência urbana, em que os fatores de risco estão na “concentração da pobreza, as estruturas de oportunidades à disposição de populações excluídas, o declínio do capital social ou a socialização de gênero” (BEATO, 2012, p. 28).

Diversos territórios de fronteira: lugares de novas atividades, é preciso pensar o espaço no caráter relacional do espaço-tempo, mais do que no espaço isoladamente, fora de sua estrutura normativa, É um espaço da vida social, que não compreende necessariamente o espaço físico, em que o indivíduo é capaz de produzi-lo através do trabalho social, interagindo ou modificando sua natureza e para isso, Lefebvre (1992), apresenta três elementos considerados essenciais para a existência do espaço.

Fronteira: Resultado de sua construção histórica como divisor de soberania; de disputa de poder; defesa do território do Estado-nacional, limite das leis do Estado para proteção/punição de seus cidadãos e até mesmo de sua “produção”, a fronteira não poderia ter outra imagem senão a de lugar em que vicejam as contravenções, o contrabando, a saída ou entrada daqueles que infringem a lei e a ordem em seus respectivos Estados (NOGUEIRA, 2007.p.47).

Crime organizado: “é uma organização voltada para maximização dos lucros com a venda de bens e serviços ilícitos, tendo a intenção criminoso como elemento definidor da estrutura do crime organizado” que estão envolvidos de uma série de fatores causais da violência.

Narcotráfico: As estruturas do narcotráfico e sua operação respondem tanto a estímulos de mercado, em sua dimensão transnacional e global, como a fatores e circunstâncias de ordem doméstica e mesmo local que definem o modo de inserção de um país no contexto do narcotráfico internacional e as condições específicas de seu funcionamento (Argemiro Procópio Filho e Alcides Costa Vaz, "O Brasil no contexto do narcotráfico internacional", Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, núm. 1, 1997, p. 87)

Procedimentos Metodológicos

Fonte dos dados

O estudo pretende analisar o movimento dos acontecimentos de homicídios dolosos intencionais ocorridos no território da capital Amazonense, a partir das observações do movimento dos padrões das taxas de mortalidade no período de abril de 2012 a dezembro de 2020, uma vez que esses acontecimentos ao longo dos anos, afetam os espaços intra-urbanos das metrópoles brasileiras.

O Estado do Amazonas apresenta condições geográficas continentais, a capital Manaus, recebe toda a carga de movimento de população, de investimentos em infraestrutura, de saúde, de transporte, segurança etc. daí a importância de

analisar as taxas de homicídios com maior detalhe, uma vez que é na capital, que os crimes violentos são mais latentes (GAMA, 2018).

A análise das taxas de homicídios dolosos ocorridas no Estado do Amazonas será necessária, porém os dados agregados em grandes áreas (como em Unidades da Federação ou Regiões Metropolitanas) permitem avaliar tendências gerais e apresentam informações importantes para o escopo do trabalho, mas de forma genérica (BEATO, 2012; NERY, ADORNO, 2015). Portanto é preciso sair da escala global, restringidas pelos limites políticos-administrativos (macro) e voltar os olhares para perspectiva (micro) intraurbana, com estudos voltados para microáreas de tais acontecimentos, observando os padrões urbanos de distribuição espaço-temporal de mortalidade por atos violentos em Manaus.

Para analisarmos o fenômeno dos homicídios dolosos na capital Amazonense, buscaremos entendê-lo por fatores que atuam em distintos níveis: macro/global e micro/local, relacionados às questões intraurbana. Os dois níveis podem revelar lados de realidades distintas ou não, mas que podem apresentar realidades mais significativas para a análise do fenômeno (NERY et al, 2012). Na perspectiva global (mundial, nacional, regional, metropolitana) recaem sob as análises de determinadas regularidades em grandes escalas territoriais. Na escala micro/local (intraurbana) o foco recai nas análises da evolução de cada região ou localidade, observando as relações no sentido macro com os territórios específicos de análise, entendidos como micro locais.

Serão analisadas as influências de fatores como urbanização e heterogeneização socioespacial, gestão do sistema de segurança pública, e atuação das organizações criminosas no contexto dos homicídios dolosos. Para esta tese será empregado estudo descritivo-exploratório por meio de documentos bibliográficos e análises.

Realizar-se-á um estudo ecológico e longitudinal, tendo como unidade de análise os 2.461 setores censitários de Manaus, com base na divisão censitária de 2010. Os setores censitários representam a menor porção territorial utilizada pelo IBGE para planejar e realizar pesquisas em áreas contínuas, formado por quadro urbano ou rural com dimensões e número de domicílios que possam ser levantados por um recenseador do IBGE (IBGE, 2000). Essa unidade territorial é a mais adequada para análises intraurbanas (ALVES, 2006; NERY, 2006), assim como as análises do espaço temporal dos homicídios dolosos (NERY, 2012; 2016). Outra análise será pontual nos setores dos 30 Distritos Policiais Integrados de Polícia da capital do Amazonas.

Os dados serão aqueles da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável da Região Metropolitana de Manaus (SRMM), Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico (SEPLAN) e do Instituto Municipal de Planejamento Urbano (IMPLURB) com informações da pesquisa do Plano Diretor de Manaus 2019, os quais não podem ser ignorados, pois podem contribuir para as análises futuras deste trabalho. Os estudos de mortalidade, características de viagens diárias das populações, áreas de risco, expansão urbana, proteção de mananciais, etc podem contribuir para análises atuais dos dispositivos intra-urbanos (NERY et al., 2012).

Ademais podemos observar, pelo senso comum, que alguns bairros de Manaus (Zona Oeste: Compensa; Zona Leste: Jorge Teixeira, São José e Mauzinho; Zona Norte: Cidade de Deus; Zona Sul: Santa Luzia e Educandos) se apresentam como pontos do medo difuso da violência e o pavor quanto a periculosidade - muito por conta da divulgação da imprensa de crimes de homicídios - mais que precisam ser melhor estudados esses acontecimentos de forma científica e metodológica. Manaus, assim como algumas cidades do Nordeste vem apresentando tendência de recrudescimento dos homicídios dolosos nas últimas três décadas, no entanto, não podemos afirmar que a capital como um todo é violenta, uma vez que congrega lugares violentos e diversamente pacíficos, como poderemos observar nesta pesquisa.

Para efeito desta pesquisa os dados tipificados como homicídios dolosos serão extraídos na base de dados do Sistema Integrado de Segurança Pública (SISP) da Secretaria de Segurança Pública do Amazonas (SSP/AM) para o período de abril de 2012 a dezembro de 2020. O Sisp é um sistema de banco de dados que agrega as informações de ocorrências registradas pela Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros. É possível extrair informações que permitem identificar dados mais detalhados de ocorrências policiais como a natureza da ocorrência, local, a data, e outros georreferenciados.

Serão estudados todos os homicídios dolosos intencionais registrados no Município de Manaus (HDMM) no período de janeiro de 2012 a dezembro de 2018 do banco de dados do SIM. Neste contexto, diferenciam-se os homicídios dolosos da categoria "mortes por agressão", os quais são identificados e codificados pelas instituições de saúde, de acordo com a Classificação Internacional de Doenças e Causas de Mortes (CID), esses dados serão extraídos do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde (MS). Da base de dados o SIM serão selecionadas as quantidades de crimes intencionais, por local

de residência do óbito, por município, por idade e sexo, ano de ocorrência, causa básica e associadas, raça/cor, local, ou seja, de forma Global.

Neste sentido, serão considerados os dados do SIM, classificados de acordo com CID-10 nas categorias: X85-Y09; Y22-Y24 e Y35, óbitos por agressão e aquelas mortes causadas por intervenção legal.

Os dados populacionais, para os anos analisados, serão àqueles provenientes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do Censo demográfico de 1980, 1991, 2000, e 2010, da contagem populacional de 1996, ou as projeções populacionais dos anos censitários será utilizado a tabela de comparabilidade do IBGE (IBGE, 2000).

Neste trabalho serão utilizados os registros de homicídios dolosos georeferenciados provenientes do SISP. A contagem populacional e os Censos refletem os dados populacionais com suas características de domicílio, dos indivíduos que ali moram, sejam individual ou coletivo. Com esses dados serão possíveis criar indicadores com suas dimensões e as variações temporais de mortes intencionais praticadas por terceiros (homicídios), indicadores de infraestrutura (habitacional, populacional, de condições sanitárias e de higiene), de mobilidade urbana (viagens diárias e mobilidade) do Plano Diretor de Manaus 2019, socioeconômicas (renda, instrução, segregação espacial, longevidade) e as características de lugar de cada setor. Esses dados serão compatibilizados com os setores censitários, observando o último censo (2010) que servirá de base para os indicadores intra-urbanos da capital amazonense que serão distribuídos nos setores censitários em 2010.

As taxas de mortalidades de homicídios dolosos (TMHD) serão calculadas por setor censitário. A taxa de mortalidade será calculada por 100.000 habitantes (CARVALHO, SAWYER, RODRIGUES, 1998; AIDAR, 2003).

As políticas de gestão implementadas para a redução dos homicídios dolosos perpetrados por membros das organizações criminosas nos estados serão informadas pelas Secretarias de Segurança Pública dos Estados do Amazonas (SSP-AM), por meio de consulta prévia e oficial, com fundamento na Lei de Acesso à Informação (LAI) ou buscadas em revistas e periódicos que mostraram as políticas de controle da criminalidade em Manaus ou no Estado do Amazonas, a exemplo do "Programa Ronda no Bairro". Quando da avaliação distintas da distribuição dos homicídios e os indícios de organização criminosa nos espaços intra-urbanos de Manaus serão analisados períodos restritos (2012-2014; 2015-2017; 2018-2020). Espera-se, neste caso, tipos de regimes espaciais com seus respectivos padrões intra-urbanos, assim como a distribuição e concentração de casos de registros de óbitos letais para os períodos listados.

Corroborando com Jannuzzi (2005) e Nascimento et al (2011) outras variáveis poderiam ser colocadas para análise na mortalidade violenta no espaço urbano (a exemplo da disposição dos Distritos Policiais - DPs, em cada setor), uma vez que cada uma tem seu enfoque, neste sentido os indicadores apresentados para o entendimento do movimento da criminalidade violenta nos espaços intraurbanos de Manaus atende o escopo do trabalho e espera-se chegar ao entendimento do foco da pesquisa.

Referências (utilizadas no resumo)

ADORNO, S. A criminalidade urbana violenta no Brasil: um recorte temático. BIB, Rio de Janeiro, v. 35, n. 1, 1993.

_____. Crime e violência na sociedade brasileira contemporânea. *Jornal de Psicologia-PSI*, 2002. pp. 7-8.

ADORNO, Sérgio; DIAS, Camila; NERY, Marcelo. A cidade e a dinâmica da violência. In: Lúcio Kowarick e Heitor Frúgoli Jr. *Pluralidade urbana em São Paulo: vulnerabilidade, marginalidade, ativismos*. São Paulo: Editora 34; FAPESP, 2016, pp. 381-410.

AIDAR, T. A face perversa da cidade: configuração sócio-espacial das mortes violentas em Campinas nos anos 90. Campinas: UNICAMP/NEPO, 2003. (Texto NEPO, 44).

ALVES, H. P. F. Vulnerabilidade socioambiental na metrópole paulistana: uma análise sociodemográfica das situações de sobreposição espacial de problemas e riscos sociais e ambientais. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 23, n. 1, 2006. pp. 43-59.

AMAZONAS – GOVERNO DO ESTADO – SEPLAN; MANAUS – Prefeitura Municipal; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Desenvolvimento Humano em Manaus – Atlas Municipal*. 2006. Volume I.

ANDRADE, Israel de Oliveira; CORTINHAS, Juliano da Silva; SOARES, Matheus Augusto; FRANCO, Luiz Gustavo Aversa. *Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras em Perspectiva*. Texto para Discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.-

Brasília : Rio de Janeiro : Ipea , 2019. Acessado em 10 de abril de 2021, disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

ANSELIN, L; SYABRI, I, KO, Y. GeoDa: an introduction to spatial data analysis. Geogr Anal. 2005. pp. 5-22.

ASSUNÇÃO, R.M. Estatística Espacial com aplicações em epidemiologia, Economia, Sociologia. 7ª Escala de Modelos de Regressão, São Carlos, SP, 2001.

ASSUNÇÃO, R.M; REIS, E.A. A new proposal to adjust Moran's I for population density. Stat Med. 1999.pp. 2147-62.

BARREIRA, César. Crimes por Encomenda: Violência e Pistolagem no Cenário Brasileiro. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Núcleo de Antropologia da Política. 1998.

BARREIRA, C.; ADORNO, S. A violência na sociedade brasileira. Horizontes das ciências sociais no Brasil: sociologia. São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2010.

BEATO, Cláudio & REIS, Ilka. Desigualdade, desenvolvimento socioeconômico e crime. In: HENRIQUES, Ricardo (Org.). Desigualdade e pobreza no Brasil. Rio de Janeiro. São Paulo: IPEA, 2000. pp. 385-404.

BEATO, Cláudio. Crime e Cidades. Belo Horizonte: UFMG. 2012.

BOLSA FAMÍLIA: UM ESTUDO COMPARADO DA EXPERIÊNCIA BRASILEIRA, MEXICANA E CHILENA

25

Artur Duarte de Lima

Orientador(a): Anderson Cristopher dos Santos

Área de Concentração/Linha de Pesquisa: Estado e Políticas Públicas

Vinculação com projeto de pesquisa: Estado e Políticas Públicas

Objeto de estudo

O objeto do estudo consiste na comparação do Bolsa Família do Brasil, Oportunidade do México e Solidariedade do Chile, levando em consideração os 4 primeiros anos de implementação desses programas de transferência de renda condicionada, levando em consideração os aspectos de impacto.

Problemática e Pergunta de Pesquisa

O presente trabalho tem como sua perspectiva fomentar uma discussão acerca do Programa Bolsa Família, comparando o mesmo a outros programas de transferência de renda utilizando como base para essa comparação, os programas Oportunidade do México e Solidariedade do Chile, buscando assim entender o contexto histórico e social em que essas políticas públicas foram implementadas e comparando o primeiro momento de implementação dessas políticas. Essa análise deve principalmente se valer do contexto vivenciado no continente Latino Americano durante a segunda metade da década de 90 e início dos anos 2000 com a influência do Banco Mundial e FMI (SILVA 2014).

Frente ao que foi apresentado o questionamento motivador do trabalho é: Como os programas sociais do México, Brasil e Chile (Oportunidade, Bolsa Família e Solidariedade) são passíveis de comparação diante dos seus 4 primeiros anos de implementação e seus desenhos de política e as condicionalidades impostas para o seu público-alvo?

Hipótese ou premissa

Diante do que se pensa para a formulação da pesquisa, a premissa do trabalho ronda em torno de realizar uma análise comparativa de maneira viável entre o Bolsa Família e seus correlatos no cenário Latino Americano, no caso Oportunidades no México e Solidariedade do Chile. Analisando essas políticas públicas em um espaço temporal ainda a ser estipulado. Junto ao efeito desses programas no que tange o combate a pobreza.

Objetivos da Pesquisa

Objetivo Geral:

Fazer uma análise comparativa dos 4 primeiros anos do Programa Bolsa Família, diante de outros programas de transferência de renda continuada que foram implementados no México com o programa Oportunidade e do Chile com o Programa Solidariedade.

Objetivos específicos:

- Analisar as regras e os modelos de funcionamento dos Programas de Transferência de renda condicionada em estudo;
- Observar a capacidade de articulação no decorrer da implementação dessas políticas com demais políticas públicas
- Traçar uma abordagem comparativa entre os programas: Critério de ingresso, permanência das famílias, valores do benefício, público-alvo e condicionalidades;
- Realizar um esboço histórico de como cada uma dessas políticas se tornaram

opções hegemônicas.

Categorias de análise e referencial teórico utilizado

Pensando no processo de construção do trabalho, deve-se pensar em categorias de análise que sejam capazes de transmitir o processo de formulação dessas políticas. Frente a isso pode-se pensar no primeiro conceito que serviu de base para a criação dos Programas de Transferência de Renda Condicionada.

A categoria nomeada como “capacidade” formulada por Sen (1999), serve como base para pensar o combate à pobreza não apenas como algo momentâneo, mas de uma quebra de ciclo geracional, ou seja, não associando a pobreza apenas a renda, mas a outros aspectos que fazem parte da inserção dos vulneráveis dentro da sociedade capitalista.

O segundo aspecto a pensar para o entendimento desse estudo, se traduz em relação a intersectorialidade dessas políticas, para Leite (2012), esses programas apresentam resultados significativos por se tratarem de escopos que unificam mais de um aspecto dos serviços essenciais, no caso, para se vencer a miséria se faz necessário associar medidas que visem garantir a qualidade de vida, como saúde, educação e qualificação profissional.

Logo a categoria que leva aos resultados significativos dessas políticas públicas, tanto de maneira indireta, como de maneira direta, no caso as condicionalidades, servindo tanto como critério de ingresso, como de permanência nos programas, para Rego(2008), pode-se inferir o exemplo do Programa Bolsa Família em que seu critério de permanência se encontra respaldado, pela permanência das crianças nas escolas, regularidade da carteira de vacinação, junto ao fato da titularidade do benefício, essa que é exercida pela mulher da família, mostrando nesse caso uma política de mantimento do núcleo familiar.

Por fim se faz importante entender o momento do capitalismo em que a América Latina estava passando durante o período de formulação e implementação desses programas. A mudança no cenário da globalização, junto a uma nova perspectiva do que se entende como desenvolvimento, frente ao que era colocado como funcionalidade para os países periféricos (NETTO 2007).

Procedimentos Metodológicos

O estudo tem como sua característica a formulação de um trabalho de caráter

de uma pesquisa quantitativa. Esse se encontra dividido em etapas, no caso o primeiro momento é analisar o desenho dessas políticas públicas, sendo essa análise formulada pelos tópicos: Critério de ingresso, permanência das famílias, valores do benefício, público-alvo e as condicionalidades direcionadas para cada política de transferência de renda.

A segunda etapa consiste na consulta em banco de dados de organizações multilaterais, são elas: A Comissão Econômica para a América Latina e Caribe, os dados com relação a

desenvolvimento presentes principalmente nos seus anuários estáticos e séries históricas,

presentes na plataforma digital da organização e em seus relatórios. Vale salientar o uso dos Relatórios sobre o desenvolvimento mundial, relatórios esses formulados pelo banco mundial, com base nesses relatórios que serão escolhidos os indicadores que deverão ser utilizados para a análise comparativa.

A escolha de indicadores sociais para uso no processo de formulação e avaliação de políticas públicas deve ser pautado pela aderência deles a um conjunto de propriedades desejáveis e pela lógica estruturante de aplicação que definirá a tipologia de indicadores mais adequada (JANUZZI 2005).

Também segundo (JANUZZI 2005) a relevância das políticas sociais na agenda governamental é uma das propriedades que devem aproveitar os indicadores que serão escolhidos e um momento de formulação e avaliação de programas específicos. Pode-se finalizar expondo que o trabalho em praticamente toda a sua estrutura contará com dados secundários, com análise em banco de dados, para fins de estabelecer critérios de comparação.

Referências (utilizadas no resumo)

JANUZZI, P.D.M Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro.2005.

LEITE. Cristiane. Disseminação e inovação de políticas sociais na América Latina: Uma Análise dos programas de transferência de renda condicionada no Brasil e no México. Águas de Lindoia.ANPOCS.2012

PAULO NETTO, José. Economia política: uma introdução crítica. 2.ed. São Paulo:Cortez,2007

REGO.W.L, PINZANI Alessandro. Vozes do Bolsa Família: Autonomia, dinheiro e cidadania. São Paulo. UNESP. 2008

SEN. Amartya. Desenvolvimento como liberdade. Companhia das Letras. São Paulo. 1999

SILVA. Peres. Origem e disseminação do Programa Bolsa Família: Aproximações analíticas com o caso mexicano. UNESP. São Paulo.2014.

UMA QUESTÃO CENTRAL: O ESPAÇO TERCIÁRIO ENQUANTO TRANSFORMADOR DAS DINÂMICAS ESPACIAIS RESIDENCIAIS EM NATAL/RIO GRANDE DO NORTE

28

Beatriz Medeiros Fontenele

Orientador(a): Alessandro Ferreira Cardoso da Silva

Área de Concentração/Linha de Pesquisa: Cidades e dinâmicas urbanas

Vinculação com projeto de pesquisa: Planejamento Territorial, habitação e informalidade: efeitos e avaliações na Cidade e na Região em diferentes escalas espaciais

Objeto de estudo

Conjuntos habitacionais horizontais de Natal produzidos pelo Estado e o espaço terciário que surgiu a partir deles.

Problemática e Pergunta de Pesquisa

A cidade de Natal se expandiu por meio de intervenções estatais, mais especificamente através da implementação de grandes conjuntos residenciais (MEDEIROS, 2013). Entretanto, com o passar dos anos, os conjuntos se transformaram e inúmeras mudanças de uso foram constatadas, principalmente aquelas relacionadas ao comércio (MEDEIROS, 2015). Nesse sentido, tendo em vista o poder do comércio de criar novas centralidades, promover novas externalidades e alterar o espaço social (VARGAS, 2001) esta pesquisadora questiona o seu impacto em um espaço urbano não designado inicialmente a função comercial. Assim, surge a pergunta de pesquisa que promoveu o ponta pé inicial do estudo: Como os espaços terciários têm alterado as dinâmicas urbanas de bairros de Natal/RN que surgiram a partir de conjuntos habitacionais de uso majoritariamente residenciais?

Hipótese ou premissa

O surgimento de espaços terciários em bairros formados por conjuntos habitacionais tem redefinido seus espaços residenciais e provocado o surgimento de novas dinâmicas espaciais, sociais e econômicas. Isso diz respeito a transformação de habitações em locais de comércio e serviços e a valorização de imóveis no entorno dos novos eixos terciários locais. Ainda, agrega-se a essa hipótese a possibilidade de diferenciações do espaço terciário de acordo com a localização dos bairros, renda e população dos moradores. Aqui, o mercado imobiliário é também visto enquanto um criador de espaços terciários, influenciando na reconfiguração dos conjuntos.

Objetivos da Pesquisa

Objetivo Geral:

- Analisar a presença do setor terciário nos conjuntos habitacionais de Natal, refletindo sobre os fatores que impulsionaram seu surgimento, suas características e os seus efeitos na produção e redefinição da dinâmica socioespacial local, do bairro e da cidade.

Objetivos específicos:

- Identificar as motivações macro e micro econômicas que levaram a implementação do setor terciário nos espaços a serem estudados, levando em consideração os interesses do mercado imobiliário no espaço;
- Analisar, a luz da teoria das localizações, os locais de implementação dos comércios e serviços no intra conjunto na tentativa de compreender sua espacialização e influência no espaço construído;
- Comparar o surgimento do setor terciário com os locais definidos para a sua implementação no plano urbano do conjunto;
- Identificar a influência do setor terciário nesses conjuntos para compreender a existência de uma reconfiguração urbana intra e extra conjunto, desenvolvendo novos espaços construídos e dinâmicas espaciais, sociais e econômicas.

- Comparar o desenvolvimento dos espaços terciários nos diferentes bairros, refletindo acerca da renda, localização, população, ano de implementação dos conjuntos habitacionais etc
- Analisar os efeitos de externalidade do espaço terciário a luz da valorização e desvalorização dos lotes e do bairro.

Categorias de análise e referencial teórico utilizado

A principal categoria de análise desta pesquisa está relacionada a compreender o espaço terciário para se apropriar de suas características, seu desenvolvimento e seus efeitos no espaço urbano. Para isto, a autora tem se debruçado na literatura de Vargas (2000a; 2000b; 2001a; 2001b; 2012), a qual discute o comércio e serviço de varejo e seu impacto arquitetônico e urbano. Além dela, tem-se ainda Santos (1979; 2004) e Salgueiro (2009).

Procedimentos Metodológicos

Para a realização deste estudo, será feita uma pesquisa qualitativa e quantitativa com caráter de estudo exploratório. O primeiro passo metodológico será a fundamentação teórica baseada na pesquisa bibliográfica de cunho teórico e de produção do estado da arte, seguidas de uma pesquisa quantitativa aspirando a coletas de dados por meio de levantamento em de sites do governo e publicações acadêmicas.

O segundo passo do estudo está relacionado à identificação dos bairros escolhidos, sendo assim realizado o mapeamento de uso e ocupação do solo. Para isso, será feita a espacialização dos dados disponíveis pela SEMURB acerca dos lotes e, em conjunto a isto, será realizada a visita in loco para verificação das informações. Neste processo, os imóveis serão identificados de acordo com suas utilizações. Concomitante a isso, será checado o tipo de uso e listadas as atividades encontradas em cada lote. O levantamento fotográfico externo também será realizado. A espacialização dos dados será organizada por meio do Google Earth e ARCGIS – software para Sistemas de Informações Geográficas (SIG). Por meio do Google Earth serão ainda utilizadas suas fotos aéreas, de diferentes anos para analisar o desenvolvimento e transformação urbana das áreas estudadas.

Por fim, o terceiro passo da pesquisa está relacionado ao levantamento de dados qualitativos. Serão realizadas entrevista com os atores imobiliários na tentativa de compreender os efeitos de externalidade causados pelos espaços terciários. Ainda, será realizada entrevistas com os proprietários dos comércios e serviços, pois, “Um estudo que registre a vida de comerciantes contada por eles mesmos, informa uma série de coisas sobre o cotidiano do cidadão comum, não reveladas pela história escrita pelos detentores do poder, que costumam retratar a vida e a ação dos dominadores” (VARGAS, 2012, p 12).

Referências (utilizadas no resumo)

- ABRAMO, Pedro. A cidade caleidoscópica: coordenação espacial e convenção urbana: uma perspectiva heterodoxa para a economia urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- MEDEIROS, Sara Raquel Fernandes Queiroz de. Produção do espaço residencial em Natal: renda, segregação e gentrificação nos conjuntos habitacionais. 2015.
- CACHINHO, Herculano e SALGUEIRO, Teresa Barata. AS RELAÇÕES CIDADE – COMÉRCIO. n. July 2016, 2009.
- LENCIONI, Sandra. OBSERVAÇÕES SOBRE O CONCEITO DE CIDADE E URBANO. Espaço e Tempo, p. 109–123, 2008.
- SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço. 4ª ed. São Paulo: Edusp, 2004.
- SANTOS, Milton. O espaço dividido. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.
- SALGUEIRO, Teresa Barata; CACHINHO, Herculano. As relações cidade-comércio: dinâmicas de evolução e modelos interpretativos. Cidade e comércio: a rua comercial na perspectiva internacional. Rio de Janeiro: Armazém das Letras, p. 9-40, 2009.
- VARGAS, Heliana Comin. O Comércio e os Serviços Varejistas: principais agentes e sua inserção urbana. GEOUSP Espaço e Tempo, v. 8, p. 77-87, 2000.
- VARGAS, Heliana Comin. Comércio e cidade: uma relação de origem. Memórias do Comércio Paulista: Guia de Acervo, p. 74–79, 2012.

VARGAS, Heliana Comin. O comércio varejista e políticas urbanas: uma difícil conversa. SINOPSES. São Paulo: FAUUSP, n. 34, p. 1–19, 2001. Disponível em: <http://www.fau.usp.br/deprojeto/labcom/produtos/2001_vargas_comerciovarejistapoliticas.pdf>.

VARGAS, Heliana Comin. Espaço terciário: o lugar, a arquitetura ea imagem do comércio. São Paulo: Editora Senac, 2001.

AS GUARDIÃS DE SEMENTES CRIOLAS DO RIO GRANDE DO NORTE: RESISTÊNCIA NA PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL.

31

Bruna Raquel Torquato Pinho
Orientador(a): Joana Tereza Vaz de Moura

Área de Concentração/Linha de Pesquisa: Dinâmicas Urbanas e Regionais / Espaços Rurais e Dinâmicas Territoriais

Vinculação com projeto de pesquisa: Sistemas agroalimentares sustentáveis: dinâmicas, processos e atores

Objeto de estudo

O objeto de estudo desse trabalho será as guardiãs de sementes crioulas, pertencentes a comunidades e assentamentos rurais no território do Mato Grande no Rio Grande do Norte.

Problemática e Pergunta de Pesquisa

É possível afirmar que atividades realizadas pelas guardiãs de sementes têm contribuído para a promoção da segurança alimentar e nutricional e o desenvolvimento territorial?

Hipótese ou premissa

Os trabalhos desempenhados pelas mulheres guardiãs de sementes crioulas foram fundamentais para a expansão das casas de sementes e para a criação do Programa Estadual de Sementes Crioulas.

Objetivos da Pesquisa

Geral:

- Conhecer o papel das mulheres agricultoras como guardiãs de sementes crioulas e sua dinâmica nas casas de sementes no território do Mato Grande no Rio Grande do Norte.

Específicos:

- Mapeamento e levantamento de dados que identifiquem quem são as mulheres guardiãs de sementes no território e associações ou cooperativas que pertencem, bem como a função que exercem.

- Estudar, na perspectiva do gênero, a trajetória do grupo de mulheres agricultoras do território para analisar suas experiências, e em que medida essas experiências são capazes de contribuir para a segurança alimentar e nutricional e o desenvolvimento territorial.

- Analisar os processos de adequação do cultivo de sementes crioulas das agricultoras com o Programa Estadual de Sementes Crioulas do Rio Grande do Norte e com o Programa Sementes do Semiárido da ASA.

Categorias de análise e referencial teórico utilizado

Sistemas agroalimentares sustentáveis (agricultura familiar, sementes crioulas, relacionar com as questões culturais do estado).
Políticas públicas e desenvolvimento territorial (programa do RN e da ASA).

Segurança alimentar e nutricional.

Gênero e ruralidades (guardiãs de sementes, papel das mulheres agricultoras na construção de sistemas agroalimentares sustentáveis).

Procedimentos Metodológicos

Pesquisa qualitativa (coleta de dados):

Entrevistas semiestruturadas: entrevistar as mulheres guardiãs de sementes pertencentes ao território do Mato Grande no Rio Grande do Norte.

Pesquisa documental: coletar dados referentes à identificação das mulheres guardiãs de sementes do território.

História de vida: estudar a trajetória do grupo de mulheres.

Observação participante: possíveis visitas às casas de sementes do território.

Pesquisa qualitativa (análise de dados):

Análise de conteúdo: identificar características específicas ou a ausência dessas no material coletado; construção de categorias de análise; quantificação do conteúdo.

Análise cognitiva: analisar a adequação aos programas de sementes (RN e ASA).

Abordagem relacional: implementação dos programas e as relações sociais.

Caracterização da área de estudo:

Definição do território agrupado; identificação das casas de sementes que pertencem ao território (quantas e quais são).

Referências (utilizadas no resumo)

ALMEIDA, J. ; NAVARRO, Z. (Orgs.). Reconstruindo a agricultura: Idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS. 1998.

CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt; BRASIL, Felipe Gonçalves. 2015. Análise de políticas públicas: uma revisão da literatura sobre o papel dos subsistemas, comunidades e redes. *Novos estudos Cebrap*, São Paulo, n. 101, pp. 57-76.

GOODMANN, D. Espaço e lugar nas redes alimentares alternativas: conectando produção e consumo. In: GAZOLLA, M.; SCHENDEIR, S. Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas. Porto Alegre: UFRGS, 2017.

GRISA, Catia. 2012. Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias. 281 f. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: UFRJ.

MALUF, R. S. J. Segurança alimentar e nutricional. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

PLOEG, J. D. van der. Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da Globalização. Porto Alegre: UFRGS, 2008. 372 p.

RAGIN, Charles. AMOROSO, Lisa. Using Quantitative Methods to Study Covariation. In: RAGIN, Charles. AMOROSO, Lisa. *Constructing Social Research*. Nova Iorque: Sage/Pine Forge, 2011, p. 163-187.

SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. (Org.) . Os atores do Desenvolvimento Rural: perspectivas teóricas e práticas sociais. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. 328p.

SILVA, Marcelo Kunrath; ROCHA, Ana Georgina; ALVES, Marcia Cristina. 2012. Desenvolvimento territorial e associativismo: uma análise comparativa. *Tomo, São Cristóvão*, v. 1, pp. 60-86.

IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA HABITACIONAL DE INTERESSE SOCIAL: UM ESTUDO DE CASO MÚLTIPLO E COMPARADO DA CAPACIDADE ESTATAL EM SUAS DIMENSÕES ADMINISTRATIVA E BUROCRÁTICA DA CIDADE DE NATAL, PARNAMIRIM E SÃO GONÇALO DO AMARANTE

33

Bruna Ryliane da Silva Saldanha Simplicio
Orientador(a): Lindijane de Souza Bento Almeida

Área de Concentração/Linha de Pesquisa: Gestão de Políticas Públicas/ Estado e Políticas Públicas

Vinculação com projeto de pesquisa: Capacidades Institucionais

Objeto de estudo

A implementação da política habitacional de interesse social nas três fases do Programa Minha Casa minha Vida a partir de um estudo de caso múltiplo e comparado da capacidade estatal em suas dimensões administrativa e burocrática da cidade de Natal, Parnamirim e São Gonçalo do Amarante.

Problemática e Pergunta de Pesquisa

De acordo com o ciclo de Políticas Públicas, após a fase da agenda e formulação, ocorre o momento da implementação da política, o qual costuma ser definido como o momento de materialização do que foi idealizado na fase da formulação. Todavia, é importante destacar a inconsistência dessa definição na práxis social. Arretche (2001) adverte, que é quase impossível que a implementação ocorra igual ao desenho da política, e que esse credo só resultará em conclusões negativas sobre o desempenho da política pública analisada. Diante disso, faz-se necessário, entender as características locais, os atores envolvidos, o que Lotta chamou de, abrir a “caixa preta dos processos de concretização das políticas públicas, compreendendo as decisões ali tomadas e as consequências dessas decisões”. (LOTTA, 2019 p.13-14). Por isso, o trabalho em questão busca responder: conforme as mudanças de gestão e consequentes mudanças de burocratas, houveram mudanças nas condições estruturais e materiais para a implementação da política habitacional de interesse social do Programa Minha Casa Minha Vida nos municípios da Região Metropolitana de Natal que concentram esses empreendimentos?

Hipótese ou premissa

1. As condições estruturais e materiais de trabalho variaram no decorrer dos anos de acordo com a capacidade estatal do gestor municipal em sua dimensão administrativa;
2. Burocratas mais qualificados vão criar demandas que possam melhorar, dentro dos limites do município, uma melhor infraestrutura operacional.
3. A capital do estado dispunham de melhores condições estruturais e materiais de trabalho para a implementação da política habitacional.

Objetivos da Pesquisa

Objetivo Geral: Analisar a capacidade estatal em suas dimensões administrativa e burocrata nos municípios que se concentram os empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida na Região Metropolitana funcional de Natal: Natal, Parnamirim e São Gonçalo do Amarante.

Objetivos Específicos:

- o Analisar as adaptações existentes aos contextos locais na implementação das três fases do Programa Minha Casa Minha Vida nos municípios de Natal, Parnamirim e São Gonçalo do Amarante.
- o Investigar as formas de constituição e articulação das relações entre os diversos atores e organizações envolvidos;

o Identificar as similaridades e disparidades ocorridas entre os municípios Natal, Parnamirim e São Gonçalo do Amarante na implementação das três fases do PMCMV.

Categorias de análise e referencial teórico utilizado

O Programa habitacional Minha Casa Minha Vida (MCMV), é antes de tudo, “uma ‘marca’, sob a qual se organiza uma série de subprogramas, modalidades, fundos, linhas de financiamento, tipologias habitacionais, agentes operadores, formas de acesso ao produto ‘casa própria’”. (AMORIM, 2015)

Nesta política pública, considerando as fases do ciclo da política pública, um dos eixos centrais nas discussões refere-se aos aspectos conflituosos e limites que cercam o processo decisório. Assim como possíveis cooperação entre os governos, outras instituições e/ou grupos sociais. Ressalta-se que “as disputas políticas e as relações das forças de poder sempre deixarão suas marcas nos programas e projetos desenvolvidos e implementados” (FREY, 2000, p.219)

No contexto da implementação, os estudos da quarta geração tem considerado a sua análise, dentre outras perspectivas a partir da capacidade do Estado de executar a política. GOMIDE; PIRES (2014), abordam que para entender o processo da política pública, faz-se necessário se aprofundar nos arranjos institucionais que dão sustentação à sua implementação. Estes autores conceituam os arranjos institucionais como “o conjunto de regras, mecanismos e processos que definem a forma particular como se coordenam atores e interesses na implementação de uma política pública específica. [...] são os arranjos que determinam a capacidade do Estado de implementar políticas públicas” (GOMIDE; PIRES, 2014, p.19-20)

Diante disso, será considerado as três fases do PMCMV nos setores em continuidade da Região Metropolitana funcional: Natal, Parnamirim e São Gonçalo do Amarante. Os que estão na continuidade da malha urbana de Natal, possuem uma alta integração com a cidade-polo e concentram os empreendimentos do programa na RMN (CAMPOS, 2017).

Procedimentos Metodológicos

O desenho metodológico da pesquisa é fundamentado na abordagem qualitativa, pois é a que melhor atende a natureza dos objetivos dessa pesquisa.

Na primeira fase da pesquisa, foi realizado o levantamento teórico sobre implementação de políticas públicas e capacidades estatais a partir das indicações nas orientações acadêmicas para a dissertação proposta, e tem continuado a partir da seleção das referências utilizadas pelos autores indicados, a fim de construir um diálogo entre os principais teóricos que discutem a implementação da política pública a partir da análise das capacidades estatais (GOMIDE; PIRES, 2014).

Após o levantamento teórico, serão construídas entrevistas semiestruturadas a serem realizadas com os principais atores da coordenação que compõem as organizações responsáveis em cada município pela implementação do Programa Minha Casa minha Vida. O objetivo dessa metodologia é identificar elementos singulares em cada esfera municipal, as relações entre os atores, as decisões necessárias ocorridas durante a implementação, ou seja, subsídios que permitam ir além do aparente e revele a política como ela é, conforme a perspectiva analítica bottom up (LOTTA, 2019).

Também serão ouvidos através de entrevistas via plataformas digitais os burocratas que atuavam diretamente na implementação. Técnicos como assistentes sociais, assistentes administrativos, e demais operadores da política em cada município, a fim de identificar realidades objetivas que envolveram o processo desde os gargalos, até os processos mais fluídos da política.

Os três objetivos específicos, serão alcançados a partir da análise qualitativa e comparativa entre as três fases da implementação do PMCMV nos quatro municípios que compõem a malha urbana da Região Metropolitana funcional de Natal, por isso os recursos das entrevistas serão submetidas ao software IRAMUTEQ, o qual também permitirá o levantamento de elementos para uma análise comparativa. (GOMIDE; PIRES, 2014).

O estudo de caso comparativo foi escolhido, por ser “um tipo de pesquisa especialmente adequado quando se quer focar problemas práticos, decorrentes das intrincadas situações individuais e sociais presentes nas atividades, nos procedimentos e nas interações cotidianas”. (GODOY, 2006 apud CARVALHO, 2018, p.121) Ainda segundo a autora, esse tipo de estudo é especialmente útil quando há a intenção de compreender “processos e interações sociais que se desenvolvem nas organizações, situando-os no contexto histórico – atual e/ou passado – no qual estão imersos” (GODOY, 2006 apud CARVALHO, 2018 p. 127).

Referências (utilizadas no resumo)

AMORE, Caio Santo. “Minha Casa Minha Vida” para iniciantes. In: Minha casa...e a cidade? Avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros / organização Caio Santo Amore, Lúcia Zanin Shimbo, Maria Beatriz Cruz Rufino. -1. Ed. – Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. 428 p.

ARRETCHE, Marta. Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas. In: MOREIRA, Maria Cecília Roxo; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. (Org.). Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais. São Paulo: IEE/PUCSP, 2001.

CAMPOS, Tamms Maria da Conceição Morais. Análise da configuração da Região Metropolitana de Natal – RMN/Brasil a partir da localização dos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida – PCMV. XVII ENANPUR. São Paulo, 2017.

Carvalho, Letícia Leal de. A implementação do Programa Minha Casa Minha Vida e sua relação com a provisão de infraestrutura social: os casos de Guarulhos e Itaquaquecetuba. Orientadora, Renata Mirandola Bichir. – 2018. 178 f. : il. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Programa de Pós- Graduação em Gestão de Políticas Públicas, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. Planejamento e Políticas públicas, n.21, 211-259, junho de 2000.

GOMIDE, Alexandre de Ávila; PIRES, Roberto Rocha C. Capacidades Estatais e democracia: a abordagem dos arranjos institucionais para análise de políticas públicas. In: Capacidades estatais e democracia: arranjos institucionais de políticas públicas/ editores: Alexandre de Ávila Gomide, Roberto Rocha C. Pires. – Brasília: IPEA, 2014. 385p.

LOTTA, Gabriela. A política pública como ela é: contribuições dos estudos sobre implementação para a análise de políticas. In: Teoria e análises sobre implantação de políticas públicas no Brasil/organizadora, Gabriela Lotta. – Brasília: Enap, 2019. 324p.

PIRES, R.R.C. Implementando desigualdades: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas, Rio de Janeiro: Ipea, 2019.

CONFLITOS E A DISPUTA EM TORNO DOS PARQUES EÓLICOS NO RIO GRANDE DO NORTE

36

Caroline Souza dos Santos

Orientador(a): Joana Tereza Vaz de Moura

Área de Concentração/Linha de Pesquisa: Espaços rurais e dinâmicas territoriais

Vinculação com projeto de pesquisa: nenhuma

Objeto de estudo

O objeto de estudo é o processo de conflito e de disputa em torno dos parques eólicos.

Problemática e Pergunta de Pesquisa

As eólicas seguem em expansão nos cenários internacional e nacional, amplamente justificada como mecanismo de enfrentamento tanto das crises ambientais, como das crises energéticas. Contudo, apesar de zero emissão de gases poluentes na fase de operação dessa fonte energética e da eventual geração de empregos, a revisão bibliográfica tem identificado uma série de transformações e conflitos que engendram um caráter de disputa em torno da implementação dos parques eólicos. E que, portanto, expressam diferentes formas de significação e apropriação dos territórios, nos quais os distintos atores em cena buscam garantir legitimidade sobre os usos e o futuro dos municípios. Considerando igualmente relevante os custos sociais desses empreendimentos, que não atendem somente aos parâmetros de “sustentabilidade”, mas também atendem a lógica do mercado, parece profícuo investigar como esses atores, partindo de uma relação de poder assimétrica a priori, constroem os dissensos e disputam a legitimidade de suas respectivas formas de apropriação e significação dos territórios.

Hipótese ou premissa

A hipótese da pesquisa é a de que os dissensos em torno das eólicas – expressos nos conflitos – derivam de diferentes formas de apropriação e significação do espaço, em que os atores mobilizam estratégias para disputar a legitimidade de interferência nos territórios.

Objetivos da Pesquisa

O objetivo geral é analisar os conflitos e a disputa em torno dos parques eólicos expressos pelo setor empresarial, pelos atores institucionais e as comunidades referentes ao estado do Rio Grande do Norte. Para tanto, especificamente, será necessário:

- (1) Investigar os conflitos manifestos;
- (2) analisar as narrativas e discursos de consenso e dissenso entre os atores;
- (3) identificar as representações e associações relacionadas às eólicas;
- (4) identificar os mecanismos e estratégias de disputa e garantia de legitimidade.

Categorias de análise e referencial teórico utilizado

Diante do que já foi identificado na revisão bibliográfica, se optou por trabalhar as dimensões do poder simbólico e do campo em Bourdieu (2006), de campo ambiental em Carvalho (2001) e Viegás (2019), e de conflitos ambientais em Acserald (2004) e Zhouri (2010, 2013). O conceito de poder simbólico é importante porque permite compreender a fabricação da realidade a partir dos sistemas simbólicos (como a língua, a arte, o mito, a ciência). Uma vez que a condição humana - enquanto seres sociais - impõe uma sociabilização, os instrumentos de conhecimento e de comunicação, destacados nessa concepção de poder, parecem ser fundamentais uma vez que são aqueles capazes de estabelecer parâmetros de classificação, de percepção, de visão e de divisão de mundo, isto é, de fabricá-lo e de torná-lo inteligível. Desse modo, o caráter simbólico apesar de ser expresso, especialmente, pelos discursos e narrativas (e que serão as fontes dessa pesquisa), não se encerram em um caráter meramente

ilustrativo, pelo contrário, se projetam diretamente na materialidade do espaço e das relações sociais. Desse modo, parece um arsenal teórico fundamental para a compreensão de uma dinâmica societal heterogênea e conflituosa. A dimensão do campo e, conseqüentemente, o do campo ambiental é profícuo para a compreensão dos múltiplos núcleos de poder em operação, dos tensionamentos e contradições internas e externas ao próprio campo, oriundos de diferentes capitais simbólicos. De modo que os atores estão mediados por uma relação de poder assimétrica, ainda que isso possa não impossibilitar a luta. Por fim, o conceito de conflito ambiental permite identificar as diferentes formas de significação e apropriação do território, engendrando quando manifestos um caráter de disputa por legitimidade. Essa disputa é o reflexo do próprio exercício do poder simbólico antagonizada entre os atores, à medida que esses visam construir/configurar/legitimar determinada realidade social (ou determinado projeto). O conflito expressa precisamente essa disputa, sendo simultaneamente causa e consequência do poder simbólico. Ou seja, a mobilização de forças a fim de conquistar legitimidade sobre o projeto/visão de realidade que interfere/fabrica material e territorialmente o espaço. Investigar como e sobre o que são os dissensos, podem revelar pistas sobre as lacunas que impossibilitam uma real gestão democrática e sustentável do território, que articule o local e o global sem subdimensionar um em detrimento do outro.

Procedimentos Metodológicos

A pesquisa está interessada tanto nas formas pelas quais as eólicas são representadas, ao que são associadas, nos argumentos de consenso e de dissenso, nas justificativas, termos e palavras-chave, bem como, no caráter mais estratégico da disputa, como, por exemplo, protestos, questionamentos nas audiências, alianças com outros campos para exercer pressão, abaixo-assinados, mecanismos de neutralização do conflito (ACSERALD et al, 2009), dentro outros. Desse modo, se buscou identificar e analisar essas dimensões a partir dos jornais online da Tribuna do Norte e G1, onde se colocou na aba de pesquisa a expressão 'energia-eólica' durante o recorte temporal de 2019 a 2022 da pesquisa, bem como, a expressão 'conflitos-eólicas-nome-do-município' sem recorte temporal para que pudesse abranger conflitos anteriores. Também a partir dos sites empresariais onde se buscou informações sobre os parques, além de imagens, vídeos e o conteúdo discursivo expressos, por exemplo, na aba 'missão' ou 'quem somos'. Além disso, se utilizou a observação simples (GIL, 2008) registrada em diário de campo (NETO, 2001) para as audiências públicas em formato online. E, por fim, entrevistas semiestruturadas com atores institucionais e lideranças comunitárias, que deverão ocorrer de modo remoto ainda devido aos protocolos de biosegurança pela COVID-19 e também através do método bola de neve.

Referências (utilizadas no resumo)

- ACSERALD, H. Conflitos Ambientais no Brasil. Rio de Janeiro, Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004.
- ACSERALD, H.; MELLO, C.C.A.; BEZERRA G.N. O que é justiça ambiental. Rio de Janeiro: Gramond, 2009.
- BOURDIEU, P. O poder simbólico. Tradução Fernando Tomaz. 9ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- CARVALHO, I. C. M. Qual educação ambiental? Elementos para um debate sobre educação ambiental popular e extensão rural. Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Porto Alegre, v.2, n.2, abr./jun., 2001.
- GIL, A.C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6ªed. São Paulo: Atlas S.A., 2008. p. 49-59. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acesso em agosto de 2020.
- NETO, O. C. O trabalho de campo como descoberta e criação in MINAYO, M. C. (org.) Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001, p.51-66. Disponível em: <http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1428/minayo__2001.pdf. Acesso em abril de 2018.
- ZHOURI, A.; SAMORA, S. Conflitos ambientais e a experiência de mapeamento em Minas Gerais In Conflitos ambientais e urbanos – debates, lutas e desafios org MACHADO et al. Porto Alegre: Evangraf, 2013. P.161-180

AS TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS NOS TERRITÓRIOS DO MATOPIBA E O CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO

38

Elayne da Silva Figueredo
Orientador(a): José Gomes Ferreira

Área de Concentração/Linha de Pesquisa: Gestão de Políticas Públicas

Vinculação com projeto de pesquisa: Indicadores e estratégias de desenvolvimento sustentável do Rio Grande do Norte

Objeto de estudo

Analisar como o modelo de desenvolvimento agroexportador do Matopiba, determinado pela exportação de commodities para os mercados da globalização e pressionado pelas intenções de lucro da financiarização desses mercados, gera impactos sociais e ambientais nos territórios do Matopiba.

Problemática e Pergunta de Pesquisa

O Brasil se reafirma no mercado internacional de commodities como exportador, o que coloca em discussão a problemática do impacto ambiental e sociocultural sobre comunidades tradicionais, além da questão da inserção de agentes transnacionais e fundos de investimentos internacionais ao acesso à terra e mercado local. Para além do lucro, este modelo de desenvolvimento vem gerando disputas territoriais, conflitos com comunidades tradicionais e propõem a reformulação da atual legislação de terras brasileiras. Os territórios que compõem o Matopiba se destacam neste cenário devido dimensão, infraestrutura produtiva e posicionamento governamentais frente a entrada de capital estrangeiro em novos projetos agropecuários. Esta dinâmica vem acarretando divergências e desconfiças por parte de grupos e entidades que ressaltam a preocupação com a posse da terra, a preservação ambiental e manutenção de práticas tradicionais. Assim, busca-se entender como este modelo está impactando nos territórios, e em particular como está interferindo nas comunidades tradicionais, qual a presença internacional envolvida e como está alterando espacialmente os territórios do Matopiba.

Hipótese ou premissa

O modelo de desenvolvimento dos territórios do Matopiba é induzido pelo contexto da globalização e da especialização produtiva do Brasil de commodities para o mercado internacional, criando desigualdades, impactando no meio ambiente e no modo de vida das comunidades nacionais ao passo que favorece agentes transnacionais e fundos de investimentos internacionais, assim como setores político-econômico brasileiros vinculados ao agronegócio.

Objetivos da Pesquisa

Objetivo Geral

Analisar as transformações recentes nos territórios do Matopiba, com destaque para os impactos ambientais e sociais associados ao modelo de desenvolvimento e ao contexto de globalização em que se insere.

Objetivo Específicos

1. Identificar como os agentes transnacionais e os fundos de investimentos internacionais atuam no mercado agropecuário nos territórios do Matopiba;
2. Identificar os principais conflitos, sua tipologia e localização nos territórios do Matopiba;
3. Inventariar o uso do solo no Matopiba no período de 2000 a 2020;
4. Descrever como os conflitos socioculturais estão ligados com as alterações espaciais.

Categorias de análise e referencial teórico utilizado

Definimos esta pesquisa em eixos temáticos os quais convergiram para as categorias de análise, que possibilitaram compreender o objeto de investigação da pesquisa, sendo eles: os agentes transnacionais e fundos de investimentos internacionais envolvidos na consolidação do modelo agroexportador de commodities no território do Matopiba, de acordo com Santos (2015), o modelo de produção capitalista perpassa diferentes áreas da vida social com a globalização dos sistemas financeiros e produtivos à inovação na tecnologia e comunicação, as intensas movimentações transfronteiriças de pessoas ao papel determinante de empresas multinacionais e de financeiras multilaterais e das novas práticas identitárias e culturais ao estilo de consumo globalizado. O impacto ao meio ambiente, a transição dos modos de vida e modos produtivos tradicionais para o agronegócio exportador e a propriedade da terra, Porcionato et al (2018) ressalta que o sistema de propriedade da terra no Brasil é comumente o tradicional e por isso muitas comunidades não possuem registros de propriedade, além disso os conflitos dificultam o acesso a água e adicionam riscos ambientais aos ecossistemas, quando modifica a natureza do homem e da própria natureza (ACSELRAD, 2014). Somando, a poluição e escassez de bacias hídricas com a utilização de agrotóxicos e degradação de rios e nascentes ameaçam a vivência e permanência de comunidades tradicionais, rurais, quilombolas e de povos indígenas. Processos de Uso e ocupação do solo e dos recursos naturais nos Territórios do Matopiba, Pitta et al (2017) defendem que as transformações espaciais ocorridas foram subseqüente a um conjunto de medidas governamentais implementas, como exemplo o II Plano Nacional de desenvolvimento, para além disso investimentos em melhorias estruturais não escondem as disparidades da concentração de renda e fatores como capital, terra e tecnologia mantêm-se concentrados, assim como também problemas de pobreza crônica e da miséria da população local (BANCO MUNDIAL, 2018).

Procedimentos Metodológicos

Esta pesquisa desenvolve procedimentos quantitativos e qualitativos. Inicialmente preocupa-se em olhar de maneira teórico conceitual para entendimentos dos procedimentos sociais envolvidos no território do Matopiba baseando-se em artigos científicos, capítulos de livros, dossiês e relatórios, destacando os diferentes discursos (governamentais ou não governamentais) envolvidos no processo de desenvolvimento da área de estudo. Posteriormente, serão levantados dados estatísticos da produção agrícola na base de dados do SIDRA-IBGE, do uso e ocupação do solo na base de dados do Mapbiomas e de conflitos sociais nos relatórios da DATALUTA e da Comissão Pastoral da Terra – CPT.

Referências (utilizadas no resumo)

SANTOS, C. O espírito do capitalismo na ocupação dos cerrados brasileiros nos estados da Bahia e do Piauí. Revista de Geografia e Ordenamento do Território, Porto, n. 8, p. 229-253, dez. 2015.

PORCIONATO, G. L.; CASTRO, C. N.; PEREIRA, C. N. Aspectos sociais do matopiba: análise sobre o desenvolvimento humano e a vulnerabilidade social. 2018. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2387.pdf. Acesso em: 11 de jul. 2021.

BANCO MUNDIAL. Relatório Anual 2018. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/30326/211296PT.pdf>. Acesso em: 11 de jul. 2021.

ACSELRAD, H. Disputas cognitivas e exercício da capacidade crítica: o caso dos conflitos ambientais no Brasil. Sociologias, v. 16, n. 35, 2014.

PITTA, F.; MENDONÇA, M. L.; BOECHAT, C.A. A produção do espaço na região do MATOPIBA: violência, transnacionais imobiliárias agrícolas e capital fictício. Estudos Internacionais. v. 5 n. 2 (2017): estudos internacionais - dossiê aquisições transnacionais de terra (land grabbing). 2017.

OLHA O RISCO! MÚLTIPLOS SABERES SOBRE OS IMPACTOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS AOS RECURSOS HÍDRICOS NO SEMIÁRIDO

40

Eric Mateus Soares Dias
Orientador(a): Zoraide Souza Pessoa

Área de Concentração/Linha de Pesquisa: GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS/ SOCIEDADE, AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO

Vinculação com projeto de pesquisa: GESTÃO DE RISCOS, VULNERABILIDADES SOCIOAMBIENTAIS, SUSTENTABILIDADE E CAPACIDADE ADAPTATIVA CLIMÁTICA EM MUNICÍPIOS DO SEMIÁRIDO DO NORDESTE

Objeto de estudo

Busca-se a compreensão da vulnerabilidade dos municípios da área de influência da BARG e dos caminhos necessários para garantir a adaptação climática e a segurança hídrica.

Problemática e Pergunta de Pesquisa

A problemática da tese parte da ideia de que a forma em que se pensa e se executa a gestão de recursos hídricos na região semiárida não vem sendo assertiva o suficiente e que as mudanças climáticas em curso irão ampliar a vulnerabilidade do território, impossibilitando a garantia da segurança hídrica em um contexto de maior frequência e intensidade de extremos de seca.

Nesse sentido, esta proposta suscita da necessidade de compreender a partir de múltiplos olhares e com uma abordagem transdisciplinar, como se manifesta e a forma de minimizar a vulnerabilidade desse território, de modo a torná-lo menos suscetível e mais adaptado para dar resposta aos impactos das mudanças climáticas.

No âmbito do recorte espacial da pesquisa, questiona-se: Como a vulnerabilidade se manifesta nos municípios da área de influência da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves (BARG) e quais os mecanismos deverão ser adotados para minimizá-la, tornando o território mais adaptado para garantir a segurança hídrica em contexto de mudanças climáticas?

Hipótese ou premissa

A vulnerabilidade da região semiárida às mudanças climáticas não é conhecida em profundidade no nível local e não vem sendo considerada pela GRH, tornando as situações de escassez hídrica nos municípios cada vez mais complexas e desafiadoras.

A estratégias atuais da gestão de recursos hídricos não estão sendo suficientes para minimizar os impactos negativos dos períodos de seca, portanto, são necessários novos mecanismos que diminuam a vulnerabilidade e garantam a adaptação às MC. A compreensão da vulnerabilidade e o desenvolvimento da capacidade adaptativa só são possíveis por meio de uma abordagem transdisciplinar, que considere também o saber local.

Objetivos da Pesquisa

Geral:

Analisar, de forma participativa, a vulnerabilidade nos municípios da área de influência da BARG, de forma a compreender os mecanismos de gestão necessários para garantir a adaptação às mudanças climáticas e a segurança hídrica.

Específicos:

- Identificar as múltiplas dimensões da vulnerabilidade nos municípios, que os tornam susceptíveis aos extremos de seca em contexto de mudanças climáticas.
- Investigar os desafios atuais e futuros para a gestão de recursos hídricos frente a perspectiva da adaptação climática e a segurança hídrica.

- Propor diretrizes para gestão de recursos hídricos, incorporando princípios da governança adaptativa.

Categorias de análise e referencial teórico utilizado

Para o desenvolvimento dessa proposta alguns autores e conceitos-chave para o tema da pesquisa foram visitados: Segurança hídrica (Kundzewicz et al, 2007; Bates et al, 2008); mudanças climáticas (IPCC, 2007, 2013); risco (Beck, 2010; Giddens, 2010; Veyret, 2013); vulnerabilidade (Wisner et al, 2004; Hogan; Marandola Jr, 2006; Adger, 2006); adaptação (Adger et al, 2009, Engle; Lemos, 2010) Governança Adaptativa (DIETZ; OSTROM; STERN, 2003; DESSAI et al., 2004; FOLKE et al., 2005; ADGER et al., 2007). Também, algumas categorias gerais de análise foram previamente pensadas: Ameaça climática, exposição, sensibilidade e capacidade adaptativa.

Procedimentos Metodológicos

A pesquisa irá adotar uma abordagem exploratória e descritiva com caráter qualitativo, para uma compreensão mais aprofundada do problema a que esta pesquisa propõe-se resolver. Para coleta dos dados serão utilizadas a pesquisa bibliográfica e documental, entrevistas semiestruturadas, survey eletrônico, roteiro de observação e grupos focais como instrumentos.

A pesquisa será desenvolvida em quatro fases. A primeira fase, será feita a revisão de conceitos-chave, criação das categorias de análise e a compreensão da área estudada em seus diversos aspectos: ambiental, social, econômico, político e institucional, a partir do levantamento bibliográfico e documental.

A segunda fase, será realizada a pesquisa de campo nos municípios escolhidos. Em um primeiro momento será feito o reconhecimento do território, para observações iniciais de campo, registros fotográficos e identificação de atores-chave para participar da pesquisa. Posteriormente a aplicação do survey, que será feita em formato eletrônico com amostra não probabilística da população dos municípios, a partir do método bola de neve.

A terceira fase, é destinada a realização de entrevistas com atores-chave para gestão de recursos hídricos estadual e municipal, bem como a realização de grupos focais para análise participativa dos riscos, vulnerabilidades e adaptação nos municípios. Os grupos focais, serão realizados com representantes da sociedade civil, instituições, órgãos públicos e outros segmentos, de cada município.

Para a quarta fase, de análise e discussões dos dados, optou-se pelo uso da técnica de análise de conteúdo, que irá proporcionar uma compreensão crítica sobre o conteúdo explícito ou oculto dos dados coletados.

Referências (utilizadas no resumo)

ADGER, W. N. et al. Assessment of adaptation practices, options, constraints and capacity. In: PARRY, M. et al. (Ed.) Climate Change 2007: impacts, adaptation and vulnerability. Contribution of Working Group II to the Fourth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Cambridge, UK: Cambridge University Press, p.717-43, 2007.

ADGER, W. N.; DESSAI, S.; GOULDEN, M.; HUME, M. Are there social limits to adaptation to climate change? Climatic Change, v. 93, n. 3-4, p. 335-354, 2009.

BATES, B. C. et al. (eds). Climate Change and Water. Technical Paper of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Geneva: IPCC Secretariat, 2008.

BECK, U. Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Ed 34, 2010.

DESSAI, S. et al. Defining and experiencing dangerous climate change. Climatic change, v. 64, n. 1, p. 11-25, 2004.

DIETZ, T.; OSTROM, E.; STERN, P. Struggle to Govern the Commons. Science, v. 302, n. 5652, p. 1907-1912, 2003.

ENGLE, N. L.; LEMOS, M. C. Unpacking governance: Building adaptive capacity to climate change of river basins in Brazil. Global Environmental Change, v. 20, n. 1, p. 4-13, 2010

FOLKE, C. et al. Adaptive Governance of Social-Ecological Systems. Annual Review of Environment and Resources, v. 30, n. 1, p. 441-473, 2005.

GIDDENS, Anthony. A política da mudança climática. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

HOGAN, Daniel. J. e MARANDOLA JR., Eduardo. As dimensões da vulnerabilidade. São Paulo em perspectiva. São Paulo, v. 20, n.1, p.33-34, 2006.

IPCC – Climate Change 2007: Impacts, Adaptation, and Vulnerability. Group II to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC), 2007.

IPCC – INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE. Fifth Assessment Report: Climate Change 2013. Intergovernmental Panel on Climate Change. Cambridge. Press, 2013.

KUNDZEWICZ, Z. W. et al. Freshwater resources and their management. In: PARRY, M.L. et al. (Eds.). Climate Change 2007: Impacts, Adaptation and Vulnerability. Contribution of Working Group II to the Fourth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

VEYRET, I. Os riscos: o homem como agressor e vítima do meio ambiente. 2.ed. São Paulo. Contexto. 315p., 2013.

WISNER, B.; BLAIKIE, P.M.; CANNON, T.; DAVIS, I. At risk: natural hazards, people's vulnerability, and disasters. 2. ed. London: Routledge, 2004. 471p

GESTÃO TRIBUTÁRIA E DINÂMICA IMOBILIÁRIA: ANÁLISE À LUZ DA CAPTURA DE MAIS-VALIAS URBANAS DA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL/RN

43

Érica Milena Carvalho Guimarães Leôncio
Orientador(a): Alessandro Ferreira Cardoso da Silva

Área de Concentração/Linha de Pesquisa: Dinâmicas Urbanas e Regionais/Cidades e Dinâmica Urbana

Vinculação com projeto de pesquisa: Adensamento, Infraestrutura e Segregação Residencial nas Cidades e Regiões Metropolitanas: desafios e possibilidades às políticas territoriais integradas e seus efeitos no planejamento e na gestão urbana.

Objeto de estudo

A dinâmica imobiliária e a gestão tributária a partir da capacidade de captura de mais-valias urbanas pelos municípios. A relação entre esses dois núcleos levanta questionamentos sobre a valorização da propriedade privada, o papel que a cidade metropolitana assume no desenvolvimento urbano e a tributação como um elemento de redistribuição social.

Problemática e Pergunta de Pesquisa

O tema da captura de mais-valias urbanas vem se destacando a partir da introdução de instrumentos urbanísticos e tributários nas mais diversas legislações na busca pela recaptura dos incrementos da valorização imobiliária, fruto da intensa dinâmica imobiliária nas metrópoles. Por outro lado, é latente as dificuldades enfrentadas pelos municípios na gestão de suas receitas, especialmente os tributos imobiliários. Nesse contexto, apresenta-se como recorte espacial do projeto de tese os cinco municípios que formam a chamada Região Metropolitana de Natal (RMNatal) funcional: Natal, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante, Extremoz e Macaíba, os quais demonstram um processo de expansão urbana apoiado, sobretudo, na dinâmica de valorização imobiliária ocorrida entre 2014 e 2020. Diante disso, indaga-se: de que forma os municípios que compõem a Região Metropolitana de Natal conseguem capturar as mais-valias urbanas, geradas pelo processo de valorização resultante da dinâmica imobiliária, e como a gestão tributária auxilia o investimento público na política urbana?

Hipótese ou premissa

A hipótese deste projeto de tese é a de que há um processo de valorização imobiliária fomentado pela dinâmica imobiliária no entorno das áreas mais bem servidas de infraestrutura urbana dos municípios que compõem a RMNatal funcional, no entanto, as dificuldades que esses municípios possuem de recapturar as mais-valias geradas pelo processo de valorização resultam em uma perda de capacidade de arrecadação que inviabiliza o investimento na política urbana na escala municipal.

Objetivos da Pesquisa

Objetivo geral: compreender a dinâmica imobiliária e a gestão tributária na escala metropolitana entre 2014 e 2020, a partir da recaptura das mais-valias urbanas pela tributação imobiliária e o seu potencial de investimento em relação à política urbana.

Objetivos específicos:

- Aferir o preço do solo urbano no mercado imobiliário dos municípios da Região Metropolitana de Natal funcional entre 2014 e 2020;
- Verificar a as receitas com a tributação imobiliária (IPTU e ITIV) e as despesas em infraestrutura e serviços urbanos realizados pelos municípios da RMNatal funcional entre 2014 e 2020;
- Comparar a arrecadação dos tributos imobiliários por bairros com as despesas realizadas com infraestrutura e serviços urbanos nos municípios analisados;

d) Analisar a gestão tributária e da política urbana nos municípios da Região Metropolitana funcional de Natal frente à potencialidade de incrementos ao valor da terra gerados pelo processo de valorização imobiliária.

Categorias de análise e referencial teórico utilizado

Ao se destinar recursos públicos para provisão de infraestrutura e serviços urbanos em determinadas frações territoriais das cidades metropolitanas, engendram-se processos de valorização imobiliária, os quais também ocorrem quando a legislação urbanística municipal é alterada ou quando são tomadas decisões administrativas que modificam os padrões referentes ao território, cabendo à gestão municipal capturar as mais-valias urbanas auferidas pelos proprietários privados nesses processos. Este projeto de pesquisa estuda a gestão tributária frente à dinâmica imobiliária metropolitana e o potencial de captura de mais-valias urbanas por meio da arrecadação dos tributos imobiliários. A gestão tributária é analisada enquanto sistema de captura do excedente econômico patrimonializado na forma de bens imóveis, a partir da valorização da terra urbana associada ao processo de produção e reprodução enquanto mercadoria nas relações contemporâneas existentes nas cidades.

As experiências internacionais sobre a captura de mais-valias urbanas demonstram como os instrumentos urbanísticos e tributários existentes nas legislações dos mais diversos países são utilizados na busca pela recaptura dos incrementos da valorização imobiliária. No cenário nacional verifica-se a presença de várias ferramentas na legislação urbanística. Apesar da legislação brasileira incorporar funções extrafiscais da tributação imobiliária, ainda é difícil a utilização desses instrumentos em benefício da comunidade e, numa perspectiva mais ampla, garantirem o direito à cidade para seus moradores.

Diante disso, é importante que novos estudos demonstrem a necessidade crescente de conversão dos incrementos do valor da terra produzidos por ações estatais ou por esforços comunitários que geram receitas públicas (impostos, taxas, contribuição de melhoria). Assim, ao se analisar a gestão desses tributos pretende-se aprofundar a compreensão sobre a capacidade que o Estado tem de captar esse excedente gerado pelo fluxo do capitalismo como um todo. Na perspectiva aqui analisada, esse excedente deve ser capturado por meio dos impostos, contribuições e taxas que incidem sobre o patrimônio imobiliário num dado território, materializado na forma de objetos construídos (LOJKINE 1998; FURTADO, 2005, GONZALEZ, 2009; HARVEY, 2013, SMOLKA, 2014).

Diante disso, pretende-se analisar a RMNatal funcional, com destaque para as áreas de transbordamento entre os municípios, gerados pela expansão urbana e conurbação verificados em pesquisas recentes, como em Silva (2010), Queiroz (2012), Clementino e Ferreira (2015), Campos (2015), Ferreira (2016) e Lima (2018), que demonstram o processo de expansão urbana apoiado na dinâmica de valorização imobiliária ocorrida no período analisado, a partir da atuação do mercado imobiliário, de modo a compreender como o valor do solo se comporta diante desses processos.

Procedimentos Metodológicos

Trata-se de uma pesquisa comparativa, com utilização de métodos quantitativos e qualitativos, em razão de necessitar tanto de dados provenientes de órgãos públicos que revelem os números da arrecadação tributária do IPTU, ITIV e Outorga Onerosa, do preço do solo urbano e a sua relação com a disponibilidade de determinadas infraestruturas e serviços urbanos no período analisado nos municípios, como também de métodos qualitativos de que demonstrem a atuação da gestão tributária frente à potencialidade de captura de mais-valias urbanas pelos impostos municipais e o papel dos tributos imobiliários, sob a perspectiva de justiça social e o direito à cidade.

Referências (utilizadas no resumo)

CAMPOS, Tamms Maria da Conceição Moraes. Urbanização imobiliária residencial: uma leitura da configuração espacial da região metropolitana de Natal. Natal: UFRN, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2015. (Tese de Doutorado)
CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda; FERREIRA, Angela Lúcia. Caminhos para se pensar a metropolização de Natal: questões, hipóteses e referências. IN: CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda; FERREIRA, Angela Lúcia. Natal: transformações na ordem urbana. Rio de Janeiro: Letra Capital – Observatório das Metrôpoles, 2015.

- FERREIRA, Glenda Dantas. Produção Habitacional, agentes e território: uma análise do PMCMV na RMNatal (2009-2014). Natal: UFRN, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2016. (Tese de Doutorado).
- FURTADO, Fernanda. Recuperação de mais-valias fundiárias urbanas: reunindo os conceitos envolvidos. IN: SANTORO, Paula (org.). Gestão Social da Valorização da terra. São Paulo: Instituto Pólis, 2005.
- FURTADO, Fernanda; SMOLKA, Martim O. Recuperação de mais-valias fundiárias urbanas na América Latina: Bravura ou Bravata? IN: SANTORO, Paula (org.). Gestão Social da Valorização da terra. São Paulo: Instituto Pólis, 2005.
- GONZALEZ, Samuel Jaramillo. Hacia una teoria de la renta del suelo urbano. 2 ed. Bogotá: Universidad de los Andes, 2009.
- HARVEY, David. Os limites do capital. São Paulo : Boitempo, 2013.
- LIMA, Huda Andrade Silva de. Incorporando a metrópole funcional: a produção imobiliária empresarial em Natal e nas cidades do entorno, no período de 2011 a 2016. Natal: UFRN, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2018. (Tese de Doutorado)
- LOJKINE, Jean. O Estado Capitalista e a Questão Urbana. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- QUEIROZ, Luiz Alessandro Pinheiro da Câmara de. Incorporações imobiliárias: ciclos, financeirizações e dinâmica espacial. 2012. 270f. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/11422/1/TESE%20LUIZ%20ALESSANDRO%20MARA.pdf>>. Acesso em 15 mar 2021
- SILVA, Alexsandro F. C. da. O litoral e a Metrópole. Dinâmica imobiliária, Turismo e Expansão Urbana na Região Metropolitana de Natal – RN. 2010. 414p. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.
- SMOLKA, Martim O. Recuperação de Mais-Valias Fundiárias na América Latina: Políticas e Instrumentos para o Desenvolvimento Urbano. Cambridge: Lincoln Institute of Land Policy, 2014.

PLANEJAMENTO E GESTÃO DE ENERGIAS RENOVÁVEIS FRENTE ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO SEMIÁRIDO PARAIBANO

46

Eunice Ferreira Carvalho
Orientador(a): Zoraide Souza Pessoa

Área de Concentração/Linha de Pesquisa: Gestão de Políticas Públicas/Sociedade/Ambiente e Desenvolvimento

Vinculação com projeto de pesquisa: Sustentabilidade, Adaptação Climática, Energias e Sociodiversidade dos

territórios: uma análise comparativa de estudos de casos de governos no

contexto do Nordeste brasileiro - EDITAL Nº 01/2020 - REDES DE PESQUISA

Objeto de estudo

Gestão de energias renováveis no contexto da mudanças climáticas. Assim, propõe-se um estudo nos municípios inseridos no semiárido Paraibano

Problemática e Pergunta de Pesquisa

Os municípios brasileiros e, de forma específica, os paraibanos, contribuem para a transição energética e para a formação de uma matriz energética renovável e conseqüentemente, para a mitigação das mudanças climáticas. Assim, os governos devem incentivar um planejamento energético dentro de suas gestões a partir da adequação da área energética às questões que tangem uma maior sustentabilidade.

Apesar do avanço tecnológico em energias renováveis e da sua importância para as mudanças climáticas. Do ponto de vista institucional, o uso de energias renováveis e eficiência energética, na gestão pública local, não vem sendo internalizadas e associadas à gestão dos territórios. Porém, os governos locais da Paraíba, como gestores do uso dos recursos energéticos podem e devem agir de forma integrada e compartilhada para assegurar o suprimento energético. Os estados e municípios precisam se articular para agendas e planejamento no sentido de se preparar para responder aos riscos de impactos das mudanças climáticas ao setor de energias renováveis do estado, especificamente, do semiárido devido as suas vulnerabilidades naturais, e conseqüente atender as metas globais estabelecidas, precisam elaborar iniciativas, nos âmbitos municipal, estadual e federal, que dialogam com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) classificados pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Os novos desafios ambientais contemporâneos exigem que os municípios, principalmente da região semiárida, adotem uma agenda energética local alinhada às questões climáticas globais.

Diante dessa problemática e considerando o cenário atual, essa pesquisa questiona como os governos locais do semiárido da paraibano estão se organizando no sentido de responder aos desafios climáticos e aos impactos no setor de energias renováveis? Quais as iniciativas e perspectiva dos tomadores de decisão no âmbito municipal e seu potencial de respostas?

Hipótese ou premissa

1) Apesar da expansão e avanço tecnológico das energias renováveis a nível mundial, o planejamento e gestão dos municípios do semiárido paraibano não estão ainda preparados para a efetivação de uma eficiência energética e para o enfrentamento das mudanças climáticas globais.

2) De modo geral, a administração local não dispõe dos meios adequados, sejam legais, sejam de recursos humanos e tecnológicos, para um planejamento energético integrado e capaz de forma a contribuir de forma ampla e proativa.

Objetivos da Pesquisa

5.1 OBJETIVO GERAL:

Analisar a gestão de energias renováveis do semiárido paraibano, no âmbito municipal, suas perspectivas e entraves institucionais, no contexto das mudanças climáticas.

5.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

1. Descrever a estrutura de planejamento e gestão municipal do setor de energias renováveis e sua relação com as questões climáticas;
2. Mapear as iniciativas de planejamento e gestão de energias renováveis dos governos locais e sua interlocução com os arranjos institucionais locais;
3. Avaliar a capacidade de municípios paraibanos para a gestão do setor de energias renováveis e o potencial dos instrumentos existentes para o cumprimento das metas nacionais;

Categorias de análise e referencial teórico utilizado

- Questão energética no Brasil e no mundo
 - Impactos das mudanças climáticas no setor energético renovável
 - O Papel do setor de energias renováveis para Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas
 - Energias Renováveis: diversificação da matriz energética e eficiência energética
 - Energia e Gestão Governamental: políticas públicas e planejamento energético
 - Planejamento e gestão energética no âmbito local/municipal e sua importância

Procedimentos Metodológicos

Campo Empírico - O campo empírico da pesquisa será o interior do estado da Paraíba, precisamente, o território caracterizado como Território do Médio Sertão. Definido pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS), com o apoio técnico e metodológico da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), é composto por 24 (vinte e quatro) municípios inseridos em duas Mesorregiões Geográficas (Sertão Paraibano e Borborema) e, dentro delas, em cinco Microrregiões Geográficas do Estado da Paraíba, segundo a divisão definida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Nela concentra-se a produção de energia renovável (eólica de solar fotovoltaica) do estado e também apresenta uma diversidade de atividades econômicas solidárias, espalhadas pelas várias cidades que a compõem, empreendimentos que se configuram como importante fonte de renda e inclusão social.

- Os instrumentos de coleta de dados - serão utilizados de acordo com cada objetivo específico se dará através de:

1. Dados Secundários:

a) Levantamento bibliográfico para discussão teórica e conceitual. As buscas do aporte teórico serão realizadas através de busca em livros, teses e artigos científicos através de plataformas como o Portal de Periódicos CAPES e Google Scholar. Órgãos específicos como:

b) Pesquisa e análise Documental: Leis estaduais, Leis municipais, Planos plurianual, planejamento urbano, plano diretor, planos municipais etc.

Será feita através da identificação e análise de documentos provenientes de órgãos institucionais locais ligadas às questões ambiental e energética, como: I - Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos; II - o Conselho Estadual do Meio Ambiente; III - SUDEMA; IV - AGEVISA entre outros.

2. Dados Primários:

a) Pesquisa de Campo se dará, primeiramente, pela observação in loco para conversa e apresentação dos objetivos da pesquisa articulação dos sujeitos da pesquisa;

b) Entrevista semiestruturada com atores institucionais responsáveis direta ou indiretamente pela agenda e posterior análise. Após a transcrição das entrevistas, utilizaremos a análise de conteúdo como técnica de análise e tratamento dos dados que será organizada em quatro fases principais: coleta de dados, transcrição e organização dos dados, análise e tratamento dos resultados. Os dados obtidos serão analisados através da 'análise de conteúdo'

Referências (utilizadas no resumo)

CERNE - Centro de Estratégias em Recursos Naturais e Energia. Indicadores. Disponível em: <https://cerne.org.br/> Acesso em: 10/07/2021

CLARKE, L. et al. Effects of long-term climate change on global building energy expenditures. *Energy Economics*, v. 72, p. 667-677, 2018.

D'AVIGNON, Alexandre. Energia, inovação tecnológica e mudanças climáticas. In: MAY, Peter H. *Economia do Meio Ambiente: teoria e prática*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010, p. 221-243.

EPE – Empresa de Pesquisa Energética. *Mudanças Climáticas e Desdobramentos sobre os Estudos de Planejamento Energético: considerações iniciais*. MME: Documento de Apoio ao PNE 2050, 2018.

GIMENES, Cíntia Martins; BENAGES, Giovanni Nicolace de C. B. Desafios e caminhos à sustentabilidade energética: o paradigma energético atual e os desafios do acesso universal e sustentável In: RINALDI, Patricia Nogueira et.al. *Right to development rise for all: study guide*. FACAMP Model United Nations. Campinas: editora FACAMP, 2021(versão eletrônica).

JANUZZI, Gilberto de Martino; SWISHER Joel; REDLINGER, Robert. *Planejamento Integrado de Recursos Energéticos: oferta, demanda e suas interfaces*. 2ª edição: Campinas IEI Brasil, 2018.

LUCENA, André F. P. de; SZKLO, Alexandre S.; SCHAEFFE R.; SOUZA, Raquel Rodrigues de; BORBA, Bruno S. M. Cesar; COSTA, Isabella V. L. da.; PEREIRA JÚNIOR, Amaro O.; CUNHA, Sergio Henrique Ferreira da. The vulnerability of renewable energy to climate change in Brazil. *Energy Policy* (37), 2009, p.879–889.

MOREIRA, José Roberto. *Mudanças Climáticas e seus Impactos nos Recursos Energéticos do Brasil* In: FGV ENERGIA. *As Questões Climáticas e os impactos nos negócios de energia*. Publicações FGV. Disponível via [https:// fgv.br/energia](https://fgv.br/energia). Acesso em: 15/07/2021.

MORENO, Bruno. *Reflexões sobre o Tema: as questões climáticas e os impactos nos negócios de energia* In: FGV ENERGIA. *As Questões Climáticas e os impactos nos negócios de energia*. Publicações FGV. Disponível em <https:// fgv.br/energia>. Acesso em: 15/07/2021.

SCHAEFFER, Roberto; SZKLO, Alexandre S.; LUCENA, André F. P. de; BORBA, Bruno S. M. C.; NOGUEIRA, Larissa P. P., FLEMING, Fernanda P.; HARRISON, M.; TROCCHI, Alberto; BOULAHYA, Mohammed S. Energy sector vulnerability to climate change: A review. Elsevier Ltd: *Energy* 38, 2012. p. 1-12

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. *O papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade*. AATR-BA (Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia), 2002.

VILA, Clodomiro U. *Planejamento Energético e as Políticas Públicas: aspectos conceituais e metodológicos*, p. 24-45 In: PEREIRA, Thulio Cícero Guimarães (Org.) *Energias renováveis: políticas públicas e planejamento energético*. Edição Digital: Curitiba: COPEL, 2014.

WINKLER, H.; BAUMERT, K.; BLANCHARD, O.; BURCH, S. e ROBINSON, J. What factors influence mitigative capacity? In: *Energy Policy* 35, 692–703, 2007.

DO REGIONAL AO URBANO: UM ESTUDO DA POLÍTICA DO BNH A PARTIR DA PERSPECTIVA DO PLANEJAMENTO REGIONAL NO NORDESTE

49

Flávia Duarte de Oliveira Cruz

Orientador(a): Sara Raquel Fernandes Queiroz de Medeiros

Área de Concentração/Linha de Pesquisa: Dinâmicas Urbanas e Regionais/Cidades e Dinâmica Urbana

Vinculação com projeto de pesquisa: Habitação social no Rio Grande do Norte: do Banco Nacional de Habitação ao Programa Minha Casa Minha Vida

Objeto de estudo

Esta pesquisa tem como objeto de estudo a interface das agendas da habitação e do planejamento regional no Nordeste, e seus impactos territoriais, investigando os processos de concentração, dispersão e fragmentação das ações.

Problemática e Pergunta de Pesquisa

O estudo parte do princípio que, para a habitação popular, é válida a premissa de que não adianta apenas produzir casas, é preciso viabilizar outras dimensões do habitar e do atendimento das necessidades básicas, como o acesso aos serviços e, sobretudo, à oferta de emprego (CARDOSO E ARAGÃO, 2013; FERREIRA, 2012; ROLNIK et al, 2010). Bolaffi (1983) reforça esta dimensão ao afirmar que, para o debate da política habitacional, necessita-se elucidar questões sobre o desenho de políticas (ou articulação de políticas) que visem assegurar que a população, possua, além renda necessária para adquiri-la, meios para se reproduzir e permanecer na nova moradia. Considera-se aqui a imprescindibilidade de analisar a junção entre políticas urbanas (representada pela política habitacional) e regionais (responsável pelas políticas de desenvolvimento econômico e social), compreendendo a relação intrínseca no âmbito destas duas escalas, entendendo o binômio cidade-região como elemento essencial no processo de planejamento (SOUZA, 1976; CANO, 2011). Neste sentido, questiona-se como se dá a articulação da agenda do planejamento regional (responsável por mobilizar as políticas de geração de emprego e renda) com a política de habitação implementada pelo BNH, e, posteriormente, com o PMCMV, nos estados nordestinos e de que maneira essa articulação influenciou nas estratégias de provisão de moradias nestes estados?

Hipótese ou premissa

Este estudo tem como hipótese inicial que a articulação das políticas mobilizadas pelo planejamento regional com a política habitacional exerce forte influência sobre o modelo de provisão habitacional nos estados nordestinos.

Objetivos da Pesquisa

Geral: Analisar a articulação entre as políticas mobilizadas pelo planejamento regional e a política habitacional em dois períodos distintos, a partir da atuação da Sudene em dois períodos distintos, nas décadas de 1960 a 2000, e a partir de 2007 quando o órgão é reativado, observando de que maneira ocorreu essa articulação e seus rebatimentos na produção pública de moradia nos estados nordestinos.

Específicos:

- Mapear quais Cohabs no Nordeste fecharam e quais estão em funcionamento para identificar quais órgãos são responsáveis pelo planejamento habitacional nos estados do Nordeste atualmente;
- Analisar a produção pública de habitação nos estados nordestinos a partir do levantamento das unidades habitacionais produzidas pelas Cohabs e pelo Minha Casa Minha Vida, para compreender quais os impactos territoriais das estratégias adotadas nos dois momentos da política considerando a distribuição das unidades;

- Analisar os planos estaduais de governo dos estados nordestinos, nos dois recortes temporais adotados na pesquisa, para identificar as ações na habitação que são articuladas com projetos de desenvolvimento econômico da Sudene;
- Analisar os projetos de desenvolvimento da Sudene, a fim de verificar se a maior articulação das Cohabs com a Sudene influenciou numa maior interiorização das unidades habitacionais;
- Analisar, através de entrevistas com gestores e técnicos da Sudene, quais as concepções governamentais acerca do planejamento habitacional e as políticas regionais, em especial entre o alinhamento das agendas municipal (responsável por implementar a política urbana), e da agenda regional (responsável por mobilizar as políticas de geração de emprego e renda).

Categorias de análise e referencial teórico utilizado

Planejamento regional: principais concepções teóricas de desenvolvimento regional que influenciaram no desenho e estrutura das políticas regionais implementadas no Brasil durante os dois períodos utilizados como recorte temporal da pesquisa, especificamente o período relativo à interferência estatal desenvolvimentista a partir da década de 1950, que foi o cenário de criação da Sudene; e o debate das políticas regionais no pós-redemocratização em que se dá o contexto de reativação e funcionamento da Nova Sudene. Estão sendo utilizados inicialmente, autores cujos trabalhos evidenciam tanto os aspectos econômicos e políticos das políticas regionais e urbanas como as perspectivas consideradas pelo planejamento, sendo eles Araújo (1993, 2000; 2013; 2015), Barbosa (2015), Castro (2014), Bielschowsky (2000), Cano (1981; 2011), Cardoso Jr. (2011), Coelho (2017), Diniz (2001; 2002), Diniz e Crocco (2006), Hall (2007), Helmsing (1999), Maillat (1998), Nasser (2000) e Tinoco (1988).

Agenda de Políticas Públicas: Kingdon (1995), Arretche (2003), Capella (2015) e Souza (2006).

Política Habitacional: Bolaffi (1982), Azevedo e Andrade (2011), Azevedo (1979; 1988; 1996), Carvalho (1991), Arantes e Fix (2009), Amore (2015), Maricato (1987), Bonates (2007); Bonduki (2008; 2009), Rolnik, Iacovini e Klintowitz (2014), Melo (1989) e Valença (2001)

Municipalização da questão habitacional: Arretche (1994; 1996; 2002), Cardoso (2001, 2003); Cardoso e Ribeiro (2002);

Procedimentos Metodológicos

Os procedimentos metodológicos desta pesquisa estão segmentados em quatro etapas. Na primeira etapa será conduzida uma pesquisa bibliográfica que será composta pelos referenciais que contemplam os eixos temáticos da política habitacional e do planejamento regional, buscando compreender quais as interfaces existentes na literatura sobre estas duas perspectivas; o segundo procedimento será a pesquisa documental que será realizada para compreender de que forma as políticas de desenvolvimento regional estiveram articuladas com as políticas de habitação no Nordeste. Para tanto será levantado uma ampla base documental de ações, programas, para a habitação nos documentos da antiga e da nova Sudene, além de Planos, Planos Diretores, programas, relatórios técnicos, projetos, diagnósticos, relatórios de gestão, estudos, legislações, e demais normativos disponíveis no acervo do órgão e das secretarias de habitação dos estados nordestinos. Para a pesquisa documental, será utilizado o recurso de análise qualitativa que contará com o aporte do software de análise qualitativa e métodos mistos MaxQDA, como forma de identificar chaves de análise no material levantado.

A terceira etapa da pesquisa constará de entrevistas institucionais com gestores do estado e técnicos da antiga e da nova Sudene buscando compreender as concepções governamentais acerca do planejamento habitacional e as políticas regionais, em especial entre o alinhamento das agendas municipal (responsável pela implementação da política urbana) e da agenda regional (responsável por mobilizar as políticas de geração de emprego e renda). Para tanto, esta etapa contará com a submissão do protocolo de pesquisa para análise e apreciação do Comitê de Ética e Pesquisa da UFRN (CEP), com a finalidade de assegurar a integridade e dignidade dos envolvidos na pesquisa. As entrevistas serão analisadas por meio do software MaxQDA.

A quarta etapa constará de mapeamento e produção cartográfica para identificar espacialmente os projetos e a produção habitacional nos estados. O mapeamento será realizado a partir das informações disponíveis na Caixa Econômica Federal (CEF), nas Companhias de Habitação e nas secretarias de habitação dos estados. Os dados serão dispostos em planilhas Excel e, posteriormente, serão introduzidos em softwares do Sistema de Informação Geográfica (SIG), como Google Earth e Arcgis.

Referências (utilizadas no resumo)

BOLAFFI, Gabriel. A questão Urbana: produção de habitações, construção civil e mercado de trabalho. *Novos Estudos Cebrap*, v. 2, n. 3, p. 61-68p, 1983.

CANO, Wilson. Novas determinações sobre as questões regional e urbana após 1980. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 13, n. 2, p. 27-53, 2011.

CARDOSO, Aduino Lúcio; ARAGÃO, Thêmis Amorim. Do fim do BNH ao Programa Minha Casa Minha Vida: 25 anos da política habitacional no Brasil. O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais. Rio de Janeiro: Letra capital, p. 17-65, 2013.

FERREIRA, João Sette Whitaker et al. Produzir casas ou construir cidades. *Desafios para um novo Brasil urbano*, v. 1, 2012.

ROLNIK, Raquel et al. Como produzir moradia bem localizada com recursos do Programa Minha Casa Minha Vida. Implementando os instrumentos do Estatuto da Cidade. Brasília: Ministério das Cidades, 2010.

SOUZA, M. A. A. de ([1976]/2017). Regionalização: tema geográfico e político—o caso paulista. *Boletim Paulista de Geografia*, (50), 103-142.

POR ONDE ANDAMOS? O AMBIENTE CONSTRUÍDO E A CAMINHABILIDADE NO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ/RN.

52

Gleycianny Emanuely Rodrigues de Freitas
Orientador(a): Alessandro Ferreira Cardoso da Silva

Área de Concentração/Linha de Pesquisa: Dinâmicas Urbanas e Regionais/Cidades e Dinâmica Urbana

Vinculação com projeto de pesquisa: Não

Objeto de estudo

Ambiente construído e deslocamento a pé no município de Mossoró/RN.

Mossoró/RN é o segundo município mais populoso do estado. Localizado no semiárido brasileiro, entre duas regiões metropolitanas. Possui uma estimativa de 300.618 habitantes (IBGE, 2020). Caracteriza-se como uma cidade de forte influência regional (ELIAS, PEQUENO, 2010; PINHEIRO, 2007).

Problemática e Pergunta de Pesquisa

A carência de planejamento e desenvolvimento da caminhabilidade, acarreta vários problemas, de saúde pública, mobilidade urbana, acessibilidade, segurança, segregação e exclusão socioespacial.

O pedestre vem sendo negligenciado no planejamento urbano, influenciando sua exclusão do espaço urbano. De acordo com Vasconcellos (2017), podemos notar este abandono no fato de que o governo atribui toda a responsabilidade de construir e cuidar da calçada ao proprietário do lote. Transformando assim uma questão pública em algo privado.

No âmbito acadêmico, esse é um tema emergente em virtude da discussão sobre cidades mais sustentáveis. Pesquisas sobre caminhabilidade ganharam destaque recentemente em cidades grande e regiões metropolitanas. Porém, há uma lacuna nessas pesquisas no âmbito das cidades médias.

Com base nestes pontos, partimos para a pergunta que irá nortear o rumo dessa pesquisa. De que forma o ambiente construído influencia as condições de caminhabilidade no município de Mossoró/RN? Além disso, outros fatores como, questões socioeconômicas, de gênero, idade e escolaridade são determinantes para a escolha do deslocamento a pé?

Hipótese ou premissa

Este trabalho parte da premissa de que o ambiente construído influencia as condições de caminhabilidade e a escolha pelo modo de deslocamento a pé.

Objetivos da Pesquisa

- Analisar as condições de caminhabilidade e sua influência sobre o deslocamento a pé no município de Mossoró/RN;
- Compreender como o ambiente construído influencia o deslocamento a pé;
- Compreender o comportamento de viagem da população de Mossoró/RN;
- Propor reflexões sobre a caminhabilidade e o ambiente construído.

Categorias de análise e referencial teórico utilizado

O deslocamento a pé é o meio de transporte mais utilizado nos municípios brasileiros, com 26,3 bilhões de viagens por ano, representando 39% de todas as viagens no Brasil. Além disso, nos municípios de menor porte, como no caso de Mossoró/RN, os meios de transporte não motorizados são predominantes (ANTP, 2020). Porém, apesar do caminhar a pé ser a forma mais utilizada para circular nas cidades, historicamente, os planos e projetos de transporte e trânsito ignoram este meio de locomoção. "É como se fossem atividades e pessoas invisíveis, dispensáveis no rol de interesses do Estado (VASCONCELLOS, 2017,

p. 49)". No Brasil, os incentivos à indústria automobilística promoveram a popularização dos automóveis, dobrando o número de carros e triplicando o número de motos (MARICATO, 2015). Assim, com o aumento no uso do transporte individual motorizado, as deficiências do transporte público e o incentivo à aquisição de veículos individuais, surgiram uma série de pontos negativos para as cidades, entre eles problemas ambientais, congestionamentos urbanos e acidentes no trânsito. (MORAIS et al., 2010).

Caminhar é uma atividade humana básica. As cidades devem ser projetadas para que essa prática seja fácil e agradável. De acordo com Ghidini (2011), a caminhabilidade é um indicador de referência à qualidade de vida no meio urbano, é um instrumento objetivo de gestão para o desenvolvimento sustentável.

O acesso a condições dignas de caminhabilidade é fundamental na construção de cidades mais democráticas. Uma cidade sustentável e saudável tem a rua como lugar de encontro, estar e convivência das pessoas. Assim, a preocupação com o pedestre reflete uma demanda distinta e forte por uma melhor qualidade urbana (GEHL, SVARRE, 2017, p. 17; CARVALHO, 2016).

O ambiente construído influencia diretamente nas condições de caminhabilidade de um local. Infraestrutura de calçadas, largura dos passeios, conectividade da malha urbana, tipologia de ruas, travessias, mobiliário urbano, paisagismo, permeabilidade de fachadas, usos mistos, uso público diurno e noturno. São fatores que influenciam no deslocamento a pé, na percepção de segurança do público, escolha dos percursos e na vitalidade urbana (JACOBS, 1961; BRADSHAW, 1993; GEHL, 2013; ITDP, 2019). Diante disso, essa pesquisa se propõe a analisar o ambiente construído na área central do município de Mossoró/RN, observando as condições de caminhabilidade, de modo a compreender o espaço urbano e sua influência no deslocamento a pé.

Procedimentos Metodológicos

Esse trabalho se caracteriza como um estudo empírico quantitativo. Propondo-se a realizar um estudo de caso em um município de médio porte localizado no semiárido brasileiro, de modo a investigar a situação dos fenômenos e processo dentro de seu contexto na realidade (GIL, 2002; YIN, 2001). Será realizada uma análise em macro escala seguindo o método de avaliação objetiva desenvolvido por Frank et. al. (2010), definido em quatro variáveis: (I) Densidade Residencial – a relação entre unidades residenciais e a área do terreno estabelecida para uso residencial; (II) Taxa de Ocupação Comercial – área do prédio de comércio dividida pela área do terreno de comércio; (III) Densidade de Interseção – mensurada pela conectividade da rede viária, considerando a proporção de interseções na área; (IV) Diversidade de Uso do Solo – indica a diversidade dos tipos de uso do solo em um grupo de quadras classificado em: residencial, varejo, entretenimento, escritório e institucional. O Índice de Caminhabilidade será construído a partir dessa metodologia, considerando a seguinte fórmula: $IC = 2*V01 + V02 + V03 + V04$. Onde: IC = Índice de Caminhabilidade; V01 = Densidade de Interseções; V02 = Densidade Residencial; V03 = Taxa de Ocupação Comercial; V04 = Diversidade de Uso do Solo.

Após a obtenção do Índice de Caminhabilidade será aplicado um questionário a fim de compreender o comportamento de viagem da população de Mossoró/RN. Por fim, pretende-se relacionar ambos os resultados e discutir sobre a influência do ambiente construído nas condições de caminhabilidade e no deslocamento a pé.

Durante a análise será utilizado mapas temáticos e imagens aéreas georreferenciadas, observação em campo, questionários e entrevistas semiestruturadas para coleta de dados.

Referências (utilizadas no resumo)

ANTP, Associação Nacional de Transportes Públicos - Brasil. Sistema de Informação da Mobilidade Urbana. Relatório Geral 2018. 2020. Disponível em: <http://files.antp.org.br/simob/sistema-de-informacoes-da-mobilidade--simob--2018.pdf>. Acesso em: 20 abril 2021.

BRADSHAW, Chris. Creating -- And Using -- A Rating System For Neighborhood Walkability Towards An Agenda For "Local Heroes". 1993. Disponível em: https://www.cooperative-individualism.org/bradshaw-chris_creating-and-using-a-rating-system-for-neighborhood-walkability-1993.htm. Acesso em: 20 ago. 2020.

CARVALHO, Carlos Henrique Ribeiro de. MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL: conceitos, tendências e reflexões. Brasília: Ipea, 2016. 38 p. Disponível em: <http://memoriadasolimpiadas.rb.gov.br/jspui/handle/123456789/1200>. Acesso em: 25 fev. 2021.

GEHL, Jan. Cidade Para Pessoas. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013. 262 p.

GEHL, Jan; SVARRE, Birgitte. A dimensão humana: uma abordagem sustentável

- do planejamento urbano. Cidades de Pedestres: a caminhabilidade no brasil e no mundo. Rio de Janeiro: Babilônia, 2017. 237 p.
- GHIDINI, Roberto. A CAMINHABILIDADE: medida urbana sustentável. Revista dos Transportes Públicos: ANTP, São Paulo, v. 33, n. 127, p. 21-33, 1 jan. 2011. Quadrimestre. Disponível em: <http://files.antp.org.br/2016/4/8/revista-completa-127.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2021.
- GIL, Antônio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas S.a., 2002. 176 p.
- IBGE. Censo demográfico. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em 01 jul. 2021.
- ITDP, Instituto de políticas de Transportes e Desenvolvimento – Brasil. Índice de Caminhabilidade: versão 2.0 – ferramenta. 2019. 66 p. Disponível em: <https://itdpbrasil.org/icam2/>. Acesso em: 8 jun. 2020.
- JACOBS, J. Morte e Vida de Grandes Cidades. São Paulo: Martin Fontes, 1960.
- MARICATO, Ermínia. Para entender a crise urbana. CaderNAU, Rio Grande: v. 8, n. 1, p. 11-22, 2015. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/cnau/article/view/5518>. Acesso em: 06 de junho de 2020.
- MORAIS, Maria da Piedade et al. Infraestrutura Social e Urbana no Brasil: subsídios para uma agenda de pesquisa e formulação de políticas públicas. Brasília: Ipea, 2010. 898 p. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3211>. Acesso em: 25 maio 2020.
- PEQUENO, Renato; ELIAS, Denise. Tendências da urbanização e os espaços urbanos não metropolitanos. Cadernos Metrópole, São Paulo: v. 12, n. 24, P. 441-465, 2010.
- PINHEIRO, Karisa Lorena Carmo Barbosa. O processo de urbanização da cidade de Mossoró: histórico da expansão urbana da cidade de Mossoró desde 1.772 até os dias atuais. Mossoró: CEFET-RN, 2007. 258 p. Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/278>. Acesso em: 10 set. 2020.
- VASCONCELLOS, Eduardo. Andar nas cidades do Brasil. Cidades de Pedestres: a caminhabilidade no brasil e no mundo. Rio de Janeiro: Babilônia, 2017. 237 p.
- YIN, Robert. Estudo de caso: planejamento e métodos, 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 205 p., 2001.

URBANIZAÇÃO DE ESPAÇOS INTERIORES NÃO METROPOLIZADOS NO NORDESTE BRASILEIRO: MOSSORÓ/RN COMO UMA “CAPITAL” REGIONAL

55

João Paulo Silva dos Santos

Orientador(a): Alessandro Ferreira Cardoso da Silva

Área de Concentração/Linha de Pesquisa: DINÂMICAS URBANAS E REGIONAIS

Vinculação com projeto de pesquisa: Planejamento Territorial, habitação e informalidade: efeitos e avaliações na Cidade e na Região em diferentes escalas espaciais

Objeto de estudo

As bases socioeconômicas da urbanização no município de Mossoró, nas últimas duas décadas do século XXI, e as condicionantes regionais que promoveram a cidade a posição de Capital Regional. Fundamenta-se em uma escala ampliada e relacionada com o dinamismo das modificações do capital e as suas implicações mundiais, nacionais e regionais na DSTT e nas formas de acumulação do capital.

Problemática e Pergunta de Pesquisa

É necessário analisar a urbanização de Mossoró considerando a conjuntura histórica do processo de implementação da urbanização globalizada na periferia do capitalismo que, com sua força econômica alimentada pelos fluxos contínuos de acumulação do capital em várias escalas, simultaneamente impõem e soterram padrões e agentes urbanos locais, mas também se associam a eles para manter a dinâmica do sistema produtivo. Um entendimento sobre o processo urbano que historicamente Mossoró e que elevou a cidade a uma condição de Capital Regional perpassa pelas redistribuições das funções dos lugares das cidades e nas cidades, considerando não somente seus limites locais ou regionais, mas igualmente o processo de urbanização periférico. Para isso pergunta-se: como a reorganização produtiva do Nordeste, ocasionada pela propagação das novas formas de DSTT e por reformulações dos processos envolvidos na acumulação do capital influenciou no posicionamento atual de Mossoró como uma capital regional, dentro da rede urbana do Nordeste.

Hipótese ou premissa

Mossoró como Capital Regional está associada a dinamização socioeconômica do Nordeste desencadeada a partir novas exigências da divisão social e territorial do trabalho e acelerada pela reestruturação produtiva. As oscilações dos fluxos socioeconômicos que perpassam Mossoró, alteram as combinações socioespaciais que regulam a urbanização, forçando os agentes sociais a reorganizarem o espaço para que o processo de concentração e acumulação do capital mantenha-se constante e as crises sejam menos impactantes.

Objetivos da Pesquisa

- 1 - identificar as principais variações produtivas, sociais e econômicas, ocorridas no Nordeste entre os anos 2000 e 2020, promovidas pelo avanço da reestruturação produtiva (RP) e as suas consequências para a conformação da rede urbana regional e do Rio Grande do Norte.
- 2 - analisar como a área urbana do município de Mossoró e das cidades que estão na sua área de influência foram impactadas (socioeconomicamente e espacialmente) pelos desdobramentos da RP.
- 3 - Identificar os processos econômicos e socioespaciais implementados na área urbana do município de Mossoró e suas sistemáticas, considerando as ações dos agentes que estiveram interligados com a implementação da RP e das novas condições da DSTT no município e nas áreas urbanas que estão no seu território de influência.

4 - Analisar como as dinâmicas regionais implementadas pela RP impactaram a urbanização no município de Mossoró e na sua classificação de Capital Regional do interior do Nordeste brasileiro.

Categorias de análise e referencial teórico utilizado

- O trabalho no sistema capitalista (produtivo e abstrato) (Karl MARX; Robert CASTEL; David HARVEY)
- Divisão social e territorial do trabalho (Milton SANTOS; David HARVEY; Marcio POCHMANN)
- Reestruturação produtiva a partir da crise do fordismo (David HARVEY; José PAULO NETTO)
- Destrução criativa (Joseph Alois SCHUMPETER; David HARVEY)
- Ajustes espaços-temporais (David HARVEY; Bob JESSOP; Neil BRENNER)
- Modificações nas condições do mundo do trabalho (Robert CASTEL; Gilberto DUPAS; Ricardo ANTUNES)
- Dinâmicas de produção, distribuição, circulação e consumo de bens (Karl MARX; David HARVEY)
- Mudanças nas condições de acumulação do capital (David HARVEY, Alain LIPIETZ)
- Crises geradas pelas contradições do capital (David HARVEY; Alain LIPIETZ; Perry ANDERSON; Neil BRENNER)
- Ações individuais e integradas dos agentes sociais para adequar os espaços (Francisco de OLIVEIRA; Milton SANTOS, Roberto Lobato CORRÊA)
- Alterações das dinâmicas urbanas (Henri LEFEBVRE; Milton SANTOS; Francisco de OLIVEIRA; Vilmar FARIA; Roberto Lobato CORRÊA; Neil BRENNER)
- Alterações nos lugares das cidades (Henri LEFEBVRE, Milton SANTOS, Paul SINGER, Neil BRENNER)

Procedimentos Metodológicos

A base lógica da investigação é a dialética marxista. A utilização da lógica dialética será apoiada, em um nível mais próximo da realidade, por procedimentos investigativos associados ao método histórico. O desenho metodológico que pode dar suporte para a investigação é o materialismo histórico já que ele possui como um dos seus fundamentos a noção de que o ordenamento da sociedade capitalista está alicerçado sobre a produção e a circulação de bens. A concepção por trás da sistematização é criar pontos de conexão dentro do “universo” dialético que permitam associar as condicionantes históricas se moldaram e originaram as realidades sociopolíticas e econômicas do processo urbano atual do município de Mossoró. Dentro da lógica dialética do materialismo histórico é necessário realizar uma abordagem escalar que tenha como entendimento que as relações urbanas nos territórios são resultado de relações estabelecidas pelo capitalismo. Assim, as análises das dimensões das relações socioespaciais ganham força explicativa quando utilizadas formas multidimensionais de análise. Uma delas é que considera as relações socioespaciais existentes entre o território (T), o lugar (L), a escala (E) e as redes (R) como as mais importantes dentro da conjuntura da reestruturação produtiva e político-econômica da atualidade. Subsidiariamente serão instrumentalizados procedimentos técnicos de pesquisa que poderão perpassar pela utilização de modos observacionais e também comparativos já que será necessário manipular e comparar dados quantitativos e qualitativos de regiões, estados e de municípios. As bases de dados serão construídas por meio de técnicas de pesquisa bibliográfica, documental, pesquisa de campo e observação direta intensiva.

Referências (utilizadas no resumo)

- CANO, W. Questão regional e urbanização no desenvolvimento econômico brasileiro pós 1930. Anais, n. VI, p. 67-99, 2016. Disponível em: <http://www.abep.org.br/~abeporgb/publicacoes/index.php/anais/article/download/457/443>. Acesso em: 08 mar. 2021.
- DELEUZE, G; GUATTARI, F. O que é filosofia? (tradução – Bento Prado Junior; Alberto Alonso Muroz). Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.
- HARVEY, D. O “novo imperialismo”-ajustes espaço-temporais e acumulação por desapossamento. Lutas sociais, n. 13/14, p. 9-23, 2005.
- HAESBAERT. R. Territórios Alternativos. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006
- HAESBAERT. R. O Mito da Desterritorialização: Do fim dos territórios a multiterritorialidade. 7 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

JESSOP, B.; BRENNER, N.; JONES, M. Teorizando as relações socioespaciais. *Geographia*, [S.L.], v. 19, n. 41, p. 107-119, 25 jan. 2018. Pro Reitoria de Pesquisa, Pós Graduação e Inovação - UFF. <http://dx.doi.org/10.22409/geographia2017.v19i41.a13814>. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13814>. Acesso em: 08 fev. 2021.

LIPIETZ, A. *Miragens e milagres problemas da industrialização no terceiro mundo*. São Paulo: Nobel, 1988.

MARX, Karl. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. Boitempo editorial, 2015.

POCHMANN, M. *O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo:Boitempo, 2001.

SANTOS, M. *Por uma economia política da cidade: o caso de Sao Paulo*. 1994a.

SANTOS, M. *Técnica, espaço, tempo*. São Paulo: Hucitec, 1994b.

A CIDADE DE MACAÍBA NO PROCESSO DE METROPOLIZAÇÃO DE NATAL

58

Juan Muller de Andrade Bandeira

Orientador(a): Maria do Livramento Miranda Clementino

Área de Concentração/Linha de Pesquisa: Dinâmicas urbanas e Regionais

Vinculação com projeto de pesquisa: Cidade e dinâmica urbana

Objeto de estudo

A inserção do município de Macaíba na dinâmica da Região Metropolitana de Natal, especialmente na escala da região funcional, diante do recente processo de integração metropolitana.

Problemática e Pergunta de Pesquisa

Em fase mais recente da Região Metropolitana de Natal, o município de Macaíba recebe projetos direcionados ao crescimento industrial com o Centro Industrial Avançado, o Distrito Industrial de Macaíba (DIM) e a Zona de Processamento de Exportação (este não consolidado) estruturando uma dinâmica territorial própria no Município. Diante da expansão do tecido urbano de Natal sobre os municípios de Parnamirim e São Gonçalo do Amarante, Clementino e Ferreira (2015) aponta que o tecido urbano de Macaíba consolidará o que chamam do segundo arco metropolitano, tendo o produto industrial como aspecto de relevância nesse processo. Como essas estruturas dialogam com a cidade e qual seu estágio de integração com a Região Metropolitana de Natal?

Hipótese ou premissa

O território de Macaíba recebeu, na dinâmica metropolitana recente, equipamentos urbanos que intermediaram a relação urbano-regional, sofrendo menor influência urbana em relação aos municípios de Parnamirim e São Gonçalo do Amarante. Isso permitiu que a população suprisse as demandas por bens de consumo imediato. Outro aspecto é que a cidade de Macaíba não possui uma via relevante como a BR-101 de contato imediato com a capital.

Objetivos da Pesquisa

Objetivo Geral:

Analisar a dinâmica urbana da cidade de Macaíba, evidenciando o processo de produção do espaço urbano e a sua inserção na dinâmica metropolitana recente.

Objetivos Específicos:

- Conhecer o processo de produção do espaço urbano de Macaíba e o seu contexto na urbanização do Rio Grande do Norte;
- Identificar planos e projetos que fomentam o desenvolvimento e a integração da metrópole Potiguar;
- Entender como a estrutura urbana e de planejamento urbano do Município trata a relação município-metrópole;
- Elucidar a dinâmica urbana de Macaíba e como ela se relaciona com a metrópole.

Categorias de análise e referencial teórico utilizado

O presente projeto de dissertação procura se debruçar no conceito de espaço, território usado e desigualdade para compreender o processo de produção do espaço urbano de Macaíba e sua integração com a Região Metropolitana de Natal. Essas categorias estão apoiadas na produção intelectual de Milton Santos (1993; 2014a; 2014b; 2015; 2021); Henry Lefebvre (2002; 2013); Neil Smith (1988); Marcelo Lopes de Souza (2013).

O primeiro oferece uma estrutura de compreensão com conceitos e categorias de análise do espaço na Geografia. Assim, este trabalho compreende que a base interpretativa do espaço construída por Milton Santos fornece subsídios para entender que o espaço, como totalidade, envolve as relações entre sociedade e Meio. O segundo, Henry Lefebvre, traz a compreensão de que o espaço é produto das relações sociais e que, por isso, está envolvido em mutabilidade. Cabe, contudo, advertir que, diante da complexa construção teórica do autor, se optou em entender o espaço social e não os níveis de espaço vivido, percebido e concebido. O terceiro, Neil Smith, se esforça em estruturar uma teoria sobre o desenvolvimento desigual, oferecendo significativas contribuições para entender que o desenvolvimento desigual é também produto das relações sociais e está associado às dinâmicas de produção do espaço. O quarto, Marcelo Lopes de Souza, lança a noção de dinâmica sócio-espacial, remetendo a compreensão de que as relações sociais e espaciais são uma só e se movem dialeticamente.

Na escala do Rio Grande do Norte destacam-se os trabalhos de Clementino (1990), Denílson Araújo (2009) e Jane Barbosa (2015). Os autores discutem a respeito do processo de formação da rede urbana, destacando as modificações no território a partir das atividades econômicas nos períodos antes e após a SUDENE. Denílson Araújo (2009) discorre sobre o processo de metropolização do estado, considerando os efeitos provocados pelo desenvolvimento industrial. Jane Barbosa (2015), por sua vez, aborda a relação entre planejamento e desigualdade como aspectos de um processo de modernização do território de caráter seletivo. Para entender Macaíba e sua inserção metropolitana fundamenta-se nos trabalhos de Clementino (2009), Clementino e Ferreira (2015), Meneval Dantas (1985), Geovany Dantas (2007; 2018; 2019) e Kathiuscia Santos (2016).

Procedimentos Metodológicos

O percurso metodológico da pesquisa propõe um estudo que articula as perspectivas quantitativa e qualitativa, tomando dados primários e secundários como artefatos necessários ao desenvolvimento da análise sobre o objeto de estudo. Diante disso, os procedimentos metodológicos compreendem a revisão da literatura e revisão bibliográfica sistemática; a pesquisa documental, incorporando documentos nos arquivos online disponíveis no portal da transparência e físicos disponíveis nos arquivos públicos, dados secundários disponíveis nas plataformas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e na Federal das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte (FIERN); produtos cartográficos, utilizando o ESRI ArcMap 10.5 e entrevista semi-estruturada.

Por fim, através de entrevista, serão obtidos dados complementares para compreender as ações governamentais em nível municipal no que tange aos projetos e investimentos urbanos. As entrevistas serão direcionadas aos representantes do Poder Executivo através de suas secretarias de Desenvolvimento Econômico, Meio Ambiente e Urbanismo, Educação, Planejamento, Saúde e Trânsito e Transporte.

O roteiro da entrevista semi-estruturada tem como ponto de partida as questões listadas a seguir:

- a) Quais as ações para o desenvolvimento local e regional são elaboradas pelo Município? Como o município tem trabalhado para alcançar esse objetivo?
- b) Na sua visão, como compreende o processo de integração de Macaíba à Região metropolitana de Natal?
- c) Como o município trata sua integração a RM na esfera do planejamento urbano? Quais ações o (a) senhor (a) considera contribuir para o desenvolvimento local?
- d) Qual a participação da população nas decisões no processo de tomada de decisão e elaboração de projetos do governo municipal? É possível medir essa participação em algum nível?

Referências (utilizadas no resumo)

ARAÚJO, Denílson da Silva. Dinâmica econômica, urbanização e metropolização no Rio Grande do Norte (1940-2006). 2009. 345 f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Desenvolvimento Econômico, espaço e meio ambiente, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009. Disponível em:

CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. Complexidade de uma urbanização periférica. 307 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas: IE/UNICAMP, 1990.

CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda; FERREIRA, Angela Lúcia. Caminhos para se pensar a metropolização de Natal: questões, hipóteses e referências. In: CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda de; FERREIRA, Ângela Lúcia (editoras). Natal: Transformações na Ordem Urbana. Observatório das Metrôpoles: Série Estudos Comparativos. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

- CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda; SOUZA, Maria Ângela de Almeida (Orgs.). Como andam Natal e Recife. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2009.
- DANTAS, Geovany Pachelly Galdino. Feira de Macaíba/RN: um estudo das modificações na dinâmica sócio-espacial. 2007. 209 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Dinâmica e Reestruturação do Território, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007. Disponível em: . Acesso em: 26 mai. 2016.
- DANTAS, Geovany Pachelly Galdino. Os conjuntos habitacionais e o processo de expansão urbana em Macaíba-RN (1970-1980). Revista Sociedade e Território. Vol. 30, n. 2. Natal, 2018. p. 123-144. Disponível em: < <https://periodicos.ufrn.br/sociedadeeterritorio/article/view/14732>>. Acesso em: 28 set. 2019.
- DANTAS, Meneval. Macaíba: imagens, sonhos e reminescência. Natal:Fundação José Augusto, 1985.
- LEFEBVRE, Henry. A revolução urbana. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- LEFEBVRE, Henry. La producción del espacio. Madrid: Capitán Swing, 2013.
- SANTOS, Kathiuscia Fernandes dos. A urbanização do território e as transformações do campo no município de Macaíba/RN. 2016. 113 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.
- SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2014b.
- SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. 1993.
- SANTOS, Milton. A urbanização desigual: a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos. 3. ed. EDUSP, 2021.
- SANTOS, Milton. Economia espacial: críticas e alternativas. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2014d.
- SANTOS, Milton. Espaço e Método. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2014a.
- SANTOS, Milton. Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. 6. ed. São Paulo: EDUSP, 2014c.
- SANTOS, Milton. Por uma economia política da cidade: o caso de São Paulo. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2012b.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

A CAPACIDADE INSTITUCIONAL DOS MUNICÍPIOS METROPOLITANOS NA GESTÃO DAS COMPRAS PÚBLICAS: UMA ANÁLISE NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA FUNCIONAL DE NATAL.

61

Layse Rodrigues da Silva

Orientador(a): Raquel Maria da Costa Silveira

Área de Concentração/Linha de Pesquisa: GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Vinculação com projeto de pesquisa: PVC17312-2020 - Capacidade Institucional e Gestão Metropolitana: um estudo da Região Metropolitana de Natal

Objeto de estudo

Como objeto desse estudo foi escolhido o tema das compras públicas realizadas pelos municípios da região metropolitana funcional de Natal/RN, uma vez que ao considerarmos o caráter transversal das compras públicas e o olhar estratégico sobre a área percebe-se o enorme potencial que esta atividade possui na indução de políticas públicas, atuando na área finalística do Estado.

Problemática e Pergunta de Pesquisa

Segundo Terra (2018), as compras públicas, embora faça parte da atividade-meio das organizações públicas, têm se mostrado uma importante ação governamental, possuindo assim uma atuação finalística, em virtude de suas funções plurais e seu valor estratégico, capaz de promover o desenvolvimento regional, a inovação e importantes instrumentos de implementação de políticas públicas. Ollaik e Medeiros (2011) corroboram ao avaliar as contratações públicas como instrumentos governamentais de implementação de políticas públicas, responsáveis por estruturar a ação coletiva para lidar com problemas públicos.

De acordo com o estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2018), no Brasil, as compras públicas equivalem a uma média de 12,5% do produto interno bruto (PIB). No mundo, chegam a corresponder 17,9% do PIB. Frente a isso, considerando os valores disponibilizados no Portal da Transparência, em 2020, ano em que o país enfrentou a pandemia do Covid-19 e precisou aumentar a aquisição de insumos, principalmente os hospitalares, o Governo Federal realizou 82.166 licitações com contratação, somando um valor total de R\$33,31 bilhões de reais (BRASIL, 2020).

Para Ferrer (2015) as compras públicas são um dos processos mais transversais que existem no setor público, o que permite multiplicar seu poder transformador quando são inovadoras e otimizadas. Esse caráter transversal e o potencial das compras públicas exigem que o tema seja discutido de forma multidimensional, sendo impactado por diversos fatores que vão desde a governança pública até a operacionalização de sua atividade, abordando todo o ciclo de compras públicas (SANTANA, 2015), integrando-se a gestão da cadeia de suprimentos e ao planejamento organizacional (TERRA, 2018).

Dada a importância desse tema, tomou-se como ponto de partida a seguinte questão: Qual a capacidade institucional dos municípios da Região Metropolitana de Natal na gestão das compras públicas?

Hipótese ou premissa

A hipótese desse estudo é que ao fortalecerem suas capacidades institucionais na gestão das compras públicas, os municípios metropolitanos podem não só realizar compras compartilhada entre si, como podem formular e implementar políticas públicas metropolitanas, gerando economicidade de esforços, recursos e valores contratados.

Objetivos da Pesquisa

Geral

* Analisar a capacidade institucional dos municípios metropolitanos na gestão das compras públicas, com base na relação entre as habilidades técnico-burocráticas, os recursos financeiros e a capacidade política.

Específicos

- * Analisar o perfil dos atores envolvidos na gestão de compras nos municípios da Região Metropolitana de Natal/RN;
- * Diagnosticar os processos técnicos-burocráticos desenvolvidos pelos municípios dentro do ciclo de compras públicas;
- * Analisar como os processos desenvolvidos na gestão de compras dos municípios têm contribuído para a formulação e implementação de políticas públicas.

Categorias de análise e referencial teórico utilizado

A pesquisa possui três categorias de análise: compras públicas, capacidade institucional e gestão metropolitana. Como referencial teórico sobre compras públicas será utilizado os autores Câmara e Frossard (2010), Nohara (2013), DiPietro (2014), Justen Filho (2015), Santana (2015), Mello (2015), Ferrer (2015), Fenili (2016), Oliveira (2018), Terra (2018), Costa e Terra (2019), Santos (2020). Para discutir capacidade institucional utilizaremos North (1990), Grindle (1996), Lubambo (2002), Hall e Taylon (2003), Huerta (2008), Cruz et al. (2011), Veloso et. al (2011), Fernandes (2016), Silva, Rosim e Ferreira (2019). Com relação a região metropolitana, recorte espacial dessa pesquisa, serão utilizadas como base referencial Clementino e Ferreira (2015), Duarte et.al (2015), Magalhães (2010) e Almeida et.al (2021). Por fim, para compreender gestão metropolitana, serão utilizados Fulgêncio (2015), Gouveia (2009), Ribeiro et.al (2014) e Fernandes Jr. (2019), Matias-Pereira (2010) e Nardes (2015).

Procedimentos Metodológicos

O presente estudo é de natureza qualitativa, uma vez que pretende identificar “a presença ou ausência de algo” (MATTAR, 2005, p. 81), baseado numa investigação empírica, do tipo estudo de caso, de caráter exploratório e descritivo, desenvolvido a partir de uma revisão da literatura, que envolve a pesquisa bibliográfica e documental, visando embasar teoricamente o problema pesquisado.

Considerando o objetivo geral do trabalho, que visa analisar a capacidade institucional dos municípios metropolitanos na gestão das compras públicas, com base na relação entre as habilidades técnico-burocráticas, os recursos financeiros e a capacidade política, escolheu-se como instrumento metodológico o modelo de análise de capacidade institucional de governos locais, proposto por Huerta e Montes (2013).

As autoras ao analisarem a capacidade institucional, propõe a seleção de fatores institucionais que possuem maior influência na construção e/ou desenvolvimento da habilidade exigida e organiza-os por três níveis: micro (indivíduo), meso (organização) e macro (participação pública) e dois componentes: capacidade administrativa e capacidade política, que é o que mais se aproxima das análises a serem desenvolvidas neste estudo aqui relatado, pois permite a identificação dos componentes de capacidade institucional dos municípios no que tange à gestão de compras públicas. São eles: recursos humanos (atores envolvidos na gestão de compras), autonomia (marcos legais), coordenação (planejamento das compras e cadeia de suprimentos) e os recursos econômicos (orçamento público destinado às compras públicas municipais).

Com relação aos instrumentos a serem utilizados neste trabalho, serão realizadas entrevistas semi-estruturadas, com os gestores de compras dos municípios, visando traçar o perfil desses atores que atuam na gestão das compras municipais, para que se possa identificar quem são; o grau de formação; o vínculo com a Administração Pública.

O instrumento utilizado para elucidar o primeiro objetivo específico, também será utilizado para diagnosticar os processos técnicos-burocráticos desenvolvidos pelos municípios dentro do ciclo de compras públicas, para tanto, serão identificadas como se dar o processo de planejamento e execução das compras públicas.

De posse dessas informações, serão analisados como esses processos técnicos-burocráticos têm se refletido na formulação e implementação de políticas públicas.

Referências (utilizadas no resumo)

COSTA, Frederico L. da; CASTANHAR, José C. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 37, n. 5, p. 969-992, set./out. 2003.

DI PIETRO, M. S. Z. Direito administrativo. 31. ed. rev. atual e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

FENILI, Renato. Boas práticas administrativas em compras e contratações públicas. Rio de Janeiro: Impetus, 2016.

FERRER, Florencia. Compras Públicas no Brasil: Diagnóstico e Desenho Estratégico do Futuro. 2012. Disponível em: . Acesso em 13 de julho de 2021.

_____. Diagnóstico da situação das compras públicas no Brasil. IN: FERRER, Florencia; SANTANA, Jair Eduardo. (Coord.) Compras Públicas Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. 19. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2001. 878 p.

GUIMARÃES, E; FRANCO, C. R. Controle das Políticas Públicas por meio das Licitações. Coluna Jurídica JML. Disponível em: <https://www.jmleventos.com.br/pagina.php?area=colunajuridica&acao=download&dp_id=102> Acesso em: 13 de julho de 2021.

NOHARA, I. P. Direito Administrativo. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

OLIVEIRA, R. C. R. Curso de Direito Administrativo. 6. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2018.

PAIM TERRA, Antonio Carlos. Compras públicas inteligentes: uma proposta para a melhoria da gestão das compras governamentais. 2018. Disponível em: <<http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/3166>> Acesso em: 13 jul. 2021.

OS IMPACTOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DA REGIÃO DO SEMIÁRIDO POTIGUAR: UM OLHAR SOBRE O RURAL PESQUEIRO NA BACIA HIDROGRÁFICA DO PIANCÓ – PIRANHAS- AÇU

64

Louyse Rodrigues da Silva
Orientador(a): Winifred Knox

Área de Concentração/Linha de Pesquisa: Dinâmicas Urbanas e Regionais/Espaços Rurais e Dinâmicas Territoriais

Vinculação com projeto de pesquisa: DESAFIOS PARA A GESTÃO SÓCIO AMBIENTAL E DE ADAPTAÇÃO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS EM CENÁRIOS DE RISCOS E VULNERABILIDADES SOCIOAMBIENTAIS EM MUNICÍPIOS DO SEMIÁRIDO DO RIO GRANDE DO NORTE

Objeto de estudo

Os padrões de consumo alimentar das comunidades do semiárido potiguar e a produção do pescado na bacia hidrográfica do Piancó - Piranhas-Açu.

Problemática e Pergunta de Pesquisa

Segundo projeções publicadas no relatório do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) da Organização das Nações Unidas (ONU), os eventos climáticos podem impactar em mudanças na segurança dos alimentos, reduzida disponibilidade e a escassez de água e podem levar a manipulação inadequada e insegurança sanitária. Dessa forma, estarão impostos novos desafios e mudanças nos padrões alimentares regionais e na produção, distribuição, comercialização e consumo de alimentos, sobretudo a produção de pescado que, segundo o relatório as mudanças climáticas podem afetar a produtividade da piscicultura e aumentar a vulnerabilidade dos peixes cultivados às doenças, reduzir a produtividade e a diversidade genética de cardumes afetando a biodiversidade. (RELATÓRIO IPCC,2013; 2021). Pretende-se responder como as mudanças climáticas impactam nos padrões de consumo alimentar das comunidades do semiárido potiguar e na produção do pescado na bacia hidrográfica do Piancó - Piranhas-Açu.

Hipótese ou premissa

A hipótese desse estudo é que as mudanças climáticas colocam em risco a segurança alimentar e nutricional das comunidades da região da bacia hidrográfica no momento que altera os padrões alimentares e a biodiversidade local .

Objetivos da Pesquisa

Geral:

Este plano de trabalho tem como objetivo geral analisar os impactos das mudanças climáticas nos padrões de consumo alimentar das comunidades do semiárido potiguar e a produção do pescado na bacia hidrográfica do Piancó - Piranhas-Açu.

Específicos:

- Realizar uma etnografia alimentar da região do Semiárido;
- Analisar através de inquéritos alimentares a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional por meio do fomento das quatro dimensões: acesso regular e permanente; qualidade higiênico- sanitária; quantidade suficiente; práticas alimentares promotoras de saúde;
- Averiguar o quanto a cadeia alimentar pode ser alterada em função das possíveis mudanças no padrão alimentar;
- Levantar possíveis consequências dessas mudanças na atividade pesqueira da região;

Categorias de análise e referencial teórico utilizado

A pesquisa é baseada no referencial teórico sobre mudanças climáticas, padrões alimentares e segurança alimentar e nutricional, bem como a legislação sobre Segurança Alimentar e Nutricional. Propõe-se discutir as projeções de mudanças climáticas para o semiárido potiguar e seus impactos nos padrões alimentares da região numa perspectiva interdisciplinar e qualitativa, tomando como foco as políticas públicas de segurança alimentar e nutricional relacionadas à pesca artesanal realizada na Bacia hidrográfica do Piancó-Piranhas - Açu.

Procedimentos Metodológicos

Preteende-se viabilizar esta pesquisa de modo exploratório, de metodologia mista, uma vez que propõe diagnosticar por meio de uma etnografia alimentar os padrões alimentares da região do semiárido do Rio Grande do Norte. Torna-se imprescindível o estudo etnográfico para delimitar questões temporais sobre as mudanças ocorridas considerando as dimensões históricas, culturais e as bases alimentares que identificam a região estudada.

Referências (utilizadas no resumo)

- BRASIL Lei no 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União 2006; 18 set.
- BUTTEL, Frederick. A sociologia e o meio ambiente: um caminho tortuoso rumo à ecologia humana. Perspectivas, São Paulo, 1992
- FAO.2019, OECD-FAO Agricultural Outlook 2019-2028, OECD Publishing, Paris / Organização para Alimentos e Agricultura das Nações Unidas. Perspectivas para a próxima década dos mercados de commodities agrícolas nacionais, regionais e globais. Roma. Disponível em: <https://doi.org/10.4060/CA4076EN>> acessado em agosto de 2020.
- FORNARI, C. A. C; COSTA, R. P. B; PIRES, C. R. F; KATO, H. C. A; SOUSA, D. N. Estudo sobre os hábitos de consumo de pescado da população de Palmas (TO). DESAFIOS: Revista Interdisciplinar da Universidade Federal do Tocantins, v. 4, p. 136- 142, 2017
- GRAZIANO DA SILVA, J.; TAKAGI, M. Fome Zero - políticas públicas e cidadania. Brasília: Universidade de Brasília, Núcleo de Estudos Agrários. Cadernos do Ceam, v. 4, n. 14, 2004. in: ORTEGA, A. C.; ALMEIDA FILHO, N. (Orgs.). Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária. Campinas: Alínea, 2007
- HLPE. 2017. Nutrition and food systems. A report by the High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security, Rome. KINGDON, J. W. Agendas, alternativas and public policies. 2. ed. Ann Arbor, : University of Michigan, 2003.
- IPCC, 2013: Climate Change 2013: The Physical Science Basis. Contribution of Working Group I to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change [Stocker, T.F., D. Qin, G.-K. Plattner, M. Tignor, S.K. Allen, J. Boschung, A. Nauels, Y. Xia, V. Bex and P.M. Midgley (eds.)]. Cambridge University Press, Cambridge, United Kingdom and New York, NY, USA, 1535 pp, doi:10.1017/CBO9781107415324
- IPCC, 2021: Climate Change 2021: The Physical Science Basis. Contribution of Working Group I to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change [Masson-Delmotte, V., P. Zhai, A. Pirani, S. L. Connors, C. Péan, S. Berger, N. Caud, Y. Chen, L. Goldfarb, M. I. Gomis, M. Huang, K. Leitzell, E. Lonnoy, J. B. R. Matthews, T. K. Maycock, T. Waterfield, O. Yelekçi, R. Yu and B. Zhou (eds.)]. Cambridge University Press. In Press
- IPCC, 2021: Summary for Policymakers. In: Climate Change 2021: The Physical Science Basis. Contribution of Working Group I to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change [Masson-Delmotte, V., P. Zhai, A. Pirani, S. L. Connors, C. Péan, S. Berger, N. Caud, Y. Chen, L. Goldfarb, M. I. Gomis, M. Huang, K. Leitzell, E. Lonnoy, J. B. R. Matthews, T. K. Maycock, T. Waterfield, O. Yelekçi, R. Yu and B. Zhou (eds.)]. Cambridge University Press. In Press.
- KNOX, Winifred. O semiárido e a pesca artesanal nas águas continentais . In: II Seminário Nacional de História Social dos Sertões - Caicó-RN, 2021. Disponível em: <<https://www.doity.com.br/anais/sehis2021/trabalho/187827>>. Acesso em: 11/08/2021 às 12:44
- PLOEG, J.D.van der. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. (Org.). A diversidade da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. pp.13-54.

ROZENDO, C. Mudanças climáticas e convivência com o semiárido na agenda pública do Seridó Potiguar. Guaju, Matinhos, v. 1, n. 1, p. 90-105, jan./jun. 2015

SILVA, R. R. M.; PIRES, C. R. F.; KATO, H. C. A.; SOUSA, D. N.; SANTOS, V. F. Pescado na alimentação escolar: caracterização nutricional. Segurança Alimentar e Nutricional, v. 24, p. 169-179, 2017.

ESTADO, POLÍTICAS PÚBLICAS E HABITAÇÃO NO RIO GRANDE DO NORTE: A PRODUÇÃO DO BNH E DO PMCMV NAS PEQUENAS E MÉDIAS CIDADES.

67

Luis Renato Nogueira da Rocha

Orientador(a): Sara Raquel Fernandes Queiroz de Medeiros

Área de Concentração/Linha de Pesquisa: Cidades e Dinâmicas Urbanas

Vinculação com projeto de pesquisa: Habitação social no Rio Grande do Norte: do Banco Nacional de Habitação ao Programa Minha Casa Minha Vida

Objeto de estudo

Produção estatal de habitação nas pequenas e médias cidades do Rio Grande do Norte por meio do BNH e do PMCMV.

Problemática e Pergunta de Pesquisa

O Rio Grande do Norte tem uma vasta produção estatal de habitação ao longo das últimas cinco décadas, seja por meio do extinto Banco Nacional de Habitação, sejam pelo também extinto Programa Minha Casa Minha Vida. Essa produção habitacional foi importante para a (re)estruturação urbana dos pequenos e médios municípios potiguares. Isto posto, temos as seguintes questões a serem respondidas pela presente pesquisa: i) como se deu a estruturação da produção habitacional no Rio Grande do Norte no período do BNH e do PMCMV, tanto no aspecto da gestão pública da política habitacional, quanto dos seus efeitos territoriais? ii) Qual o papel do município no desenho de cada uma dessas políticas? iii) Como os municípios não metropolitanos absorveram os produtos das ações do BNH e do PMCMV? iv) Como a produção do PMCMV se configurou em relação à produção imobiliária do BNH no Rio Grande do Norte? v) Quem são os agentes sociais e imobiliários responsáveis por tal produção?

Hipótese ou premissa

A presente pesquisa parte do princípio de que as políticas públicas de habitação (do BNH e do PMCMV) foram responsáveis pela (re)estruturação urbana dos pequenos e médios municípios do Rio Grande do Norte.

Objetivos da Pesquisa

Identificar a produção do BNH e do PMCMV no Rio Grande do Norte de acordo com as faixas de renda dos programas;
Compreender a lógica da implementação da política habitacional do BNH e do PMCMV no Rio Grande do Norte;
Conhecer características, determinantes e principais resultantes da produção habitacional dos referidos programas no Rio Grande do Norte;
Compreender como os municípios potiguares se estruturaram para implementar as políticas habitacionais;
Compreender como o desenho das políticas de habitação e o foco nas regiões metropolitanas impactaram na sua implementação nos municípios do Rio Grande do Norte;
Identificar os agentes sociais envolvidos na produção habitacional no Rio Grande do Norte no período estudado.

Categorias de análise e referencial teórico utilizado

Procedimentos Metodológicos

No sentido de responder aos questionamentos e cumprir os objetivos apresentados no presente projeto de pesquisa, será adotada abordagem qualitativa e quantitativa, além de estudo exploratório. No tocante à natureza, pode ser definida como uma

pesquisa aplicada, tendo em vista que pretender produzir conhecimentos como parte de um esforço à solução de problemas mais localizados, em um determinado espaço e tempo. Com relação aos objetivos, caracteriza-se como uma pesquisa tanto exploratória quanto descritiva, tendo em vista que se busca alcançar maior domínio em relação ao objeto, bem como se pretende descrever determinados fenômenos de uma dada realidade. Quanto aos procedimentos serão realizadas pesquisas bibliográfica e documental. Frise-se que o primeiro passo metodológico será a fundamentação teórica baseada na pesquisa bibliográfica e documental, seguidas de uma pesquisa acerca da produção habitacional do Rio Grande do Norte (BNH e PMCMV), no sentido de complementar a base de dados já existente e disponível para a realização da pesquisa (base do grupo Estúdio e Conceito - DPP/UFRN), que servirão para as análises do estudo. No tocante à pesquisa documental, foram definidos, preliminarmente, o banco de dados do Governo do Estado, reportagens jornalísticas e base de dados do Governo Federal. De forma complementar aos procedimentos elencados, também serão realizadas visitas de campo para levantamento fotográfico dos empreendimentos nos municípios com o maior número de unidades habitacionais construídas por meio do BNH e do PMCMV (acima de 300 unidades habitacionais), sendo 10 municípios com produção do BNH e 38 com produção do PMCMV.

Referências (utilizadas no resumo)

7) Referências conforme normas da ABNT.

CORRÊA, Roberto Lobato. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (organizadores). *A Produção do Espaço Urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. 1ª ed. – São Paulo/SP: Contexto, 2017.

D'OTTAVIANO, Camila. Política habitacional no Brasil e Programa de Locação Social paulistano. Salvador/BA. Caderno CRH, v. 27, n. 71, p. 255-266. Ago. 2014.

GOMES, Rita de Cássia da Conceição; ARAÚJO, Josélia Carvalho de. O Estado e sua intervenção no urbano no Rio Grande do Norte. *Sociedade e Território*, p. 59-76, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/sociedadeeterritorio/article/view/3464>>. Acesso em: 23 de outubro de 2020.

FERREIRA, Glenda Dantas. *Produção Habitacional, agentes e território: uma análise do PMCMV na RMNatal (2009-2014)*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Natal, RN, 2016.

FERREIRA, Ângela Lúcia. *De la producción del espacio urbano e la creación de territorios en la ciudad: un estudio sobre la constitución de lo urbano en Natal, Brasil*. 1996. Tese de Doutorado (Doutorado em Geografia). Universitat de Barcelona, Barcelona. 1996.

AZEVEDO, Sérgio de; ANDRADE, Luís Aureliano Gama de. *Habitação e poder: da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional Habitação* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2011. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/xnfq4>>. Acesso em: 21 de outubro 2020.

MEDEIROS, Sara Raquel Fernandes Queiroz de; BARBOSA, Jane Roberta de Assis; CRUZ, Flávia Duarte de Oliveira. *Planejamento Regional e Política Habitacional*. Natal, RN, 2020. [no prelo].

BONDUKI, Nabil. *Do projeto Moradia ao Programa Minha Casa Minha Vida*. Teoria e Debate, vol. 82, 2009.

_____. *Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula*. Revista Eletrônica de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, n.1, p.71-104, set. 2008.

BONATES, Mariana Fialho. *Ideologia da casa própria... Sem casa própria: O Programa de Arrendamento Residencial na cidade de João Pessoa-PB*. João Pessoa/PB: Editora Universitária da UFPB, 2009.

CARDOSO, Adauto Lucio; JAENISCH, Samuel Thomas; ARAGÃO, Thêmis Amorim. *22 anos de política habitacional no Brasil: da euforia à crise*. Rio de Janeiro/RJ: Letra Capital Editora LTDA, 2017.

VALENÇA, Márcio Moraes. *Globabitação: sistemas habitacionais no Brasil, Grã-Bretanha e Portugal*. São Paulo/SP: Terceira Margem, 2001.

VALENÇA, Márcio Moraes. *Habitação: notas sobre a natureza de uma mercadoria peculiar*. Caderno Metrôpoles, n. 9, p. 165-171, 2003.

MEDEIROS, Gilene Moura Cavalcante de. *Habitus e Territorialidade na composição da dinâmica imobiliária em Natal/RN*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Natal, RN, 2011.

SILVA, Aleksandro Ferreira Cardoso da. Depois das Fronteiras: A formação dos espaços de pobreza na periferia Norte de Natal. 2007. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, RN, 2007.

_____. O litoral e a metrópole: dinâmica imobiliária, turismo e expansão da Região Metropolitana de Natal-RN. 2010. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). - Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, RN, 2010.

RODRIGUES, Diana Araújo. Casa nova, vida nova? Mobilidade Urbana nos Empreendimentos do Programa Minha Casa, Minha Vida (Faixa 01) na Região Metropolitana de Natal. 2018. Dissertação (Mestrado em Estudos Urbanos e Regionais). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, RN, 2018.

ROCHA, Luis Renato Nogueira da. Sobre como o poder público resolve a questão da moradia: a urbanização, a remoção e o reassentamento de favelas em Natal/RN (2001 - 2017). Dissertação (Mestrado em Estudos Urbanos e Regionais) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

DE CARVALHO, Aline Werneck Barbosa; FAGUNDES, Ana Carla de Almeida; CARMO, Riani Ricceli do; RIBEIRO FILHO, Geraldo Browne. Panorama da municipalização da política habitacional em pequenos municípios de Minas Gerais. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 12, n. 1, p. 99, 2010.

HARVEY, David. A Justiça Social e a Cidade. São Paulo/SP: HUCITEC, 1980.

_____. - . Revista Espaço e Debates, n. 6, 1982, p. 06-35.

MARICATO, Ermínia. Globalização e política urbana na periferia do capitalismo. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; SANTOS JUNIOR, Orlando Alves. As metrópoles e a questão social brasileira. São Paulo/SP: Editora Revan, 2007.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Organizadoras). Métodos de Pesquisa. 1ª ed. Editora UFRGS, 2009.

FONSECA, João José Saraiva da. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002.

NO LIMBO DAS ESTRATÉGIAS: A POLÍTICA HABITACIONAL EM DOIS MOMENTOS DISTINTOS NOS MUNICÍPIOS DE PORTE MÉDIO FORA DA RMNATAL

70

Mariana Fernandes Freitas

Orientador(a): Sara Raquel Fernandes Queiroz de Medeiros

Área de Concentração/Linha de Pesquisa: Dinâmicas Urbanas e Regionais/Cidades e Dinâmica Urbana

Vinculação com projeto de pesquisa: Habitação Social no Rio Grande do Norte: do Banco Nacional de Habitação ao Programa Minha Casa Minha Vida

Objeto de estudo

A pesquisa tem como objeto de estudo a inserção dos municípios analisados (Mossoró, Caicó, Assú, Currais Novos e Santa Cruz) na agenda estadual de habitação durante a atuação da Cohab/RN e da Cehab/RN.

Problemática e Pergunta de Pesquisa

A pesquisa aqui proposta amplia a abordagem sobre a política habitacional no Rio Grande do Norte, que recorrentemente tem tido como recorte analítico a capital Natal e a sua Região Metropolitana, realizando um levantamento sistemático da participação dos municípios de Mossoró, Caicó, Assú, Currais Novos e Santa Cruz em dois grandes momentos da política habitacional de interesse social (BNH e o PMCMV). Trata-se de contribuir para o preenchimento da lacuna teórica existente acerca da compreensão da agenda estadual da política habitacional, incluindo a perspectiva dos municípios inseridos de forma marginal ou tardia nesta agenda com dois importantes momentos históricos. Nesse sentido, questiona-se: Como os municípios analisados se inseriram na agenda estadual de habitação durante o período de atuação do BNH e no pós-redemocratização e qual o impacto dessa inserção no território desses municípios?

Hipótese ou premissa

Com a atuação da Cehab/RN – órgão que assumiu o planejamento habitacional estadual a partir de 2007 – pautando-se na articulação com programas federais para viabilizar a política habitacional nos municípios menos dinâmicos e que possuem menor capacidade operativa (MEDEIROS e MOURA, 2019), a hipótese inicial é a de que, com a pós-redemocratização, os municípios não metropolitanos de porte médio perdem o protagonismo no atendimento da política estadual de habitação observado no BNH

Objetivos da Pesquisa

Geral: Analisar a produção pública de habitação social nos cinco municípios não metropolitanos de porte médio mais populosos do Rio Grande do Norte (Mossoró, Caicó, Assú, Currais Novos e Santa Cruz) com dois recortes temporais, a atuação da Cohab/RN (1964 a 1986) e a atuação da Cehab/RN (2007 a 2020), considerando a inserção desses municípios na agenda estadual de habitação e o impacto no território intraurbano.

Específicos:

- Caracterizar o desenho da política habitacional implementada em ambos os períodos estudados, a fim de compreender a lógica de atuação dos órgãos estaduais de habitação (Cohab e Cehab);
- Analisar as condições estruturais de gestão e planejamento da política habitacional nos municípios analisados;
- Mapear a produção pública de habitação de interesse social em ambos os períodos, identificando os programas habitacionais implementados pela Cohab/RN e pela Cehab/RN;
- Realizar levantamento de dados históricos, a fim de contextualizar a construção e os primeiros anos de ocupação dos conjuntos habitacionais analisados;

- Analisar a inserção urbana e as dinâmicas socioespaciais presentes nos conjuntos habitacionais produzidos nos dois momentos históricos.

Categorias de análise e referencial teórico utilizado

- Desenho da política habitacional: A caracterização do desenho da política habitacional implementada pelo BNH será fundamentada em Azevedo e Andrade (1982); Azevedo (1988); Valença (1998) e Medeiros (2018). Para a análise do desenho da política habitacional do PMCMV, serão utilizados os referenciais teóricos de Damico (2011); Nascimento (2015) e Rolnik (2010);
- Dimensão territorial da política habitacional: Cardoso (2013); Rufino (2015) e Medeiros (2018).
- Planejamento estadual: Barbosa (2015) e Tinoco (1988) sobretudo com uma perspectiva a respeito do planejamento estadual no âmbito do Rio Grande do Norte;
- Municipalização da política habitacional: A atuação da Cehab/RN com foco nos municípios que possuem pouca capacidade operacional e propositiva reflete a discussão sobre a municipalização da política habitacional, realizada por Rolnik, Iacovini e Klintonowitz (2014), em que os municípios com recursos limitados para operacionalização dependem dos estados, a partir da articulação com programas federais, para viabilizar a política habitacional em seu território (ROLNIK; IACOVINI; KLINTOWITZ, 2014). Essa categoria contará ainda com as contribuições de Arretche (1994; 1996; 2002) e Cardoso (2001) acerca da descentralização das políticas sociais.

Procedimentos Metodológicos

Para a realização desta pesquisa, a abordagem metodológica adotada será segmentada em quatro etapas:

- 1) pesquisa documental em bancos de dados da Caixa Econômica Federal, nas prefeituras dos municípios, no DATANORTE – Companhia de Processamento de Dados do Rio Grande do Norte; no acervo digitalizado do Jornal Tribuna do Norte; da Companhia Estadual de Habitação e Desenvolvimento Urbano - Cehab/RN; no Plano Estadual de Habitação.
- 2) pesquisa de campo com registro fotográfico e mapeamento de uso e ocupação do solo nos imóveis dos conjuntos habitacionais identificando, com base em tipologias pré-definidas, o uso de cada unidade habitacional dos conjuntos (projetados inicialmente como residência), a fim de analisar a inserção urbana dos conjuntos habitacionais e as dinâmicas socioespaciais que vem ocorrendo nesses espaços;
- 3) entrevistas semiestruturadas com os gestores municipais responsáveis pela pasta de habitação. As questões das entrevistas contribuirão para maior compreensão da estrutura organizacional e operativa desses municípios na operacionalização dos investimentos habitacionais destinados à população de menor rendimento;
- 4) produção cartográfica.

Referências (utilizadas no resumo)

- ARRETCHE, Marta. Políticas de desenvolvimento urbano na crise: descentralização ou crise do modelo BNH?. Encontro Anual da ANPOCS, 18.. Caxambu, MG. 23-27/Novembro. 1994., 1994.
- ARRETCHE, Marta. O mito da descentralização: maior democratização e eficiência das políticas públicas. Revista brasileira de ciências sociais, v. 11, n. 31, p. 44-66, 1996.
- ARRETCHE, Marta. Relações federativas nas políticas sociais. Educação & Sociedade, v. 23, n. 80, p. 25-48, 2002.
- ARRETCHE, Marta. Políticas sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo. Revista brasileira de ciências sociais, 14, 111-141, 1999.
- AZEVEDO, Sergio de. Vinte e dois anos de política de habitação popular (1964-86): criação, trajetória e extinção do BNH. Revista de Administração Pública, v. 22, n. 4, p. 107-119, 1988.
- AZEVEDO, Sérgio de; ANDRADE, Luís Aureliano Gama de. Habitação e poder: da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional Habitação. 2011.
- BARBOSA, Jane Roberta de Assis. Planejamento territorial e modernizações seletivas. A expansão do meio técnico-científico-informacional no Rio Grande do Norte, Brasil. 2015. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- CARDOSO, Aduino Lucio. Política habitacional: a descentralização perversa. Cadernos IPPUR/UFRJ, p. 105-122, 2001.

- CARDOSO, Adauto Lucio (Ed.). O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais. Observatório das Metrôpoles, Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia, 2013.
- CRUZ, Flávia Duarte de Oliveira. Política Habitacional e Planejamento Regional: O elo da produção de moradia e a atuação da Sudene no Rio Grande do Norte, 2020.
- DAMICO, Fabiano. O programa minha casa, minha vida e a caixa econômica federal. O Desenvolvimento Econômico Brasileiro e a Caixa. Rio de, p. 33, 2011.
- ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. Tendências da urbanização e os espaços urbanos não metropolitanos. São Paulo, 2010.
- MEDEIROS, Sara Raquel Fernandes Queiroz de. Cohab/RN: o caminho da interiorização. Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia, n. 34, 2018.
- MEDEIROS, Sara Raquel Fernandes Queiroz de; MOURA, Jéssica Moraes de. Habitação social no Rio Grande do Norte: as atuações da Cohab e da Cehab. 2019.
- MEDEIROS, Sara Raquel Fernandes Queiroz de; BARBOSA, Jane Roberta de Assis; CRUZ, Flávia Duarte de Oliveira. Planejamento Regional e Política Habitacional. No prelo, 2020.
- NASCIMENTO, Denise Morado et al. Programa Minha Casa Minha Vida: desafios e avanços na região metropolitana de Belo Horizonte. Minha casa... e a cidade, p. 195-228, 2015.
- ROLNIK, Raquel et al. Como produzir moradia bem localizada com recursos do Programa Minha Casa Minha Vida. Implementando os instrumentos do Estatuto da Cidade. Brasília: Ministério das Cidades, 2010.
- ROLNIK, Raquel; IACOVINI, Rodrigo Faria Gonçalves; KLINTOWITZ, Danielle. Habitação em municípios paulistas: construir políticas ou "rodar" programas?. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR), v. 16, n. 2, p. 149-165, 2014.
- RUFINO, Maria Beatriz Cruz. Um olhar sobre a produção do PMCMV a partir de eixos analíticos. Minha casa... e a cidade? Avaliação do Programa Minha Casa, Minha Vida em seis estados brasileiros. Rio de Janeiro: Letra Capital,, p. 51-72, 2015.
- TINOCO, Dinah dos S. Relatório Final: Planejamento Estatal no Rio Grande do Norte – 1961/1979. Natal: Programa de Pós-Graduação em Administração, 1988.
- VALENÇA, Márcio Moraes. Globabitação: sistemas habitacionais no Brasil, Grã-Bretanha e Portugal. Terceira Margem, 2001.

GESTÃO LOCAL DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO: UM ESTUDO COMPARATIVO EM 5 MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL-RN

73

Matheus Fortunato Barbosa Gomes
Orientador(a): José Gomes Ferreira

Área de Concentração/Linha de Pesquisa: Gestão de Políticas Públicas / Sociedade, Ambiente e Desenvolvimento

Vinculação com projeto de pesquisa: "Indicadores e estratégias de desenvolvimento sustentável do Rio Grande do Norte"

Objeto de estudo

Fatores de que influenciaram na instituição dos Planos e Políticas Municipais de Saneamento Básico dos municípios da região metropolitana de Natal - Rio Grande do Norte: Bom Jesus, Monte Alegre, Nísia Floresta, São José de Mipibu e Vera Cruz, sob o recorte temporal de 2007 aos dias atuais.

Problemática e Pergunta de Pesquisa

No Brasil, a discussão pública do saneamento básico é marcada por questionamentos quanto à insuficiência do Estado brasileiro no papel de liderança e investimento no setor, dos entes municipais em gerir os serviços públicos de modo efetivo e da evidente baixa cobertura de acesso ao serviço que são traduzidos na dicotomia de reconhecer o setor como um direito humano ou como um bem no mercado (BOVOLATO, 2010; MORAES; BORJA, 2014; MENICUCCI; D'ALBUQUERQUE, 2018. No meio desta realidade e indo num caminho diferente da realidade brasileira, encontram-se cinco municípios: Bom Jesus, Monte Alegre, Nísia Floresta, São José de Mipibu e Vera Cruz, todos com população inferior a 50 mil habitantes, da Região Metropolitana de Natal (RMN), que conseguiram instituir suas Políticas e Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB's). Questiona-se: Quais fatores possibilitaram institucionalização da Política e PMSB nos municípios estudados?; e A estrutura institucionalizada garante efetividade da Política/Plano?

Hipótese ou premissa

Considerando que, em 2017, apenas 1.693 municípios brasileiros (30%) possuíam PMSB, 2.117 (38%) tinham planos em andamento (BRASIL, 2017), estabelece-se a hipótese de que os cinco municípios estudados já eram dotados, antes de instituírem seus Planos e Políticas Municipais de Saneamento Básico, de estrutura técnica, institucional, administrativa e política de gestão que influenciaram na conclusão das duas políticas públicas.

Objetivos da Pesquisa

OBJETIVO GERAL: Analisar comparativamente os fatores que possibilitaram a institucionalização da Política e Plano Municipal de Saneamento Básico nos municípios estudados e se esta institucionalização é suficiente para efetividade da política;

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Discutir a relação do Saneamento básico à luz da saúde pública, sustentabilidade e a garantia de direitos humanos;
2. Analisar a dimensão institucional da Política de saneamento básico no Brasil;
3. Avaliar as Políticas e Planos Municipais de Saneamento Básico dos municípios estudados;
4. Identificar indicadores de sucesso esperados para gestão dos serviços de saneamento básico; e
5. Incorporar os indicadores selecionados na avaliação da gestão dos serviços de saneamento básico nos municípios estudados antes e depois da institucionalização de suas Políticas e Planos Municipais de Saneamento Básico.

Categorias de análise e referencial teórico utilizado

Para esta pesquisa, considera-se saneamento básico, fundamentalmente, a partir do que é definido na Lei 11.445/2007: “[...] um conjunto de serviços públicos, infraestruturas e instalações operacionais de [...] abastecimento de água potável, [...] esgotamento sanitário, [...] limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e [...] drenagem e manejo das águas pluviais urbana” (BRASIL, 2007). Defende-se o Saneamento básico, enquanto um direito humano (ANDREAZZI; BARCELLOS; HACON, 2007; ONU, 2010; MORAES; BORJA, 2014; FERREIRA; GARCIA, 2017) promotor de saúde pública (MORAES, 1993; CAIRNCROSS, 1997; HELLER, 1998; MOE; RHEINGANS, 2006; MARA et. al, 2010; MORAES; BORJA, 2014; MENICUCCI; D’ALBUQUERQUE, 2018) e sustentabilidade (UN, 2001; 2021; \BARTRAM et. al 2005; MOE; RHEINGANS, 2006; MONTGOMERY; ELIMELECH, 2007; SILVA, 2015; CÂMARA, 2018).

Andrade Neto (2007) defende que não há possibilidade de haver desenvolvimento econômico e social e boa qualidade de vida sem saneamento básico. Para isso, explana uma sequência de argumentos em cinco etapas para defender o fundamento desta perspectiva: 1. “O desenvolvimento econômico e social só resulta vantajoso se melhorar a qualidade de vida das pessoas”; 2. “A saúde é uma necessidade fundamental e não se pode ter boa qualidade de vida sem saúde pública”; 3. A saúde pública depende fundamentalmente de: saneamento ambiental, nutrição adequada, justiça social e educação”; 4. “Não se pode atingir bons níveis de saúde pública e qualidade de vida sem saneamento ambiental”; e 5. “Não pode haver desenvolvimento econômico e social e boa qualidade de vida sem saneamento básico” (ANDRADE NETO, 2007, p. 52-54).

Assume-se o neoinstitucionalismo histórico, para analisar a Dimensão Institucional do saneamento básico no Brasil, ao considerar o modo como as políticas públicas de saneamento básico são fortemente influenciadas pelas suas antecessoras, bem como ao considerar a capacidade da histórica em mostrar os constrangimentos e acertos que estão presentes no setor. IMMERGUT (2006, p. 184) afirma que a “A abordagem histórica, portanto, oferece uma via fértil para o retorno às questões normativas [...]. As decisões políticas surgem de combinações altamente complexas de fatores que incluem tanto características sistemáticas de regimes políticos como ‘acidentes da luta pelo poder”.

Considera-se capacidades estatais “habilidades da burocracia do Executivo em expandir os canais de interlocução, negociação com os diversos atores sociais, processando conflitos e prevenindo a captura por interesses específicos” (Gomide e Pires, 2014, p. 22). Bem como a concepção de Grindle (1996) que divide o conceito em quatro dimensões: Capacidade Institucional, Capacidade Técnica, Capacidade Administrativa e Capacidade Política.

Procedimentos Metodológicos

Esta pesquisa será realizada sobre o recorte geográfico de cinco municípios do estado do Rio Grande do Norte (RN): Bom Jesus, Monte Alegre, Nísia Floresta, São José de Mipibu e Vera Cruz. Propõe-se o recorte temporal a partir de 2007, por se tratar do ano da promulgação da Lei 11.445/2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico no Brasil. Parte-se de revisão bibliográfica dos conceitos já apresentados que formam esta pesquisa. Análise documental das principais normas institucionais do setor (Programas, Planos, Projetos e Leis) tanto a nível nacional como municipal. Pretende-se entrevistar os grupos que atuaram na conclusão da Política e PMSB dos municípios estudados: 1. Gestores municipais, representados pelo prefeito ou secretário municipal ligado ao saneamento; 2. Equipe técnica de elaboração ou avaliação de PMSB do município, representados por, pelo menos, um membro do comitê executivo e/ou de coordenação; 3. Equipe do Projeto “Pesquisa PMSB”, convênio que prestou apoio-técnico e capacitação para os municípios estudados, representado por, pelo menos, 1 membro da gestão do projeto; 4. Representantes da Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte (CAERN) que presta serviços para os municípios estudados; e 5. Estudiosos da área de saneamento básico. Para encontrar os possíveis fatores de sucesso e os desdobramentos após aprovação da Política e PMSB’s, os indicadores que serão utilizados para avaliação são: Adaptações jurídica-institucionais; Burocracia profissional; Universalização dos serviços; Sustentabilidade de acordo com Agenda 2030; Orçamento municipal (PPA, LOA e LDO); e Instrumentos de Participação social

Referências (utilizadas no resumo)

ANDRADE NETO, C. O. de . Desafios na Universalização do Saneamento. In: ASSIS, João B. L. de. (Org.). Controle Social no Saneamento: Perspectiva para uma Cidade Saudável. Natal: ARSBAN, p. 51-64. 2007.

ANDREAZZI, M. A. R.; BARCELLOS, C.; HACON, S. Velhos indicadores para novos problemas:: a relação entre saneamento e saúde. Rev Panam Salud Publica., 22(3), p. 211-217, 2007.

BARTRAM, J.; LEWIS, K.; LENTON, R.; WRIGHT, A. Focusing on improved water and sanitation for health. *The Lancet*, [s. l.], v. 365, 26 fev. 2005. Disponível em: <https://redetb.org.br/focusing-on-improved-water-and-sanitation-for-health/>. Acesso em: 9 fev. 2021.

BOVOLATO, Luís Eduardo. Saneamento básico e saúde. *Escritas: Revista do Curso de História de Araguaína*, v. 2, 2010.

BRASIL. Lei no 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico; cria o Comitê Interministerial de Saneamento Básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.666, de 21 de junho de 1993, e 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; e revoga a Lei no 6.528, de 11 de maio de 1978. (Redação pela Lei no 14.026, de 2020). [S. l.], 5 jan. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11445.htm. Acesso em: 30 set. 2020.

BRASIL. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. Panorama dos Planos Municipais de Saneamento Básico no Brasil. Rio de Janeiro: [s. n.], 2017. Disponível em:

<http://www.tratabrasil.org.br/datafiles/estudos/panorama-dos-pmbs/panorama-completo.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2020.

CAIRNCROSS, S. Modelos conceituais para a relação entre a saúde e o saneamento básico: a relação entre saneamento e saúde. In: HELLER, Léo et al. *Saneamento e Saúde nos Países em Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: CC&P Editores Ltda., 1997. p. 169-183.

CÂMARA, G. L. R. da. O Saneamento Básico na Região Metropolitana de Natal: equidade e justiça social na universalização dos serviços. Orientador: Maria do Livramento Miranda Clementino. 2018. 167 p. Dissertação (Mestrado em Estudos Urbanos e Regionais) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

FERREIRA, M. de P.; GARCIA, M. S. D. Saneamento básico: meio ambiente e dignidade humana. *Dignidade Re-Vista*, [S.l.], v. 2, n. 3, p. 12, July 2017. ISSN 2525-698X. Disponível em:

<<http://periodicos.puc-rio.br/index.php/dignidaderevista/article/view/393>>. Acesso em: 15 July 2021.

GOMIDE, A. de Á.; PIRES, R. R. C. Capacidades Estatais e Democracia: A Abordagem dos arranjos institucionais para análise de políticas públicas. In: GOMIDE, Alexandre de Ávila; PIRES, Roberto Rocha C. (ed.). *Capacidades Estatais e Democracia: Arranjos Institucionais de Políticas Públicas*. 1. ed. Brasília: IPEA, 2014. cap. 1, p. 15-30. ISBN 978-85-7811-199-1. Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/13999/2/Capacidades%20estatais%20e%20democracia_arranjos%20institucionais%20de%20pol%3%adticas%20p%3%ablicas_P_BD.pdf. Acesso em: 9 dez. 2020.

GRINDLE, M. S. *Challenging the State: crisis and innovation in Latin America and Africa*. Cambridge University Press, 1996.

HELLER, L. Relação entre saúde e saneamento na perspectiva do desenvolvimento. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 3, n. 2, p. 73-84, 1998. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81231998000200007&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 16 mar. 2021.

IMMERGUT, E. M. O núcleo teórico do novo institucionalismo. In: SARAVIA, E. & FERRAREZI, E. (Org.) *Políticas públicas; coletânea V.1*. Brasília: ENAP, 2006.

MARA, D.; LANE, J.; SCOTT, B.; TROUBA, D. Sanitation and Health. *PLoS Med*, [s. l.], 2010. DOI <https://doi.org/10.1371/journal.pmed.1000363>. Disponível em:

<https://journals.plos.org/plosmedicine/article?id=10.1371/journal.pmed.1000363>. Acesso em: 9 fev. 2021.

MENICUCCI, T.; D'ALBUQUERQUE, R. Política de saneamento vis-à-vis à política de saúde:

encontros, desencontros e seus efeitos. In: HELLER, Léo. (org.). *Saneamento como política pública: um olhar a partir dos desafios do SUS*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2018. cap. 1, p. 9-52. Disponível em: <https://ondasbrasil.org/saneamento-como-politica-publica-um-olhar-a-partir-dos-desafios-do-sus/>. Acesso em: 16 mar. 2021.

MOE, C. L.; RHEINGANS, R. D. Global challenges in water, sanitation and health. *Journal of Water and Health*, Atlanta, 2006

MONTGOMERY, M. A.; ELIMELECH, M. Water and Sanitation in Developing Countries: Including Health in the Equation: Millions suffer from preventable illnesses and die every year. *Environmental Science & Technology*, 1 jan. 2007. Disponível em: <https://pubs.acs.org/doi/pdf/10.1021/es072435t>. Acesso em: 9 fev. 2021.

MORAES, L. R. S. *Conceitos de Saúde e Saneamento*. Salvador: DHS/UFBA, 1993. 6p. Não Publicado.

MORAES, L. R. S.; BORJA, P. C. Revisitando o conceito de saneamento básico no Brasil e em Portugal. *Politécnica*. Revista do Instituto Politécnico da Bahia, n.20-E, ano 7, p. 5-11, jun. 2014. Disponível em: <https://docplayer.com.br/18447246-Revisitando-o-conceito-de-saneamento-basico-no-brasil-e-em-portugal-1.html> Acesso em: 16 mar. 2021.

ONU – Organização das Nações Unidas. Assembleia Geral. Resolução 64/292, de 28/07/2010. 2010. Disponível em: www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/64/292. Acesso em: 16 mar. 2021.

SILVA, Arisnandes Antônio da. Indicadores para avaliação de efeitos de intervenções de saneamento básico: A questão da sustentabilidade. 2015. 138 p. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, 2015.

UNITED NATIONS. Road Map towards the implementation of the United Nations Millennium Declaration - Report of the Secretary-General. Fifty-sixth session. 2001. Disponível em

<<http://www.un.org/millenniumgoals/sgreport2001.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 2 abr. 2021.

UNITED NATIONS. Sustainable Development Goals. UN, 2021. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 2 abr. 2021.

DIFUSÃO DE POLÍTICAS AGRÁRIAS NO NORDESTE BRASILEIRO: UMA ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DO MODELO DE REFORMA AGRÁRIA DE MERCADO

77

Paula Valéria Ferreira de Almeida Rodrigues
Orientador(a): Joana Tereza Vaz de Moura

Área de Concentração/Linha de Pesquisa: Dinâmicas Urbanas e Regionais/ Espaços Rurais e Dinâmica Territorial

Vinculação com projeto de pesquisa: Projeto a ser cadastrado pela orientadora Joana Tereza pelo LABRURAL

Objeto de estudo

O objeto de estudo desta tese é o processo de difusão da Reforma Agrária Assistida de Mercado nos governos subnacionais nordestinos

Problemática e Pergunta de Pesquisa

Desde o período colonial, o Brasil caracteriza-se pela concentração fundiária. No decorrer dos anos, as (re)significações do campo promoveram um intenso debate histórico, acadêmico, político e institucional acerca do lugar da reforma agrária e, amplamente, sua articulação com as políticas públicas direcionadas para o campo. Fruto de intensas disputas e a partir de pressões dos movimentos sociais, a reforma agrária via desapropriação de terras improdutivas passa a ser aplicada no Brasil. Entretanto, em 1997, foi instituída pelo governo Fernando Henrique Cardoso em aliança com o Banco Mundial, a Reforma Agrária Assistida de Mercado (RAAM), que tinha como objetivo principal diminuir os conflitos e reduzir a pobreza rural. Para a implementação inicial da política, foi escolhida a região Nordeste por se tratar de um espaço de maior concentração de pobreza no país. Como os governos estaduais dessa região receberam essa política, ou seja, como este modelo se disseminou nos governos subnacionais?

Hipótese ou premissa

Este estudo considera determinante para a adoção da RAAM elementos políticos, institucionais, econômicos, sociais e de proximidade geográfica entre estados. Com isso, estados com gestores de partidos políticos alinhados com o governo central são mais propensos de adotarem o modelo de reforma agrária de mercado, principalmente após a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário, em 1999; Quanto maior o nível de concentração de terras e conflitos rurais maior a possibilidade de adoção da política pelos estados nordestinos; A adoção prévia e de “sucesso” do programa de crédito fundiário influenciou os demais estados nordestinos a emularem a política.

Objetivos da Pesquisa

O estudo tem como objetivo geral analisar o processo de difusão da Reforma Agrária de Mercado aos governos subnacionais na Região Nordeste, enfatizando os fatores que influenciaram os governos estaduais a adotarem este modelo de reforma agrária, e considerando elementos específicos ao caso, como partido político do gestor, ideologia política, a influência do governo central sob os estaduais, sobretudo após a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em 1999.

Objetivos específicos:

- Identificar o partido político dos gestores estaduais nordestinos e suas coalizões;
- Levantar dados fundiários, econômicos e sociais dos estados estudados;
- Levantar as instituições e organizações envolvidas no processo de difusão da RAAM;
- Identificar os atores sociais e suas trajetórias no processo de difusão do projeto político da RAAM nos estados nordestinos;
- Realizar um levantamento do processo de implementação da RAAM na região Nordeste, especificando os programas, a fim de identificar sua abrangência

Categorias de análise e referencial teórico utilizado

As categorias analíticas da pesquisa são reforma agrária; reforma agrária de mercado; políticas públicas e difusão de políticas públicas.

Referencial teórico, a difusão com foco nos determinantes internos e externos da política e os mecanismos de difusão.

A Reforma Agrária Assistida de Mercado foi instituída fruto de um Projeto Piloto de Reforma Agrária e Redução da Pobreza celebrado entre o Governo Brasileiro, na gestão de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e o Banco Mundial, em abril de 1997, com o objetivo principal de reduzir a pobreza rural na região do Nordeste brasileiro através do acesso à terra, na qual aumentaria a renda, a produção agrícola de aproximadamente 15 mil famílias e implementaria um teste piloto de reforma agrária com uma abordagem baseada no mercado nos estados do Ceará, Pernambuco, Bahia, Maranhão e norte de Minas Gerais.

A difusão é um tipo de mudança social, definida como o processo pelo qual ocorre alteração na estrutura e função de um sistema social. Quando novas idéias são inventadas, difundidas, adotadas ou rejeitadas, levando a certas consequências, ocorre a mudança social. Contudo, essa mudança pode acontecer de outras maneiras, como por exemplo, uma revolução política, um evento natural (seca ou terremoto) ou uma política governamental. No processo de difusão novas idéias são disseminadas espontaneamente e por meio de um planejamento (ROGERS, 2017).

Para Coêlho (2016), as principais abordagens teóricas e fatores determinantes da formação de agenda em processos de difusão de políticas são os determinantes internos, determinantes externos, mecanismos, ação coordenada, ação descoordenada, agentes e fatores estruturais. A abordagem teórica da difusão de política utilizada neste estudo será os determinantes internos e determinantes externos para explicar como e porque políticas são idealizadas e se disseminam no tempo, quais os fatores e elementos utilizados pelos governos e redes para ocorrer o processo de difusão.

Os estudos da primeira vertente defendem que aspectos políticos, institucionais e sociais sobre as redes formais e informais de atores são determinantes internos para a disseminação de políticas, enquanto os autores da segunda abordagem afirmam que aspectos como a proximidade com regiões inovadoras são considerados determinantes externos no processo de difusão.

Shipan e Volden (2008) classificam os mecanismos de difusão de em tipologias: aprendizado (ou aprendizagem), competição política, emulação (ou imitação) e coerção.

Procedimentos Metodológicos

Para alcançar os objetivos da pesquisa, serão utilizadas as abordagens qualitativa e quantitativa. Os dados qualitativos serão levantados por meio do mapeamento dos relatórios de gestão, da formação da agenda da RAAM nas regiões e estados, além da revisão bibliográfica da literatura da difusão com foco nos determinantes internos e externos da política e principalmente com realização de entrevistas com atores sociais.

No que tange à abordagem quantitativa, foi organizado um banco de dados que contabilizou a quantidade de estados que adotaram a RAAM com suas características políticas, econômicas e sociais e fatores estruturais como a localização geográfica. Para o operacionalizar esses dados as técnicas utilizadas serão a estatística descritiva e os testes de significância.

Os testes de significância, também chamados de teste de hipóteses, correspondem a uma regra decisória cujo resultado refuta ou confirma uma hipótese estatística levantada com base nos resultados de amostra. A estatística descritiva configura-se como a etapa inicial da análise utilizada para descrever e resumir dados (DÁVILA, 2014; RODRIGUES, 2011).

Diante disso, o modelo de investigação para análise das hipóteses foi estruturado com base nos elementos teóricos da literatura da difusão, ou seja, nos determinantes internos e externos da política e mecanismos de difusão, bem como os fatores intrínsecos ao caso analisado.

Referências (utilizadas no resumo)

COÊLHO, Denilson. Mecanismos políticos e institucionais da difusão de políticas. In FARIA, Carlos et al. Difusão de Políticas Públicas. Editora UFABC. 2016.

DÁVILA, Victor Hugo Laches. Testes de hipóteses. 2014. Disponível em: https://www.ime.unicamp.br/~hlauchos/Inferencia_HipoME320.pdf. Acesso em 12 de maio de 2021.

RODRIGUES, Miguel Ângelo Vilela. O tratamento e análise de dados. In SILVESTRE, Hugo Conciência, ARAÚJO, Joaquim Filipe. Metodologia para a investigação social. Escolar Editora, 2011.

ROGERS, Everett M. Diffusion of innovations. 5th Edition. 2020

FEIRA DAS BRUXAS, MOSSORÓ/RN: TRABALHO FEMININO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL.

80

Pedro Henrique Bezerra de Farias
Orientador(a): Winifred Knox

Área de Concentração/Linha de Pesquisa: Dinâmicas Urbanas e Regionais/Espaços Rurais e Dinâmicas Territoriais

Vinculação com projeto de pesquisa: Laboratório de Estudos Rurais (LABRURAL)

Objeto de estudo

O desenvolvimento da microrregião de Mossoró/RN, a partir da ótica de gênero. Trata-se de uma tentativa de ligação entre a microsociologia e seus impactos na macrosociologia, conectando análises para a hipótese de que a inclusão produtiva das mulheres provoca o desenvolvimento regional, territorial e socioeconômico.

Problemática e Pergunta de Pesquisa

A noção de desenvolvimento, muitas vezes, tem se revestido de um caráter hegemônico predominantemente econômico (MARTINS, 2002). Desse modo, diversas experiências, que não são concebidas num contexto institucional, não medidas pelos parâmetros estabelecidos pelo Estado, a exemplo das vivências das mulheres, são desconsideradas. É neste sentido que pretendemos pesquisar a Feira das Bruxas e suas perspectivas para o desenvolvimento regional.

A Feira das Bruxas é um evento que acontece no município de Mossoró com influência regional no RN. Foi idealizado em junho de 2019, de forma independente, e já conta com três edições, todas realizadas no ano de 2019, tendo reunido cerca de 80 empreendimentos femininos, de diversos ramos, e um público de cerca de 600 (seiscentas) pessoas rotativas. Desse modo, a pergunta de pesquisa é a seguinte: É possível fazer inferências entre o trabalho das mulheres, como as participantes da Feira das Bruxas e o desenvolvimento regional do RN?

Hipótese ou premissa

A Feira das Bruxas vem impactando as dinâmicas socioterritoriais da microrregião de Mossoró/RN. A reflexão acerca das trajetórias de vida e do trabalho das mulheres participantes do evento pode fomentar discussões acerca do desenvolvimento regional de Mossoró/RN, que contemple a diversidade de seus itinerários, o processo criativo dos seus trabalhos e o modo como se articulam na produção do evento (redes de mulheres, economia feminista).

Objetivos da Pesquisa

Geral: Compreender como se dá o trabalho de mulheres participantes da Feira das Bruxas e perceber a contribuição para o desenvolvimento regional do RN.

Específicos:

- Investigar como as mulheres realizam os seus trabalhos expostos na Feira das Bruxas;
- Verificar o impacto da Feira das Bruxas nas dinâmicas socioterritoriais da microrregião de Mossoró/RN;
- Discutir lógicas alternativas para o desenvolvimento na microrregião de Mossoró/RN, a partir das trajetórias de vida das mulheres participantes da Feira das Bruxas.

Categorias de análise e referencial teórico utilizado

As discussões acerca da Economia Feminista vêm denunciando o paradigma da economia neoclássica, que apresenta um viés androcêntrico e é construída sobre a ausência das mulheres, negando relevância econômica às esferas que se associam a feminilidade, a exemplo da esfera privada e doméstica. Para Orozco (2019, p. 59) é preciso “ponerse las gafas de género” e olhar de uma posição sensível às desigualdades, de modo a cobrir toda a economia, a visível, nos moldes do capitalismo exploratório

da mão de obra, e a invisível, onde impera o patriarcado e opressão de gênero, materializado no trabalho doméstico, já que as mulheres estão sujeitas a ambos.

Acerca do trabalho, Federici (2017, p. 182) denuncia como “não trabalho”, aquele que não é produtivo nos termos capitalistas e, portanto, não é remunerado. Nesse sentido, a autora reflete acerca do acúmulo do capital às custas do trabalho feminino não remunerado. Ao criticar e analisar o trabalho de Marx em “O capital”, a autora sinaliza que o sociólogo relegou as questões concernentes à emancipação da mulher uma importância periférica em seu trabalho político, uma vez que ele mesmo naturalizava o trabalho doméstico e idealizava o trabalho industrial como potencial nivelador das desigualdades sociais (FEDERICI, 2017).

Do ponto de vista regional, Júnior (2011) pontua sobre a invenção de um nordeste masculino, que teve historicamente através do banditismo e do cangaço, a construção de um imaginário social de uma região violenta, do “cabra macho”, uma terra sem lei, em que homens valentes e insubmissos saqueavam terras e confrontavam as leis e as forças da segurança. Ao que parece, com outras nuances, esse imaginário masculino sobre o Nordeste ainda prevalece e é crucial de ser analisado para se discutir a condição da mulher nordestina. Assim, a partir da reflexão das trajetórias de vida e do trabalho das mulheres participantes da Feira das Bruxas, poderemos reinventar o Nordeste, como também a região de Mossoró/RN.

Procedimentos Metodológicos

O estudo será de natureza quali quantitativa, valendo-se de pesquisa bibliográfica e documental para coleta de dados. Considerando as especificidades do objeto investigado e a pandemia do Covid-19, propõe-se dois cenários metodológicos: i) Serão realizadas entrevistas virtuais semi-estruturadas com as mulheres participantes da Feira das Bruxas; ii) Será reconstruído a trajetória de vida e profissional, de pelo menos 10 mulheres que participam da feira, começando pelas organizadoras, depois para as participantes; iii) Em um contexto de segurança sanitária, a pesquisa se valerá da observação participante, por meio de pesquisa de campo, de cunho etnográfico, consistente em visitas ao evento, conversas informais com as mulheres e elaboração de diário de campo; iv) Será realizado, ainda, uma sondagem de opinião, por meio de questionários estruturados (ex. Google Forms), com o intuito de conhecer o perfil das mulheres participantes da Feira das Bruxas (idade, etnia, raça, experiência com maternidade, origem territorial) (CORTES, 1998).

Os dados obtidos serão quantificados posteriormente, por meio de métodos quantitativos de análise, a exemplo da utilização de tabelas com vistas a auxiliar a ilustrar os perfis das mulheres participantes dessas mulheres, por meio da análise univariada e multivariada (BABBIE, 1999). Para a análise do discurso será utilizado programa de computador que facilite a análise.

Ainda poderá ser utilizado mais um caminho metodológico, se viável, qual seja, a montagem de uma roda de conversas na qual grupos mulheres participantes do evento participarão com discussões específicas que contemplem a questão das políticas públicas, de como elas se sentem representadas e atendidas por estas, e de como se sentem participando do desenvolvimento regional. O material destas rodas de conversas subsidiará a construção de indicadores sociais subjetivos ou qualitativos, como propõe Januzzi (2017), no sentido de contemplar as diversas experiências das mulheres no mercado de trabalho, na auto-organização e criação de redes.

Referências (utilizadas no resumo)

BABBIE, E. (1999). Métodos de Pesquisas de Survey, ed. UFMG – cap. 14 – “Construindo e Compreendendo Tabelas” (pp. 337-361).

CORTES, Soraya M. Vargas. Técnicas de Coleta e Análise Qualitativa de Dados. Revista Cadernos de Sociologia. 1998, v.9, no9, p.11-47.

FEDERICI, Silvia. Calibã e a bruxa : mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. Notas sobre gênero em “O Capital” de Marx. Revista Movimento. 2017. Disponível em: <<https://movimentorevista.com.br/2017/09/genero-o-capital-marx-feminismo-marxista/>>. Acesso em: 09/07/2021.

JANNUZZI, Paulo (2017). “Capítulo 1: Conceitos Básicos”. In: _____. Indicadores Sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações. Campinas, São Paulo: Editora Alínea, sexta edição.

JÚNIOR, Durval Muniz de Albuquerque. A invenção do nordeste e outras artes. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MARTINS, Sérgio Ricardo Oliveira. Desenvolvimento Local: questões conceituais e metodológicas. Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Vol. 3, N. 5, p. 51-59, Set. 2002.

OROZCO, Amaia Pérez. Subversión feminista de la economía: Aportes para un debate sobre el conflicto capital-vida. Madrid: Traficantes de Sueños, 2019.

DINÂMICA URBANA E REGIONAL NAS REGIÕES METROPOLITANAS DE NATAL E FORTALEZA

83

Rebeca Marota da Silva
Orientador(a): Maria do Livramento

Área de Concentração/Linha de Pesquisa: DINÂMICAS URBANAS E REGIONAIS/ CIDADE E DINÂMICA URBANA

Vinculação com projeto de pesquisa: TR Economia Metropolitana e Desenvolvimento regional

Objeto de estudo

Dinâmica socioeconômica das regiões metropolitanas de Natal e Fortaleza.

Problemática e Pergunta de Pesquisa

A principal motivação do presente estudo é compreender como duas regiões metropolitanas nordestinas, Fortaleza e Natal, as quais compartilham do mesmo paradigma de periferia regional, apresentaram comportamentos políticos e socioeconômicos divergentes que resultaram em inserções na economia regional mais pujante para uma do que para outra. A ideia é estabelecer uma análise dos percursos trilhados pelas duas regiões metropolitanas a respeito de suas economias em relação às suas Unidades Federativas (UFs) e ao Nordeste, bem como destacar a importância dos serviços para a dinâmica dessas áreas metropolitanas na fase recente. O presente estudo busca compreender quais os fatores que diferenciam a dinâmica econômica e o mercado de trabalho das duas RMs e sua influência nas diferentes dinâmicas urbanas e inserções regionais. Ambas são concentradoras de população e produção em termos estaduais, mas quais são as suas principais diferenças? O que determinou o dinamismo diferenciado dessas áreas metropolitanas em fase recente? Qual o perfil urbano da RM exemplificado pelos trabalhadores dos serviços?

Hipótese ou premissa

A hipótese central é a de que os rebatimentos internos, atuais, desse processo se dá de forma diferenciada nas regiões metropolitanas de Natal e Fortaleza. Menos por força de seu passado histórico e de suas formas de engajamento no processo de integração do mercado nacional; e, mais, pelas diferentes formas de inserção à abertura econômica do país à globalização nos anos 90, do século passado e sobretudo no século 21, quanto aos investimentos estatais em infraestrutura durante o “experimento desenvolvimentista”.

Objetivos da Pesquisa

Geral: Compreender os processos de metropolização que diferenciam regiões metropolitanas na região Nordeste pela sua condição de periferia da periferia do capitalismo no Brasil.

Específicos:

- 1- Compreender como as diferentes formações históricas e desenvolvimento regional e urbano das regiões metropolitanas selecionadas impactaram (ou não) em suas dinâmicas socioeconômicas;
- 2- Demonstrar a importância das Regiões Metropolitanas de Natal e Fortaleza em termos estaduais e regional;
- 3- Caracterizar as dinâmicas econômicas e do mercado de trabalho das Regiões Metropolitanas de Natal e Fortaleza, verificando as principais diferenças entre as duas regiões;
- 4- Identificar quais são as atividades econômicas metropolitanas mais dinâmicas e que mais impulsionam as áreas metropolitanas de Natal e Fortaleza, com destaque para o setor de serviços;
- 5- Argumentar a respeito de que se o nível de serviços desenvolvidos no espaço urbano influencia no tipo de metropolização das cidades;

Categories de análise e referencial teórico utilizado

- Dinâmica Urbana e Econômica:
 - o CANO, 1990;1983;2008;2007;2011;
 - o CORREA, 2004;
 - o FARIA, 1976;1978;1991;
 - o FURTADO, 2009; 1979; 1991;
 - o HARVEY, 2006; 1990, 2004
- Desenvolvimento regional:
 - o CLEMENTINO, 1990;
 - o ARAÚJO, 1995;
 - o OLIVEIRA, 1978;
- Mercado de Trabalho Formal e Informal:
 - o RIBEIRO; ARAGÃO, 2020
 - o RIBEIRO; CLEMENTINO, 2020

Procedimentos Metodológicos

Para melhor compreensão do desenvolvimento urbano de uma região periférica escolhemos como objeto empírico as regiões metropolitanas de Fortaleza e Natal. Adotou-se como plataforma metodológica mais abstrata o método de investigação histórico-estruturalista (FURTADO, 1979). Nesse paradigma metodológico, os fatos históricos modificam as estruturas sociais, políticas e, notadamente, as econômicas.

Seguindo as considerações de Furtado (1979), sobre o método histórico-estrutural de análise, serão considerados dois vetores de variáveis endógenas e exógenas ao modelo. É importante deixar claro que aqui não se trata de um modelo matemático, mas de análise econômica estrutural. Isto é, o comportamento das variáveis econômicas depende, em grande medida, de parâmetros não econômicos e a natureza destes podem modificar-se significativamente em fases de rápida mudança social. Furtado (1979, p. 83) chama a atenção, que “essa observação é pertinente com respeito a sistemas econômicos heterogêneos, social e tecnologicamente, como é o caso das economias subdesenvolvidas”.

Serão utilizados dados secundários referentes à atividade econômica, com base no PIB dos Municípios, do IBGE, de 2006 a 2020; Exportações, Comex; e do mercado de trabalho formal, de acordo com os dados de massa salarial e emprego formal, da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), produzidos pelo antigo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), para o período de 2006 a 2020.

Sabendo-se que em regiões periféricas, o emprego é demasiadamente informal, buscar-se-á complementar a análise do mercado de trabalho com informações da PNAD Contínua, como forma de incorporar também o estudo sobre a dinâmica da informalidade.

Referências (utilizadas no resumo)

ARAÚJO, Tania Bacelar de. Nordeste, nordestes? In: AFFONSO, Rui de Brito Alvares; SILVA, Pedro Luiz Barros (orgs). Desigualdades Regionais e Desenvolvimento. São Paulo: FUNDAP/UNESP, 1995.

CANO, Wilson & SAMEGHINE, Wlisses. Diagnóstico do setor de serviços. Documento básico. Campinas, Fecamp, 1990.

CANO, Wilson, Raízes da Concentração Industrial em São Paulo. São Paulo: T. A. Queiros, 2ª ed., 1983.

CANO, Wilson. Desconcentração produtiva regional do Brasil 1970-2005. 3ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

CANO, Wilson. Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1970. 3ª edição. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

CANO, Wilson. Novas Determinações Sobre As Questões Regional E Urbana Após 1980. R. B. Estudos Urbanos e Regionais V. 13, N.2 / NOVEMBRO 2011.

CLEMENTINO, Maria do Livramento M.. Complexidade de uma urbanização periférica. Tese de Doutorado– Instituto de Economia. Campinas, SP: UNICAMP, 1990. CORRÊA, R. L. Rede urbana: reflexões, hipótese e questionamentos sobre um tema

- negligenciado. Cidades, Presidente Prudente, v. 1, n. 1, p. 65-78, 2004. FARIA, V. O sistema urbano brasileiro. Estudos CEBRAP. São Paulo, Edições CEBRAP, nº 18, 91-116, 1976.
- FARIA, Vilmar. O processo de urbanização no Brasil. São Paulo, CEBRAP, s/d, FARIA, Vilmar. Cinquenta Anos de Urbanização no Brasil. Novos Estudos CEBRAP, Edição 29 - Março de 1991.
- FARIA, Vilmar. O Processo de Urbanização no Brasil: algumas notas para seu estudo e interpretação. Associação Brasileira de Estudos populacionais/Anais do Primeiro Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Campos do Jordão, 1978. FURTADO, B. A. (Orgs.). Dinâmica urbano-regional: rede urbana e suas interfaces. Brasília: Ipea, 2011.
- FURTADO, Celso. Desenvolvimento e Subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Centro Celso Furtado / Contraponto, 2009. 234 p.
- FURTADO, Celso. Teoria e política do desenvolvimento econômico. 7ª Ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1979. 344 p.
- _____, Cinquenta Anos de Urbanização no Brasil. São Paulo: Novos Estudos SEBRAP, nº 29, 1991.
- HARVEY, David. A Produção capitalista do Espaço. São Paulo: Annablume, 2006
- HARVEY, David. Los Límites del Capitalismo y la Teoría Marxista. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.
- HARVEY, David. Novo Imperialismo. São Paulo: Loyola, 2004.
- OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma Re(li)gião: Sudene, Nordeste, Planejamento e Conflito de Classes. Paz e Terra, 1978.
- RIBEIRO, M. G; ARAGÃO, T. A. Transformações no mundo do trabalho [recurso eletrônico]: análise de grupos ocupacionais no Brasil Metropolitano e Não Metropolitano em quatro décadas. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital, 2020.
- RIBEIRO, M; CLEMENTINO, M.M.M. (ORGS). Economia metropolitana e desenvolvimento regional: do experimento desenvolvimentista à inflexão ultraliberal. [Recurso Eletrônico]. 1. ed. - Rio de Janeiro : Letra Capital, 2020.

GOVERNANÇA PARA AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO SUL GLOBAL: INTERFACES ENTRE ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA E ENERGIAS RENOVÁVEIS NO CONTEXTO DE ESTADOS DO NORDESTE DO BRASIL

86

Rylanneive Leonardo Pontes Teixeira
Orientador(a): Zoraide Souza Pessoa

Área de Concentração/Linha de Pesquisa: Dinâmicas Urbanas e Regionais/Cidades e Dinâmica Urbana

Vinculação com projeto de pesquisa: “Sustentabilidade, adaptação climática, energias e sociodiversidade dos territórios: uma análise comparativa de estudos de casos de governos no contexto do Nordeste brasileiro” (PVC18326-2020)

Objeto de estudo

Capacidade adaptativa climática em interface com as energias renováveis no âmbito das agendas político-governamentais em vigência de estados do Nordeste do Brasil.

Problemática e Pergunta de Pesquisa

A problemática desta tese de Doutorado parte da ideia de que a produção de energias renováveis não está alinhada a uma agenda governamental de capacidade de adaptação e mitigação às mudanças climáticas estratégica para uma governança climática, mesmo no contexto de estados produtores de novas fontes de energias renováveis no Brasil.

Hipótese ou premissa

O incentivo às energias renováveis no Brasil não considera as mudanças climáticas e suas ameaças, tornando a diversificação da matriz energética de base renovável vulnerável aos riscos climáticos por não apresentar uma capacidade de adaptação. A ausência de políticas energética e climática nos estados produtores de fontes renováveis no Brasil evidencia que a agenda climática não está associada como uma meta estratégica de governança do clima.

Objetivos da Pesquisa

Objetivo geral:

Investigar como os estados da BA, do CE e do RN pautam a sua governança climática numa agenda de capacidade adaptativa às mudanças climáticas que incorpore as energias renováveis como estratégicas.

Objetivos específicos:

- 1) Observar se existe uma governança para as mudanças climáticas nos territórios analisados e que tenha as energias renováveis como estratégia de adaptação e mitigação .
- 2) Delimitar como se dá a governança climática nos estados analisados, observando quais são os atores envolvidos nesse processo de governança e como eles inserem as fontes renováveis como estratégias de adaptação e mitigação .
- 3) Verificar se os estados do campo empírico apresentam capacidade adaptativa climática, considerando as energias renováveis como uma estratégia de adaptação às mudanças climáticas.
- 4) Caracterizar os tipos de ameaças e susceptibilidades às mudanças climáticas nos estados do campo empírico e que podem interferir na produção de energias renováveis.

Categorias de análise e referencial teórico utilizado

No âmbito desta pesquisa de tese, percorremos, em termos teóricos, três caminhos. No primeiro, damos enfoque à teoria do Planejamento Regional em interface com a Sociologia Ambiental, em especial com a Sociedade de Risco, de Beck (1992; 2002; 2011).

O segundo campo teórico é o das Dimensões Humanas das Mudanças Climáticas, onde, conceitualmente, nos apropriamos da discussão sobre adaptação e capacidade adaptativa no contexto das mudanças climáticas (MARTINS; FERREIRA, 2011; 2012; PATERSON et al., 2017; DI GIULIO et al., 2019a; 2019b; SERRAO-NEUMANN; DI GIULIO; CHOY, 2019; SIDERS, 2019; TEIXEIRA; PESSOA; DI GIULIO, 2020a; 2020b; TEIXEIRA; PESSOA, 2021), associando estes processos às energias renováveis, entendendo como estas produções também podem se configurar como estratégias de adaptação, e não somente de mitigação.

Para entendermos a capacidade adaptativa climática em interface com as energias renováveis, objeto de estudo de nossa pesquisa, consideramos, com base na literatura científica, um conjunto de variáveis que influencia direta ou indiretamente a capacidade de um sistema em promover meios de adaptação às mudanças climáticas. Essas variáveis são sistematizadas em estudos como os de Teixeira, Pessoa e Di Giulio (2020a); e Teixeira e Pessoa (2021): o acesso e uso das informações, os recursos econômicos, capacidade econômica e tecnológica, a adaptação sustentável, as sinergias entre capacidades diferenciadas, o capital social, a confiança, os empreendedores de políticas públicas e a governança participativa.

Outro conceito utilizado nesta tese de Doutorado é o de governança, já que estamos trabalhando com atores governamentais, privados e sociais para compreendermos como três estados do Nordeste do Brasil pautam a sua governança climática numa agenda de capacidade adaptativa às mudanças climáticas que incorpore as energias renováveis como estratégicas. No âmbito desta pesquisa, a escolha pela discussão sobre governança se justifica por ser “uma das dimensões importantes para o desenvolvimento da capacidade adaptativa (Lockwood et al., 2015). Ela abarca arranjos institucionais que potencializam o engajamento individual e comunitário, estendendo a participação pública na tomada de decisão e implementação das ações” (JACOBI; SULAIMAN, 2016, p. 136).

O terceiro campo teórico é o da Geografia da Energia por entendermos, com base em Gorayeb et al. (2019), utilizando-se das palavras de Calvert (2015), que a energia é o mediador principal das relações existentes entre a sociedade e a natureza, tendo em vista que cria vínculos entre os indivíduos, assim como cria desigualdades territoriais e amplia as já existentes. Dentro dessa perspectiva teórica, enfatizamos a discussão sobre transição energética e mudanças climáticas numa perspectiva global, entendendo essa transição como um caminho de descarbonização global e, por consequência, desintensificação das mudanças climáticas. Ainda mais especificamente, trabalhamos com a diversificação energética no Brasil através de fontes renováveis.

Procedimentos Metodológicos

A problemática, as hipóteses e os objetivos defendidos nesta tese são testados e validados a partir da metodologia a seguir. Em termos metodológicos, a presente tese de Doutorado está ancorada em uma abordagem de natureza qualitativa que, por sua vez, integra um conjunto de procedimentos metodológicos, envolvendo método científico, instrumento de coleta de dados, técnica de análise desses dados, entre outros.

Nessa ótica, pontuamos que o método científico empregado é o indutivo, pois acreditamos que é o mais adequado a esta pesquisa por se buscar, com esta, confirmar ou refutar as hipóteses apresentadas no momento introdutório desta investigação. Ou seja, o método indutivo parte de casos particulares para confirmar generalizações sobre o objeto de estudo (GERHARDT; SOUZA, 2009; PRODANOV; FREITAS, 2013).

Dessa forma, esta pesquisa será possível a partir dos estudos de casos aplicados nos estados da BA, do CE e do RN, fazendo uso de pesquisa documental, aplicação (online) de entrevistas semiestruturadas e análise de dados secundários. A análise dos dados coletados será realizada através da técnica de análise de conteúdo. Ademais, a metodologia desta proposta se utilizará de levantamento bibliográfico ancorado nas teorias e nos conceitos mencionados no tópico em sequência.

Referências (utilizadas no resumo)

- BECK, Ulrich. Risk Society: Towards a New Modernity. Londres: Sage, 1992.
- BECK, Ulrich. La sociedad del riesgo global. Madri: Siglo XXI de España editores, 2002.
- BECK, Ulrich. Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Ed. 34, 2011.
- DI GIULIO, Gabriela Marques et al. Bridging the gap between will and action on climate change adaptation in large cities in Brazil. *Regional Environmental Change*, v. 19, n. 8, p. 2491-2502, 2019a.
- DI GIULIO, Gabriela Marques et al. Extreme Events, Climate Change and Adaptation in the State of São Paulo. *Ambiente & Sociedade*, v. 22, 2019b.

- GERHARDT, Tatiana Engel; SOUZA, Aline Corrêa de. UNIDADE 1 – ASPECTOS TEÓRICOS E CONCEITUAIS. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. (Orgs.). Métodos de pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 11-29.
- GONÇALVES, A. F. O Conceito de Governança. In: XIV Congresso Nacional CONPEDI, 2005, Fortaleza. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/XIVCongresso/078.pdf>>. Acesso em: 15 de jul. de 2021.
- GORAYEB, A. et al. Energia renovável e Descarbonização na América do Sul: caminhos e desafios que conectam o setor argentino de lítio e os parques eólicos brasileiros. Fortaleza: UFC, 2019.
- JACOBI, Pedro Roberto; SULAIMAN, Samia Nascimento. Governança ambiental urbana em face das mudanças climáticas. Revista USP, n. 109, p. 133-142, 2016.
- MARTINS, Rafael D.'Almeida; FERREIRA, Leila Da Costa. Opportunities and constraints for local and subnational climate change policy in urban areas: insights from diverse contexts. International Journal of Global Environmental Issues, v. 11, n. 1, p. 37-53, 2011.
- MARTINS, Rafael D.'Almeida; FERREIRA, Leila da Costa. Vulnerabilidade, adaptação e risco no contexto das mudanças climáticas. Mercator (Fortaleza), v. 11, n. 26, p. 237-251, 2012.
- PATERSON, Shona K. et al. Size does matter: City scale and the asymmetries of climate change adaptation in three coastal towns. GEOFORUM, v.81, p. 109-119.
- PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.
- SERRAO-NEUMANN, Silvia; DIGIULIO, Gabriela; CHOY, Darryl Low. When salient science is not enough to advance climate change adaptation: Lessons from Brazil and Australia. Environmental Science & Policy, v. 109, p. 73-82, 2020.
- SIDERS, Anne R. Adaptive capacity to climate change: A synthesis of concepts, methods, and findings in a fragmented field. Wiley Interdisciplinary Reviews: Climate Change, v. 10, n. 3, p. e573, 2019.
- TEIXEIRA, Rylanneive Leonardo Pontes; PESSOA, Zoraide Souza; DI GIULIO, Gabriela Marques. Mudanças Climáticas e capacidade adaptativa no contexto da cidade do Natal/RN, Brasil. Revista Geotemas, v. 10, n. 1, p. 95-115, 2020a.
- TEIXEIRA, Rylanneive Leonardo Pontes; PESSOA, Zoraide Souza; DI GIULIO, Gabriela Marques. Cidades, mudanças climáticas e adaptação: um estudo de caso de Natal/RN, Brasil. Desenvolvimento e Meio Ambiente, v. 54, p. 468-483, 2020b.
- TEIXEIRA, Rylanneive Leonardo Pontes; PESSOA, Zoraide Souza. Planejamento urbano e adaptação climática: entre possibilidades e desafios em duas grandes cidades brasileiras. REBEP – Revista Brasileira de Estudos de População, v. 39, p. 1-21, 2021.

GESTÃO DE RISCOS CLIMÁTICOS: CAMINHOS PARA INCORPORAÇÃO DA CAPACIDADE ADAPTATIVA NAS AGENDAS DE PEQUENOS MUNICÍPIOS

89

Yonara Claudia dos Santos
Orientador(a): Zoraide Souza Pessoa

Área de Concentração/Linha de Pesquisa: Gestão de Políticas Públicas/Sociedade, Ambiente e Desenvolvimento

Vinculação com projeto de pesquisa: Gestão de riscos, vulnerabilidades socioambientais, sustentabilidade e capacidade adaptativa climática em cidades do semiárido do nordeste. Edital MCTIC/CNPq nº 23/2020.

Objeto de estudo

A gestão adaptativa climática em pequenos municípios, frente ao cenário de risco climático.

Problemática e Pergunta de Pesquisa

A problemática desta pesquisa vislumbra que os municípios, de forma geral, não apresentam uma gestão voltada para a adaptação às mudanças climáticas, mesmo naqueles mais suscetíveis aos riscos e as ameaças climáticas. E isso não é diferente nos pequenos municípios inseridos no semiárido do Nordeste do Brasil, cujas áreas apresentam alto índice de vulnerabilidade à seca, e outros problemas de extremos climáticos, como escassez hídrica e desertificação.

Diante disso, “como se configura a gestão dos municípios de pequeno porte frente à incorporação de uma agenda de adaptação climática, cujos territórios são suscetíveis às ameaças climáticas”?

Hipótese ou premissa

1. A gestão adaptativa às mudanças climáticas ainda não está inserida nas pautas prioritárias a ser incorporada em uma agenda municipal, pois não são discutidas nas agendas municipais, e por isso torna-se inexistente.
2. As agendas municipais não são pautadas do ponto de vista da gestão adaptativa, porque os tomadores de decisão não relacionam o fenômeno das mudanças climáticas aos eventos naturais, como desertificação e longas estiagens, que já ocorrem nos municípios.

Objetivos da Pesquisa

Objetivo Geral:

Analisar a gestão dos municípios inseridos na bacia hidrográfica do rio Piancó-Piranhas-Açu, frente aos aspectos de incorporação da capacidade adaptativa às mudanças climáticas em seus territórios.

Objetivos Específicos:

1. Selecionar entre as unidades de planejamento hidrológico da BH-PPA estudo de caso que apresentem maior vulnerabilidade à seca;
2. Caracterizar as ameaças e suscetibilidades climáticas no território empírico do estudo de caso;
3. Descrever a estrutura de governo para a gestão dos riscos socioambientais e climáticos dos municípios da área empírica;
4. Analisar a incorporação das questões socioambientais e climáticas nos municípios inseridos no campo empírico; e,
5. Identificar entraves e potencialidades para implantação de uma agenda de capacidade adaptativa nos municípios investigados.

Categorias de análise e referencial teórico utilizado

Mudanças Climáticas:

Os debates inerentes às mudanças climáticas têm sido pauta na comunidade científica (CRUTZEN, 2002; STEFFEN et al., 2011; ARTAXO, 2014; STERN, 2016), uma vez que os efeitos das atividades antropogênicas perpassam os limites geográficos do planeta, e podem gerar consequências negativas em longo prazo, para as vidas humanas e não humanas da grande biosfera. Como já alertam os relatórios do IPCC, os impactos oriundos das mudanças climáticas estão cada vez mais presentes, e já são sentidos em diversos aspectos da vida humana e não humana (IPCC, 2001; 2007).

Risco e vulnerabilidade no contexto das mudanças climáticas:

Em se tratando de mudanças climáticas, as emissões de gases do efeito estufa (GEE) provocam alterações na média e na variabilidade das propriedades climáticas, em longo prazo (IPCC, 2007). Nesse contexto, Beck (2010, p. 10) aponta que a questão climática reflete a “dimensão mais urgente, mais grave e mais profunda da crise ambiental”.

Para Dantas e Costa (2009, p. 187), “os riscos ambientais afetam diretamente os socialmente mais vulneráveis, resultado de um processo de urbanização socioeconômico e ambientalmente desigual”. O que corrobora com Acsegrad (2002, p. 53), o qual atribui à distribuição desigual do risco a “fraqueza política dos grupos sociais residentes nas áreas de destino das instalações perigosas. Para Veyret (2007) a construção do conceito de vulnerabilidade deve levar em consideração os índices técnicos e científicos, bem como os fatores socioeconômicos. Isso porque a vulnerabilidade está relacionada à exposição física ao perigo, de viés natural ou não, além de apresentar fragilidade diante da ocorrência de fenômenos, e não dispor de meios de enfrentamento à possível situação de crise futura (VEYRET, 2007). Cardona (1991, p. 5),

por sua vez, aponta o conceito de vulnerabilidade como sendo “a predisposição de um sujeito ou elemento a sofrer dano devido a possíveis ações externas”. Em função disso, sua função é de fundamental importância, para o “conhecimento do risco mediante interações do elemento susceptível com o ambiente perigoso” (COSTA, 2012, p. 25).

Suscetibilidade às ameaças climáticas na região semiárida brasileira:

Pesquisas realizadas no campo das mudanças climáticas evidenciam situações de impactos predominantemente desfavoráveis aos ecossistemas e sistemas humanos (LAVRATTI; PRESTES, 2010).

Ao considerar que os países em desenvolvimento sofrerão em maior proporção, os impactos advindos das mudanças climáticas (BATHIANY et al., 2018), torna-se evidente o cenário de ameaça climática, principalmente no tocante às incertezas da população, frente às questões de insegurança nos meios de subsistência. Seja causado pela ameaça à segurança hídrica, energética ou alimentar.

Nesses aspectos, pode-se considerar que a região NEB está inserida em um contexto de alta suscetibilidade às ameaças climáticas, evidenciadas pelas longas estiagens, pela presença de áreas de desertificação, e pela situação escassa dos recursos hídricos. Com a intensificação das mudanças climáticas, a intensidade dessas ameaças é ampliada e torna a região altamente vulnerável, e suscetível aos riscos climáticos e possíveis ocorrências de desastres naturais (LAVELL, 1996; MARENGO, 2008; SAITO, 2011).

Adaptação climática e capacidade adaptativa:

A adaptação às mudanças climáticas pode ser compreendida como ações voluntárias aos riscos percebidos no meio ambiente, uma vez que os métodos institucionais e econômicos de gestão potencializam a vulnerabilidade implícita e a capacidade adaptativa presentes na sociedade. Por isso faz-se necessária a percepção de que os processos de adaptação são flexíveis e permitem ações previamente planejadas em proporções mais adequadas (ADGER, 2001).

De acordo com Engle (2011), estudos desenvolvidos entre populações e comunidades de baixa renda, incorporaram às discussões de capacidade adaptativa, questões de grande relevância (DOW; KASPERSON; BOHN, 2006). Essas abordagens evidenciaram a disparidade no processo de adaptação entre grupos alocados aos mais altos índices de pobreza.

Em termos práticos, a capacidade de adaptação às mudanças climáticas envolve a realização de políticas alusivas à gestão e governança do clima, sob abordagem institucional, que possam auxiliar o processo decisório dos gestores (ENGLER, 2011). A capacidade adaptativa de um determinado sistema engloba alguns aspectos em distintas vertentes, como mapeamento, monitoramento e planejamento de riscos de um determinado território (EAKIN; LEMOS; NELSON, 2014; MOREIRA et al., 2020).

Procedimentos Metodológicos

Os parâmetros de abordagem desta pesquisa alinham-se ao método indutivo (LAKATOS; MARCONI, 2003; GERHARDT; SOUZA, 2009; PRODANOV; FREITAS, 2013). Com base nesse método, buscar-se-á a confirmação ou refutação das hipóteses já apresentadas no capítulo introdutório, visto que o método indutivo baseia-se no empirismo e experimentação.

Quanto aos fins, a pesquisa se classifica como exploratório-descritiva, de abordagem quanti-qualitativa.

No que tange aos procedimentos técnicos, o estudo abrangerá aspectos de triangulação metodológica da pesquisa, como uma forma de incorporar diferentes concepções no fenômeno estudado (FLICK, 2009; DUARTE, 2009; TUZZO; BRAGA, 2016;), utilizando-se assim dos parâmetros da pesquisa bibliográfica, documental e estudo de caso.

O universo da pesquisa englobará seis municípios da Unidade de Planejamento Hidrológico Seridó (Ipueira, Jardim do Seridó, Lagoa Nova, Santana do Seridó, São Fernando e Tenente Laurentino Cruz), da bacia hidrográfica do rio Piancó-Piranhas-Açu, que por meio da amostragem aleatória estratificada, correspondem ao critério “Alto Índice de Vulnerabilidade para a Seca”, com base nos parâmetros de Risco de Impacto em Segurança Hídrica da Plataforma AdaptaBrasil MCTI (BRASIL, 2021).

A pesquisa estrutura-se em três fases, sendo a primeira baseada em levantamento bibliográfico e documental, com utilização de dados secundários da Base MUNIC; a segunda fase ocorrerá mediante entrevista com os atores institucionais do campo empírico, com posterior aplicação da técnica de análise de conteúdo para interpretação, análise e discussão dos dados; e na terceira fase serão analisadas as categorias das fases anteriores para a construção de um diagrama de Ishikawa, visando o alcance do quinto objetivo específico.

Referências (utilizadas no resumo)

- ACSELRAD, Henri. Justiça ambiental e construção social do risco. *Desenvolvimento e Meio ambiente*, v. 5, 2002.
- ADGER, W. N. Escalas de governança e justiça ambiental para a adaptação e mitigação das mudanças climáticas. *J. Int. Dev.* 13, 921–931, 2001.
- ARTAXO, P. Uma nova era geológica em nosso planeta: o Antropoceno?. *Revista Usp*, n. 103, p. 13-24, 2014.
- BATHIANY, S. et al. Climate models predict increasing temperature variability in poor countries. *Science Advances*, v. 4, n. 5, 2018.
- BECK, U. Sociedade de risco. Rumo a uma outra modernidade. Trad. Sebastião Nascimento. São Paulo: Ed. 34, 2010.
- CARDONA, O. D. A. La necesidad de repensar de manera holística los conceptos de vulnerabilidad y riesgo. In: *International work-conference on vulnerability in disaster theory and practice*. Annals. Wageningen (Holanda): Wageningen University and Research Centre, 2001. Disponível em: <http://www.desenredando.org/public/articulos/index.html> Acesso em: 11 ago. 2021.
- COSTA, J. R. S. et al. Análise da vulnerabilidade e gestão de risco a desastres por inundação em municípios do Vale do Açu/RN. 2012.
- CRUTZEN, Paul J. Geology of mankind. In: Paul J. Crutzen: A Pioneer on Atmospheric Chemistry and Climate Change in the Anthropocene. Springer, Cham, 2016. p. 211-215.
- DANTAS, E; COSTA, M. C. L. Vulnerabilidade socioambiental na região metropolitana de Fortaleza. (orgs). Fortaleza: Edições UFC. Coleção Estudos Geográficos, 2009.
- DOW, K.; KASPERSON, R.; BOHN, M. Exploring the social justice implications of adaptation and vulnerability. In: ADGER, N.; PAAVOLA, J.; HUO, S.; MACE, M.J. (Eds.), *Fairness in Adaptation to Climatic Change*. MIT Press, Cambridge, MA, 2006.
- DUARTE, T. A possibilidade da investigação a 3: reflexões sobre triangulação (metodológica) CIES e-WORKING PAPER, Lisboa, n.60, p. 1-24, 2009. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10071/1319>>. Acesso em: 30 jun. 2021.
- EAKIN, H.; LEMOS, M. C.; NELSON, D. Differentiating capacities as a means to sustainable climate change adaptation. *Global Environmental Change*, v.27, p. 1-8. jul. 2014.
- ENGLÉ, N. L. Adaptive capacity and its assessment. *Global environmental change*, v.21, n.2, p. 647-656. mai. 2011.
- FLICK, U. Introdução à pesquisa qualitativa. Tradução Joice Elias Costa. - 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. 405p.
- IPCC - Intergovernmental Panel on Climate Change. Contribution of Working Groups I, II and III to the Fourth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. *Climate Change 2007: Impacts, Adaptation and Vulnerability*. 2007. Disponível em: <<https://www.ipcc.ch/report/ar4/syr/>>. Acesso em: 25 nov. 2020.

LAVELL, A. Degradación ambiental, riesgo y desastre urbano. Problemas y conceptos: hacia la definición de una agenda de investigación. In: FERNANDES, M.A. (Compiladora) Ciudades en riesgo: degradación ambiental, riesgos urbanos y desastres en América Latina. 1996. Disponível em <<http://www.lared.org.pe/Publicaciones/libros/4194/8cap3.htm>>. Acesso em 08 set. 2021.

LAVRATTI, P. C.; PRESTES, V. B. Diagnóstico de legislação: identificação das normas com incidência em mitigação e adaptação às mudanças climáticas – Desastres. São Paulo: Instituto Planeta Verde, 2010.

MARENGO, J. A. Vulnerabilidade, impactos e adaptação à mudança do clima no semiárido do Brasil. Parcerias Estratégicas, Brasília, 13(27), 149-176, 2008. Disponível em: http://seer.cgee.org.br/index.php/parcerias_estrategicas/article/view/329

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed.-São Paulo: Atlas, 2003.

MOREIRA, F. A. et al. A integração regional e a capacidade de adaptação às mudanças climáticas no litoral paulista. Humboldt-Revista de Geografia Física e Meio Ambiente, v. 1, n. 1, 2020.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico-2a Edição. Editora Feevale, 2013.

SAITO, S. M. Desastres naturais e geotecnologias: vulnerabilidade. Geodesastres Sul- INPE. Santa Maria, RS, Brasil, novembro 2011. Caderno didático nº 6.

STEFFEN, Will et al. The Anthropocene: From global change to planetary stewardship. *Ambio*, v. 40, n. 7, p. 739-761, 2011.

STERN, Paul C.; SOVACOOOL, Benjamin K.; DIETZ, Thomas. Towards a science of climate and energy choices. *Nature Climate Change*, v. 6, n. 6, p. 547-555, 2016.

TUZZO, S. A., BRAGA, C.F. O processo de triangulação da pesquisa qualitativa: o metafenômeno como gênese. *Rev Pesqui Qual* 2016; 4(5):140-158. Disponível em: <https://editora.sepq.org.br/index.php/rpq/article/view/38>. Acesso em: 30 jun. 2021.

VEYRET, Y. (org.). Os riscos: o homem como agressor e vítima do meio ambiente. São Paulo: